

Isabel Mansur é socióloga, doutora em Serviço Social pela UFRJ e participou, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Corda bamba, seu primeiro livro, é uma adaptação da sua tese de doutorado.

Corda bamba é uma análise rigorosa que ousa escapar dos simplismos que cercam a esquerda.

RENATA SOUZA

Ler este livro é um compromisso para entendermos e lutarmos no presente e para podermos mirar o futuro sem ilusões.

SARA GRANEMANN

O inventário crítico de Isabel Mansur é refinado, elegante e necessário.

VIRGÍNIA FONTES



LUTAS ANTICAPITAL



CORDA BAMBA

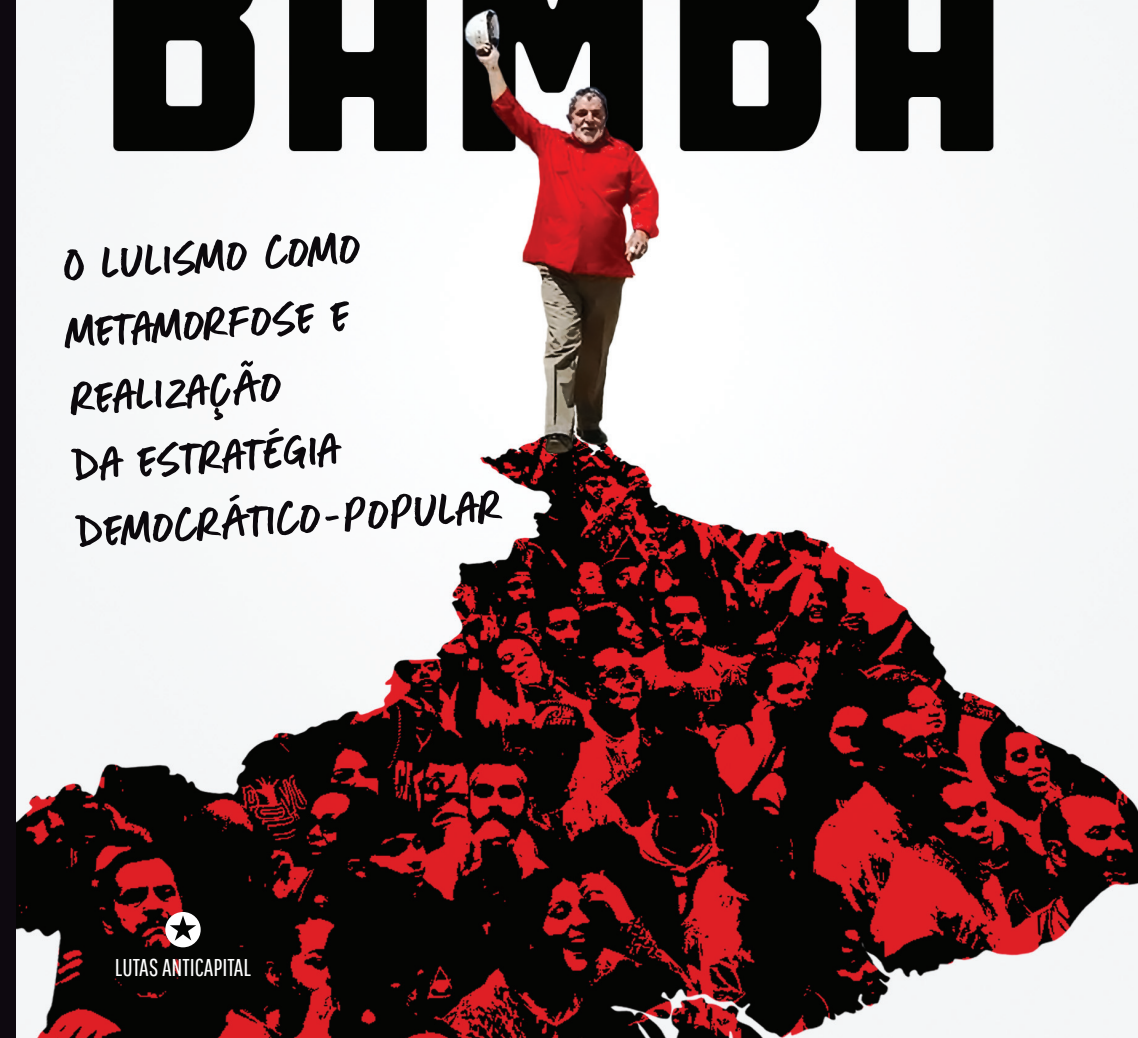
ISABEL MANSUR



ISABEL MANSUR

CORDA BAMBA

O LULISMO COMO
METAMORFOSE E
REALIZAÇÃO
DA ESTRATÉGIA
DEMOCRÁTICO-POPULAR



O PT, Lula e o lulismo são conduzidos, neste livro, pela poesia de Aldir Blanc e João Bosco, sempre estimulante e... inquietante! O inventário crítico de Isabel Mansur – que atinge em cheio o programa democrático-popular – é refinado, elegante e necessário. Os ocassos parecem destinados a cair em nossas cabeças como os viadutos: o interregno lulista que pretendia superar a ditadura empresarial-militar que impôs o trabalho e a ferro e fogo recairia na precarização generalizada do trabalho e na reiteração de uma suposta incompletude do capitalismo. Incluindo balanço rigoroso das análises sobre esse percurso, Mansur destaca os passos em falso do acrobata, ao desviar-se do enfrentamento do capital.

Virgínia Fontes

CORDA BAMBA

**O lulismo como metamorfose e realização da estratégia
democrático-popular**

Isabel Mansur

Isabel Mansur

Corda bamba

O lulismo como metamorfose e realização da estratégia
democrático-popular

1ª edição

LUTAS ANTICAPITAL

Marília/SP – 2021

Editora Lutas Anticapital

Editor: Julio Hideyshi Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos (UFABC), Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Claudia Sabia (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Édi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Julio Cesar Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM), Tania Brabo (UNESP).

Projeto Gráfico e Diagramação: Ed. Lutas Anticapital

Capa: Evlen Lauer

Conselho da Coleção: Caio Martins, Isabel Figueiredo, Mauro Iasi, Victor Neves

Mansur, Isabel.

M289c Corda bamba: o lulismo como metamorfose e realização da estratégia democrático-popular / Isabel Mansur – Marília : Lutas Anticapital, 2021.
186 p. : il.
Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86620-67-2

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil). 2. Silva, Luís Inácio Lula da, 1945.
3. Direita e esquerda (Ciência política). 4. Socialismo. 5. Conflito social.
6. Capitalismo. I. Título.

CDD 306.2

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno
CRB 8/8211 FFC – UNESP – Marília

1ª edição: dezembro de 2021

Editora Lutas Anticapital

Marília –SP

editora@lutasanticapital.com.br

www.lutasanticapital.com.br

Ao companheiro Daniel do Valle
À companheira Marielle Franco
À Flávia Belchior: tudo

*Mas sei que uma dor
Assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança
Dança na corda bamba
De sombrinha
E em cada passo
Dessa linha
Pode se machucar
Azar!
A esperança equilibrista
Sabe que o show
De todo artista
Tem que continuar*
JOÃO BOSCO; ALDIR BLANC

*Ela virá, a revolução conquistará a todos o direito não somente
ao pão mas, também, à poesia.*
LEON TROTSKY

Sumário

Apresentação da Coleção Conselho da Coleção “Revolução Brasileira em Debate”	11
Prefácio Sara Granemann.....	13
Introdução.....	17
1. Ponto de Partida.....	21
2. Os Primeiros Passos: O Lula do PT.....	31
3. O Show de Todo Artista: O PT de Lula.....	69
4. O Balanço do Acrobata: Inventário Crítico do Lulismo.....	109
Referências.....	173

Apresentação da Coleção

Conselho da Coleção

“Revolução Brasileira em Debate”

A coleção *Revolução Brasileira em Debate* chega ao público apresentando obras que abordam as controvérsias teóricas, estratégicas e táticas das lutas de classes no Brasil na sua atualidade. Em seus volumes, serão apresentadas criticamente as histórias de diversos movimentos sociais particulares, das lutas de classes em geral e das teorias que buscam explicá-las a partir de sua historicidade, em conexão com a totalidade social. A diversidade de temas e questões abordadas encontrarão, por outro lado, seu eixo central e comum na busca de uma estratégia para a transformação socialista em nosso país, a partir da apropriação crítica de nosso passado recente.

Os trabalhos que nossa coleção agora disponibiliza iniciaram há mais de uma década com as reflexões junto ao Núcleo de Educação Popular – 13 de Maio (NEP). Os diferentes temas em exame foram posteriormente aprofundados em diversos programas de pós-graduação e núcleos de pesquisa em todo o país.

Nenhum momento seria mais propício para este tipo de abordagem em que se entrelaçam teoria e política. Vivemos o fim de um ciclo histórico e o esgotamento da estratégia que predominou no período mais recente, com todas as graves consequências que presenciamos. Isso tem contribuído para que a classe dominante estabeleça sua hegemonia, retirando e destruindo direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora brasileira, agravando sua condição de vida.

Para reverter esse quadro, superar as experiências do passado e empreender um novo ciclo de lutas, torna-se imprescindível o conhecimento profundo de nossa história recente. É necessário um inventário. Somos legatários de uma experiência e de um conjunto de verdades consagradas que precisam ser inventariados, revisitados, problematizados e criticados na teoria e na prática. É por isso que a história de cada luta, de cada teoria, de cada intelectual, de cada tese convictamente defendida no passado serão tratadas no presente com o mais profundo rigor teórico e crítico.

Assim, ao reunir trabalhos de jovens e promissores intelectuais àqueles de pensadores já conhecidos do grande público, o objetivo desta coleção é um só: subsidiar o debate sobre a revolução brasileira, inventariar o passado para reinventar o futuro.

Prefácio

Sara Granemann

Em fins de junho de 2018, há três anos do momento em que escrevo esta apresentação, preparava-me para a arguição de uma densa e extensa tese da então doutoranda Isabel Mansur Figueiredo. Pesquisadora madura, autora de um trabalho cujos argumentos são registrados ao longo das bem escritas 220 páginas de sua tese, acrescidas de mais 25 outras preenchidas com referências bibliográficas, assim distribuídas: 140 livros e artigos acadêmicos, 58 documentos e resoluções (especialmente do Partido dos Trabalhadores – PT) e 1 entrevista. Esse precioso material ganha agora – e diga-se, em muito boa hora! – a forma de um livro. Faço o inventário da grandeza factual das numerosas referências – a que certa expressão acadêmica (da qual nem Isabel, nem eu tomamos parte) enfatizaria tratar-se de uma pesquisa quantiquantitativa – utilizadas no texto doutoral que deu origem ao livro que leitoras e leitores têm diante dos olhos.

Isabel, a conheci na UFRJ quando eu era ainda uma jovem docente e ela uma miúda estudante de graduação promissora e atenta ao mundo. Nosso primeiro encontro foi político: ao militar no movimento docente, eu a encontrei na defesa da universidade pública; ali, ela era já uma importante expressão, a representar as mulheres – sempre em menor número na política – do movimento estudantil na UFRJ. Chamou-me a atenção por combinar suavidade não destrutiva, na sua forma de debater a política, com firmeza na ação. Nunca estivemos na mesma organização, mas posso dizer que sempre estivemos no mesmo bloco de lutas da classe trabalhadora. Menciono essas quimeras

em minha introdução emocionada por ver que sua maturidade intelectual produziu frutos sólidos.

Mais tarde, Isabel compôs – com outras e outros tantos jovens pesquisadores de talento – o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS-UFRJ), cujo grupo e esforço político e histórico-analítico de pensar a história recente são conduzidos por seu orientador e meu amigo, professor doutor Mauro Iasi. A tarefa central que tomaram para si, talvez uma dezena de jovens pesquisadoras(es), foi construir criterioso *inventário* da estratégia democrática e popular do PT. Pesquisadores e estudiosos militantes, tivessem militado ou não no PT, de algum modo foram concernidos nos sonhos e derrotas contidos na estratégia e nos debates sobre a gênese e o evoluir do partido e do tardio capitalismo do Brasil. O argumento de Isabel, em minha compreensão, é herdeiro de sólidas análises críticas amparadas no melhor da tradição marxista formulada – aqui e alhures – para a compreensão, enfatizo-o, da complexa e violenta formação social brasileira.

De Florestan Fernandes, a autora munuiu-se de categorias ideais, discernimentos e análises; parece-me tão verdadeiro que, se não estou em erro, foi nele que a autora encontrou a inspiração. Nas trajetórias tomadas e escolhidas no âmbito do amadurecimento da estratégia democrática-popular – amadurecimento que sabemos ser, no âmbito da vida orgânica e nos períodos e ocorrências da história; ou, dito de modo mais preciso, nos modos de produção, a antessala para o apodrecimento e morte de tudo o que viceja.

Escolhas da classe trabalhadora, organizadas por si e para si, em um dado momento da luta de classes e em uma particular formação social, importantes ou que almejam algo distinto do que se tornaram não são – lamentavelmente – algo original ou nunca manifesto na história da luta de classes sob o capitalismo. Estratégias podem ser superadas por seu acerto ou acomodadas no seu contrário por numerosas determinações. Todas essas possibilidades são aqui, no texto de Isabel, passadas em revista crítica, livre de suas influências perturbadoras – e olha que desde 2016 elas são numerosas! – tal como o recomendou Karl Marx em seu extraordinário prefácio da primeira edição de *O capital*.

Tecer determinações para a compreensão teórico-política do que se tornou a estratégia democrático-popular é o que se deu por tarefa o grupo de pesquisadoras e pesquisadores antes mencionados. Para derrotar – no sentido de sua superação – essa medusa há que se a olhar nos olhos pela via do espelho. O espelho como arma, na tese de Isabel, corresponde à crítica teórica (o inventário) para compreender e mudar o nosso particular mundo e para superar o capitalismo. Sua leitura articula a análise da formação social brasileira, o período recente marcado pela ditadura, a burguesia e seu Estado. Não bastasse, sua análise, no movimento de apanhar a totalidade da vida social brasileira em dado período, toma a indicação de Gramsci, qual seja: pela história de um partido da classe trabalhadora, até hoje o mais importante, temos ao final a história das nossas infelizes páginas dos séculos XX e XXI.

Se a leitora, se o leitor de suas pesquisas discordar do caminho traçado; se pensar que algo substantivo ou, para outrem, adjetivo deixou de figurar na explicação, isso nem será o mais importante. O que importa é conhecê-lo bem ao jeito de um inventário. Ler o livro é um compromisso para entendermos e lutarmos no presente e para podermos mirar o futuro – nos curto e médio prazos – sem ilusões. No caminho para sua Ítaca¹, Isabel sabe que ele é e foi longo, repleto de aventuras – dores e derrotas –, mas também que a tornou plena de saberes. Um agradecido abraço por seu texto e pela honra de dizer algumas palavras sobre seu muito necessário trabalho.

¹ Referência à poesia de Konstantínos Kaváfis (1863-1933), renomado como o maior poeta da Grécia moderna.

Introdução

Enganam-se os que pensam que o momento seria errado. Batidas pela reação e derrotadas sem luta eficiente pela contrarrevolução, as forças de esquerda têm diante de si um árduo caminho a percorrer. O começo desse caminho está na crítica severa dos erros cometidos e de suas causas, o único meio apropriado para vencer o descrédito, conquistar um ressurgimento rápido e adquirir vitalidade para enfrentar os futuros confrontos que nos esperam.
(FERNANDES, 2011, p. 128).

Uma das palavras-chave deste livro é *inventário*. Fiquemos, por ora, com três das cinco definições enumeradas pelo dicionário Aulete Digital: “relação dos bens deixados por alguém”; “ação de pôr em inventário esses bens, para sua posterior partilha” e “descrição minuciosa de algo” (INVENTÁRIO, [20--]). Pretendemos fazer, aqui, o inventário de um ciclo das forças de esquerda: o ciclo da hegemonia petista. Mas, indo além do sentido dicionarizado, propomos uma definição teórica, por assim dizer, para o termo em questão. Vamos trazer Gramsci à cena:

[...] o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário. (GRAMSCI, 1986, p. 12).

Desde os anos 1980, ano da sua fundação, até vencer as eleições presidenciais de 2002, tendo Lula como seu candidato, o Partido dos Trabalhadores (PT) surgiu, se desenvolveu e se consolidou como o partido mais importante da classe trabalhadora brasileira. Nesse sentido, resgatamos outra afirmativa gramsciana: escrever a história de um partido significa “[...] nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico” (GRAMSCI, 2013, p. 87). Assim, neste inventário, pretendemos realizar um balanço crítico do percurso do PT, a partir de um olhar sobre a trajetória política da classe trabalhadora brasileira, expressa em sua estratégia.

E *estratégia* é a outra palavra-chave do livro e trata-se de um termo de origem militar². Se falamos de estratégia, também precisamos falar de *tática*. Estratégia e tática são conceitos imbricados. Enquanto o primeiro determina um movimento amplo, um planejamento de longo prazo e está ligado ao rumo das ações, ao seu objetivo final; o segundo conceito, a tática, associa-se às ações tomadas no calor do campo de batalha, ao plano mais imediato. Resumindo:

Na política, por extensão, a estratégia é a teorização da combinação entre as diversas formas particulares e momentos singulares de embate como meio para atingir o objetivo final. Já a tática é a teoria da formação e da condução de cada um destes embates singulares tomados em si mesmo, ou seja, a teoria dos meios para vencer cada um dos embates tomados momentaneamente como fim. (IASI; FIGUEIREDO; NEVES, 2019, p. 14).

Assim, chegamos à seguinte questão: qual foi a estratégia do PT ao longo dos seus primeiros 40 anos de história? Responde-se prontamente: a estratégia democrático-popular. O pano de fundo do livro é sobre o desenvolvimento dessa estratégia: os seus pressupostos, a sua formulação e a sua aplicação. Se ela nasce de um caldo político-cultural de negação do estatismo e do gradualismo referenciados na

² “O conceito de estratégia revolucionária consolidou-se apenas nos anos do pós-guerra, originariamente sob uma indubitável influência da terminologia militar” (TROTSKY, [1928] *apud* PAZELLO; FERREIRA, 2017, p. 135).

estratégia hegemônica na esquerda, anteriormente __ a democrático-nacional capitaneada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) __, no decorrer da sua trajetória essa estratégia democrático-popular acaba por ser, cada vez menos, rupturista e, cada vez mais, gradualista. Ao fazer o inventário da estratégia petista, analisamos as suas idas e vindas e a sua aplicação nos governos Lula (2003-2011). Como já deixamos claro no subtítulo: o lulismo é, ao mesmo tempo, metamorfose e realização da estratégia democrático-popular.

Depois da apresentação das duas palavras-chaves deste livro, podemos delinear a forma como ele está dividido. Trabalhamos com dois grandes arcos analíticos. O primeiro é o diacrônico, no qual fizemos o inventário do desenvolvimento do PT e de sua estratégia. Nesse arco, esmiuçamos, encontro por encontro, resolução por resolução, o que o PT era na sua origem e o que se tornou, observando, além da sua aparente e radical transformação, também o que poderíamos identificar como um fio tênue e fundamental de continuidade. O segundo arco analítico é o sincrônico, no qual o inventário foca no lulismo como metamorfose e realização da estratégia democrático-popular.

Essa divisão se expressa na organização do livro. Em uma primeira parte, que abarca os capítulos “Ponto de partida”, “Os primeiros passos: Lula do PT” e “O show de todo artista: o PT de Lula”, situamos o arco sincrônico. Em uma segunda parte – o capítulo “O balanço do acrobata” –, abrangemos o arco diacrônico. Mas, de maneira nenhuma, essa formatação tem um intuito epistemológico; outrossim, consiste em uma opção expositiva, de apresentação do movimento do nosso objeto. Até porque, para o marxismo³, método que orienta esta pes-

³ “Obviamente, afirmando-se que o presente ilumina o passado (ou, noutras palavras: que a forma mais complexa permite compreender aquilo que, numa forma menos complexa, indica potencialidade de ulterior desenvolvimento), não se descarta a necessidade de conhecer a gênese histórica de uma categoria ou processo – tal conhecimento é absolutamente necessário. Mas dele não decorre o conhecimento da sua relevância no presente – sua estrutura e sua função atual. Ambos, estrutura e função, podem apresentar características inexistentes ou atrofiadas no momento da sua emergência histórica. Assim, as condições da gênese histórica não determinam o ulterior desenvolvimento de uma categoria. Por isso mesmo, o estudo das categorias deve conjugar a análise diacrônica (da gênese e desenvolvimento) com a análise sincrônica (sua estrutura e função na organização atual).” (PAULO NETTO, 2011, p. 48-49).

quisa, diacronia e sincronia possuem uma integração dialética: em última instância, uma não pode prescindir da outra. E justificamos esse modo de organização por entendermos que é necessário ao nosso leitor vivenciar a experiência de inventariamento para acompanhar de perto a trajetória de desenvolvimento do PT, da sua estratégia democrático-popular e a maneira como ela se realiza, a partir da sua encarnação: Luiz Inácio Lula da Silva.

Também não podemos esquecer que *Corda bamba: lulismo como metamorfose e realização da estratégia democrático-popular* é uma adaptação da tese de doutorado *A estratégia democrática e popular do Partido dos Trabalhadores (PT) e a questão da incompletude do capitalismo no Brasil*, defendida na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FIGUEIREDO, 2018). Nesta adaptação, tentamos deixar o livro acessível, mas, ao mesmo tempo, não perder a característica de inventário que na tese buscamos conceber. Como já dissemos, desejamos que o nosso leitor tenha a experiência de acompanhar o desenvolvimento do PT e da estratégia democrático-popular passo a passo, documento por documento. O risco de a apreensão deste modelo de exposição ser um pouco árduo foi calculado, mas o julgamos indispensável.

Por último, o livro é, acima de tudo, resultado de um acerto de contas com o projeto da classe trabalhadora brasileira. Ele não teria sido possível sem estímulo e parceria intelectual-militante dos companheiros do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio: estimulados pela tarefa coletiva de realizar um inventário, um *conhece-te a ti mesmo* em sua expressão de classe, partimos coletivamente ao estudo sobre estratégia da revolução brasileira. Paralelamente, alguns dos integrantes do núcleo encaminharam suas pesquisas para objetos específicos. Este livro é, pois, efeito desta dupla dimensão: a formalidade acadêmica e um compromisso coletivo de classe, sem o qual sequer teria razão de existir. Agora, vamos caminhar sobre a corda bamba da trajetória da classe trabalhadora brasileira nos seus últimos 40 anos. Já temos algumas referências; agora, retornemos ao seu ponto de partida.

1.

Ponto de Partida

A música *O bêbado e a equilibrista* (BOSCO; BLANC, 1979), sucesso da década de 1970, foi entoada como hino pela resistência democrática no Brasil. Não à toa, é uma das nossas epígrafes, rememorada como forma de exaltação da batalha contra os anos de chumbo. O *Hino da Anistia*, como ficou conhecida, é também um forte símbolo do ciclo histórico que se abria, no qual o PT e Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, seriam importantes protagonistas.

Se nos permitirmos uma viagem no espaço-tempo, ouviremos a mesma canção em plena Avenida Paulista. Era o dia 20 de julho de 2017, em um ato de apoio a Lula e contra a sua condenação pelo juiz Sérgio Moro. Em frente ao Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp), sobre um trio elétrico que lhe servia como palanque, Luiz Inácio solicita que o *Hino da Anistia* seja cantado em referência a sua vida política. A cena se repete no dia 4 de abril de 2018, data em que o líder popular é preso, em ato realizado em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD Paulista.

Por isso, o verso “a esperança na corda bamba” nos serviu de inspiração para contar a história das transformações que PT e Lula, e seus respectivos projetos, sofreram desde os seus primeiros passos até o seu auge, quando governaram o Brasil por oito anos. PT e Lula expressam uma interseção na história brasileira, com a queda da ditadura civil-militar, a abertura para a chamada *redemocratização* e o protagonismo de um novo personagem, a classe trabalhadora, que, apesar de entrar em cena desde o início do século XX, não tinha se tornado, ainda, o centro dos holofotes.

As massas trabalhadoras lideraram, no final da década de 1970, uma série de greves memoráveis. No ABCD Paulista – Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema –, o epicentro das indústrias de bens de capital e de bens de consumo duráveis, as greves avançaram, em especial no período do chamado *milagre econômico*. Marcando o cenário político de forma contundente, o ascenso do sindicalismo do ABCD Paulista entre 1978 e 1979 passa rapidamente a um amplo movimento que prometia romper amarras corporativo-econômicas – tão próprias da atividade sindical reivindicatória –, jogando-se na construção de um instrumento político da classe trabalhadora. Pouco tempo depois, um partido político com estratégia e liderança própria seria fundado: o PT.

A formação de um partido de classe e de massas foi o resultado dessa particular ebulição. O PT, assim como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Negro Unificado (MNU) e, mais tarde, a Central de Movimentos Populares (CMP), nasceram todos de escolhas políticas e organizativas que levavam em conta as condições de vida das massas trabalhadoras e a necessidade de realizar uma intervenção no cenário político nacional. Como resultado imediato, a entrada das massas em cena fez a conjuntura pender, ao menos durante toda a década de 1980, na direção contrária à correlação de forças dominante, e desviar do rumo exclusivamente conservador da democratização. Apesar de se mostrarem um processo *lento, gradual e seguro*, a descompressão e a queda dos militares sofreram tensões de baixo para cima. Fendas e brechas abertas a fórceps pela classe trabalhadora se colocavam na contramão do rumo de uma transição (exclusivamente) controlada.

Em 1977, o movimento estudantil já tinha retornado às ruas. Amplificando a luta pela defesa do Estado de direito, professores, congressos de categorias e até mesmo o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Raymundo Faoro, à época – se uniam na contestação. A afamada *Carta aos brasileiros*, manifesto de defesa do Estado de direito, lida por Goffredo Telles Junior (1977) no aniversário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), marcou, no plano das ideias jurídico-políticas, aquilo que nas ruas se agitava como bandeira *pelas liberdades democráticas*.

É impossível não lembrar da coincidência da *Carta aos brasileiros* de Telles Junior (1977) com a *Carta ao povo brasileiro* (SILVA, 2002a) lançada pela campanha eleitoral de Lula em 2002. Nesta, se propôs um pacto em torno da democracia e do mercado de consumo de massas. Chegaremos a esse ponto, mas vale deixar sublinhada, ao menos por enquanto, a semelhança do nome escolhido para a carta lançada às vésperas da chegada de Lula ao Palácio do Planalto e com aquela que agitara o final da década de 1970 em reivindicação pelas liberdades democráticas.

Desde 1974, com a vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas urnas, passando por 1975, com a reação organizada frente ao assassinato de Vladimir Herzog, o fortalecimento da luta contra a ditadura se tornara incontornável. A *abertura controlada*, ou a democracia “dentro de sua relatividade”, segundo Geisel (1977 *apud* PAÍS, [20--]), se insinuava. A volta “[...] de tanta gente que partiu” (BOSCO; BLANC, 1979) estava mais próxima em 1979. Longe, entretanto, de uma perspectiva idealizada, o perfil contraditório que assumiria a anistia, a equiparação abrangente de agentes do Estado a militantes antirregime condensava o disparatado equilíbrio de forças em uma *transição controlada*, realizada por cima e em etapas. A reciprocidade para concessão da anistia continua, até hoje, inviabilizando o peso desigual dado às responsabilizações por crime do Estado e garantindo, na prática, impunibilidade ao calabouço. Saindo dos porões e tornando-se agentes da repressão agora *para fora*, os setores militares e paramilitares radicalizariam o terror em defesa da caserna: entre 1976 a 1981, explosões, sequestros, espancamentos e perseguições seriam os métodos utilizados com cada vez mais frequência para exercer pressão política.

Por outro lado, os indícios do campo movediço sobre o qual se ergue a redemocratização não se findam, como anunciamos anteriormente, numa repetição dramática e mimetizada de pactos. Contava-se, agora, com a força da ebulição de movimentos sociais e com a pressão política organizada das massas, que, pelo menos desde 1978, estabeleciam uma nova correlação de forças. A reforma partidária que restabeleceu o pluripartidarismo, em 1979, com objetivo de enfraquecer a polarização entre governo e oposição e fracionar essa última, tornou-se, por exemplo, ponto de partida para o surgimento de novas

agremiações políticas que reverberaram caminhos de pressão por fora e por dentro da institucionalidade.

Um partido sem patrões

Quando, em 1978, cerca de 3 mil operários bateram seus pontos, sentaram-se em frente às máquinas e cruzaram seus braços, não era previsível que, duas semanas depois, quase 80 mil trabalhadores estariam em greve na região do ABCD Paulista. Menos inexorável ainda seria que, poucos anos depois, a classe trabalhadora teria construído seu partido e sua própria central de trabalhadores: o PT e a CUT, fundados, respectivamente, em 1980 e 1983. Os “novos” operários apregoavam, em oposição à gramática varguista, a independência sindical frente ao aparelho de Estado, submetida historicamente ao desenho institucional corporativo e à relação entre direções políticas, Ministérios da Justiça e do Trabalho, fato inexoravelmente agravado pelo período de repressão inaugurado com o golpe de 1964.

No Dia do Trabalhador, em 1º de maio de 1979, 150 mil pessoas participaram de um ato no Estádio de Vila Euclides. Lula, que já era a principal liderança daquele movimento, fez um discurso marcante:

Companheiros, ontem à noite no sindicato de Osasco, quando discutíamos a festa oficial feita pelo governo no Estádio do Pacaembu, eu dizia aos trabalhadores de Osasco, que para cada jogador de futebol famoso que tivesse servindo de palhaço no Pacaembu, nós estaríamos um dirigente sindical aqui. Para cada trabalhador inconsciente que tivesse no Pacaembu, nós teríamos dez trabalhadores conscientes aqui. Me parece que a coisa aconteceu porque hoje nesse país já não se engana mais o trabalhador como se enganava em outros tempos. É chegado o momento, companheiros, de olharmos para frente e vermos o que está acontecendo nessa terra. [...] O estado de miséria que o governo levou todos aqueles que vivem do salário. Fez que, nesse campo, no dia primeiro de maio de 1979, nós tivéssemos o momento maior da classe trabalhadora brasileira. (SILVA, 1979).

As assembleias em São Bernardo reuniam milhares de pessoas no Estádio Vila Euclides, testemunhando o princípio da trajetória de projeção de Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo e Diadema, à condição de maior liderança sindical-popular do país. O ano era o de 1979 e, assim que a greve dos metalúrgicos se iniciou, a Justiça do Trabalho julgou ilegal o movimento, o Ministério do Trabalho declarou intervenção no sindicato e o governador do Estado de São Paulo – Paulo Maluf – mandou tropas para reprimir o movimento, deixando como saldo a prisão de quase toda a diretoria daquele sindicato, além da realização de uma intervenção oficial na entidade.

Apesar da repressão, as fissuras conquistadas nesse primeiro período estiveram indelevelmente ligadas à possibilidade da afirmação de um partido da classe trabalhadora e independente, um partido dito “sem patrões”. A consolidação dessa novidade histórica já vinha sendo documentada desde o início daquele ano. A *Tese de Santo André-Lins*, aprovada em janeiro de 1979 no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP)⁴, marca o rebento de um instrumento político dos e para os trabalhadores. Nela, o conteúdo de classes postas diante da exploração capitalista colocaria na ordem do dia “a necessidade da conquista do poder político”, ao menos enquanto a política fosse marcada por toda sorte de “governo de patrões”, cujo melhor instrumento político para travar essa batalha, o partido político, deveria ser obra da organização dos trabalhadores para “efetiva libertação da exploração” (PT, 1998p). Esse partido deveria se constituir autônomo e classista, tornando-se um partido que não teria nada a ver com a burguesia, com o patronato e nem com aqueles comprometidos com regimes antidemocráticos: “um partido sem patrões”⁵.

⁴ Tese aprovada em 24 de janeiro de 1979, no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP). Originalmente proposta por sindicalistas de Santo André, quando aprovada na cidade de Lins viria a se chamar *Tese de Santo André-Lins* (PT, 1998p).

⁵ Outras organizações, por meio de seus jornais, propunham a criação de um partido operário. Era o caso, por exemplo, da Convergência Socialista – na *Luta por um*

Do geral ao específico, o documento afirma o imperativo de que o partido fosse construído por “todos os trabalhadores da cidade e do campo”, “[...] regido por uma democracia interna”, com respeito à “democracia operária”. Opondo-se a um perfil de partido que simplesmente buscava eleger “representantes na Assembleia, Câmara e Senado”, a função principal desse instrumento consistiria em organizar e mobilizar “[...] todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores”. Destacava-se, também, a luta pela “Anistia ampla, geral e irrestrita” e pela “Assembleia Constituinte, democrática, livre e soberana, a reforma agrária e a liberdade partidária”, carros-chefes da pauta de transição para a democracia (PT, 1998p).

Escrita para ser disseminada no 1º de maio de 1979, data simbólica para os trabalhadores em nível internacional, a *Carta de princípios* afirmava não haver “[...] socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo”, derivando daí o compromisso com “a democracia plena”, indissociável da luta socialista. Segundo o próprio documento, o divisor de águas para a conformação de uma organização forte dos trabalhadores teria sido a greve da Saab-Scania em 1978⁶, um marco no processo de amadurecimento da classe (PT, 1998d, p. 49).

A carta segue apontando que, em oposição e resposta à mobilização dos trabalhadores, o patronato e o governo teriam desencadeado processos repressivos de perseguições e intervenções, além de impedirem o fim do arrocho salarial. Nesse sentido, ainda que parecesse necessário superar limites do movimento sindical, seria ele o

Partido Operário Socialista – e do periódico *O Trabalho*. Ambos se tornariam, posteriormente, tendências internas do PT. Ver mais em Coelho (2005).

⁶ No dia 12 de maio de 1978, 3 mil operários bateram os seus pontos e pararam as máquinas. Primeira do ciclo de greves que se iniciava, Saab-Scania é lembrada como o estopim de um período e de uma forma inovadora de luta: os “trabalhadores cruzaram seus braços”. O ciclo grevista se alastrou até o final da década de 1980, tendo repercussão na organização de movimentos coletivos entre canavieiros, trabalhadores rurais *boias-frias* (como eram conhecidos os cortadores de cana), operários da construção civil, por exemplo. José Ibrahim, presidente do sindicato dos trabalhadores na época da greve da Saab-Scania, foi parte da fundação e membro da primeira comissão nacional do PT, dentre outros trabalhadores oriundos dos movimentos grevistas que também tomaram parte na fundação do partido.

único movimento capaz de viabilizar um partido de trabalhadores. A “emergência de um movimento de trabalhadores” que afirmava “[...] sua autonomia organizativa e política face ao Estado e às elites políticas dominantes” se oporia aos “detentores do poder” sequiosos por “[...] reformar o regime de cima para baixo”. O processo transitório, ameaçado por um pacto pelo alto, poderia nascer “[...] débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem o nosso povo” e, por tal motivo, os fiadores da democracia efetiva seriam “as massas exploradas do campo e das cidades”. A meta não era pequena: a criação de um partido que teria “[...] como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem” e que, ainda que institucionalizado, não deveria se limitar à ação exclusivamente parlamentar, mas se dedicar a “uma verdadeira atividade política” que abrangesse “todos os aspectos da vida nacional” (PT, 1998d).

Em julho de 1979, numa polêmica entrevista à revista *Playboy*, Lula fala sobre a possibilidade da criação de um partido dos trabalhadores:

PLAYBOY — Você não representaria melhor os trabalhadores do que muitos dos bacharéis eleitos?

LULA — Não eu só, mas qualquer um entre milhares de trabalhadores representaria melhor a classe do que muitos que foram eleitos.

PLAYBOY — Está surgindo um PTB. Talvez dois. Você entraria para um PTB?

LULA — Não, não! Um PTB já é dose pra um leão, imagine dois! Um de Ivete Vargas e outro do Brizola. Respeito os dois, mas acho que é muita petulância deles, depois de tanto tempo afastados. Acho que deveriam ver o que vai sair de outros setores que viveram aqui todo o período de maior repressão para se adaptarem às novas condições, às novas exigências da sociedade.

PLAYBOY — Como precisaria ser um partido para representar bem os trabalhadores?

LULA — Esse partido deveria ter compromisso com as bases, ter trabalhadores. É o que a gente está tentando criar. Um partido para todos os que vivem do trabalho, não só operários, mas de todos que trabalham.

PLAYBOY — “A gente” quem? Com quem você conversou sobre esse partido?

LULA — Tem uns companheiros, uns dirigentes sindicais que estão fazendo contatos... (ENTREVISTA, 1979, p. 43).

Movimento pelo PT

A Comissão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT foi formada na reunião de lançamento do Movimento pelo PT, em São Bernardo do Campo (SP), no dia 13 de outubro de 1979, e dirigiu o Movimento dessa data até 1º de junho de 1980. No intervalo entre o primeiro e o segundo encontro, tal comissão debruça-se em sistematizar um esboço de programa do futuro partido, em que já conclui que esse programa não poderia ser socialista, pois isso seria falsear a “[...] relação com as bases sociais das quais emana”, repetindo “uma versão de ‘programa de cima para baixo’”, e elaborando “a questão do socialismo como receita deduzida dos princípios e não como um compromisso de luta dos trabalhadores” (COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA DO MOVIMENTO PRÓ-PT, 1980).

O período pré-PT é marcado pela afirmação da democracia, pelo questionamento da natureza imediatamente socialista da estratégia e pela elaboração de um programa de tarefas nacionais, democráticas, agrárias e sociais com base em um caráter democrático-popular. A caracterização do Estado proposta relaciona ausência de democracia com seu caráter privado, que deveria ser superado por um projeto de hegemonia popular “de baixo para cima”, que o desprivatizasse. O questionamento ao socialismo como fórmula dogmática se repete enfaticamente. Ao mesmo tempo, porém, é construído que o PT não deveria administrar o capitalismo, mas acabar com o seu regime de exploração, a partir do enfrentamento de questões de interesse de toda a população, em que a distribuição das riquezas nacionais se encontrava entre as principais. A burguesia nacional, aliada ao imperialismo, impunham os interesses de capitais nacionais e estrangeiros em detrimento dos interesses dos trabalhadores. Acumulando forças

em torno de um instrumento de massas que deveria lutar para conquistar hegemonia com base na democracia, se firmariam fundamentos gerais da configuração estratégica do PT, que se desenvolverá de maneira mais acabada ao longo dos anos seguintes.

Para finalizar esta parte, vale dar alguns passos atrás e mostrar como, de 1978 a 1980, existe um enorme salto de qualidade nas aspirações da classe trabalhadora brasileira. Lula, a maior expressão das greves operárias, no começo de 1978 ainda se entende como “apolítico” e nega que tenha qualquer tipo de pretensão eleitoral:

— Sua posição é a de não se filiar nem à Arena nem ao MDB, mas você já foi sondado para a formação de um novo partido brasileiro?

— Não. Lá em São Paulo existe um movimento para a criação de um partido social-trabalhista. Participei de uma reunião dessas, onde havia mais de cem dirigentes sindicais mas só um ou dois de expressão, o resto era... Pra ver o nível: quando cheguei lá, uma porrada deles veio me conhecer pessoalmente e me apertar, pra ver se era de carne e osso.

— Não pediram a guimba do cigarro?

— Fala-se na criação de um PTB e os dirigentes sindicais se escudavam num Secretário de Estado de São Paulo.

[...]

— Você me perdoa, mas acho que você não pode ter isenção política, pois é óbvio que como dirigente sindical você tem uma posição definida. Ou você se acha como o cronista esportivo que diz: “Não, sou isento e não tenho nada [de] Flamengo ou Fluminense”? Ou com o jurado de desfile que diz que não torce pra nenhuma escola de samba?

— Não. Tanto é verdade que isso não é verdade, que em época de eleições a gente tem se definido, não por partidos, mas pelo homem. Eu digo que sou apolítico... tenho que continuar falando que sou apolítico. Pra me filiar a um partido ele teria que afinar comigo.

— Seria o PTB?

— Não conheço a sua ideologia, pô.

[...]

- Pra fazer carreira política.
- Não, está cheio de dirigentes sindicais derrotados em eleições. (ENTREVISTA, 1978).

Já em 13 de outubro de 1979, ano seguinte à entrevista citada, Lula é um dos 17 integrantes da Comissão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT.

2.

Os Primeiros Passos: O Lula do PT

O Partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste país. [...] É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil [...] Só os trabalhadores podem conquistar aquilo a que têm direito.
(SILVA apud PT, 1998h).

O início do ano de 1980 marca a fundação do partido. Cerca de 1,2 mil militantes, vindos de 18 estados do país, se reúnem no Colégio Sion e aprovam, por aclamação, seu manifesto de lançamento. Mario Pedrosa, por ocasião da assinatura do *Manifesto de fundação do PT*, diz:

[...] Diferentemente de todos os partidos por aí, com sua dança de letras e siglas, o PT é simplesmente o Partido dos Trabalhadores. É único de estruturas, é único de tendências, é único de finalidade. [...] Partido de massa não tem vanguarda, não tem teorias, não tem livro sagrado. Ele é o que é, guia-se por sua prática, acerta por seu instinto. Quando erra, não tem dogmas e pela autocrítica refaz seu erro. Por isso, ao nos inscrevermos no PT, deixamos à sua porta os preconceitos, os pendores, as tendências extras que possivelmente nos moviam até lá. Para só deixar atuando em nós uma integral solidariedade ao Partido dos Trabalhadores. (PEDROSA, 1980 apud DOMINGO, 2007).

Reafirmando a independência política e o compromisso com a construção da “democracia plena exercida diretamente pelas massas”, por meio de uma força política autônoma dos trabalhadores, o PT seria aspirante à “real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista”. Nascia das lutas e da mais importante lição do trabalhador, a “[...] de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá”. A vontade de emancipação das massas populares faria o PT buscar a participação ampla da classe trabalhadora em suas fileiras, firmando compromisso em torno da construção de um partido de massas. Oposição ao regime capitalista e ao seu modelo de desenvolvimento, o PT lutaria pela “[...] extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade”, reafirmando, para tanto, seu compromisso com a democracia. A participação eleitoral e suas atividades parlamentares se subordinariam, contudo, “[...] ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas” (PT, 1998i).

No que diz respeito à riqueza produzida pelos trabalhadores e aos recursos naturais, pretendia-se reverter sua destinação ao “interesse do grande capital nacional e internacional”, para que servissem ao “bem-estar da coletividade”. Segundo ainda o *Manifesto de lançamento do Partido dos Trabalhadores*, os trabalhadores desejavam “a independência nacional”, pois compreendiam “[...] que a Nação é o povo” e sabiam que o país “[...] só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras”. A proposta era chegar à direção do Estado a fim de “[...] realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social”, de tal forma que o Estado se tornasse a expressão da sociedade (PT, 1998i).

Um partido que “[...] não nasce pronto e acabado” é a síntese apresentada pelo documento *Programa*, também de 1980. Restringindo-se a fazer algumas considerações de porte conjuntural e apresentar o chamado *Plano de ação* do Partido dos Trabalhadores, ele interpreta o desenvolvimento do partido como expressão da luta que, tendo como alvo o regime capitalista, permitiria “[...] transformar a infinidade de movimentos que vêm se desenvolvendo nos últimos

anos em uma força verdadeiramente expressiva em nossa sociedade” (PT, 1998l). A democracia, para o PT, significaria tanto a participação política direta das grandes massas na decisão dos rumos do Estado, quanto o método preponderante na organização partidária.

Lula como porta-voz e primeiro presidente do PT

O 1º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (ENPT) ocorre em 1981⁷. Nele, o partido toma forma legalizada e elege seu primeiro Diretório Nacional, presidido por Luiz Inácio Lula da Silva. Aprovam-se três documentos: uma moção frente ao tema da crise da previdência, uma resolução em relação ao desemprego e um regimento interno. Mas, será mais para o final daquele mesmo ano, em 27 de setembro, em Brasília, que o partido realizará sua primeira convenção nacional. Por exigência legal, era nela que se deveria referendar e homologar as decisões tomadas nos encontros. Além de aprovar formalmente os documentos prévios, o espaço é marcado pelo discurso de Lula como primeiro presidente do PT (1998h).

Nesse discurso, Lula apresenta o partido como “um partido que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil” (PT, 1998h), reafirmando sua relação com o movimento sindical e popular, porém resguardando-lhe autonomia.

O Partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil. É um partido que nasce da consciência que os trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária. Só os

⁷ O 1º Encontro Nacional foi realizado na Assembleia Legislativa de São Paulo (SP), nos dias 8 e 9 de agosto de 1981. Em 27 de setembro, em Brasília, o partido, já legalizado em 16 estados, realiza sua primeira convenção oficial para homologar o Diretório Nacional e referendar seu manifesto, programa e estatuto.

trabalhadores podem conquistar aquilo a que têm direito. Ninguém nunca nos deu, ninguém nunca nos dará nada de graça. (PT, 1998h, p. 107).

Destacando seu caráter de lutas, mas reafirmando o papel diferenciado entre sindicato e partido político, o PT permitiria aos trabalhadores, “[...] atuar e transformar o poder”. Comprometido com as lutas do povo, o PT não seria “um partido de gabinetes, de salas atapetadas, de conchavos nos bastidores”, mas da “porta da fábrica”, do “local de trabalho”, da “luta pela terra” e da “periferia”, onde aprendia “com o povo” (PT, 1998h).

No que diz respeito às lutas em curso, endossa-se um compromisso com a construção da CUT, com a reforma agrária, com a luta dos negros, das mulheres e dos indígenas. Ressaltando a necessidade de desmantelamento do aparelho repressivo e da Lei de Segurança Nacional (BRASIL, 1983), Lula afirma que o “[...] Estado de direito só será restabelecido” quando “[...] o aparelho repressivo for totalmente desmantelado, sem que o poder seja cúmplice do terror”. A luta dos trabalhadores e a conjuntura política internacional teriam impulsionado a conquista da “abertura” política, que “[...] foi apenas por cima, na tampa da panela”, pois, “[...] por baixo, a panela continua vazia e nada se alterou na vida oprimida da classe trabalhadora”. O “[...] povo sofrido desta nação continua tão excluído da vida política quanto antes – e quando assume a luta por seus direitos, é tratado como caso de polícia”. Ao PT caberia “[...] incentivar a nação à conquista de uma abertura real, na qual o poder tenha caráter democrático e de natureza popular” (PT, 1998h).

Já no que diz respeito à direção partidária, Lula explicita, sob a metáfora de “duas camisas”, a suposição de uma deslealdade de militantes organizados em tendências (PT, 1998h). A ideia de duas camisas caracterizaria como infiel a participação de organizações e viria a ter forte impacto sobre o debate interno do PT⁸. Segundo as palavras do próprio Lula:

⁸ Um documento dos *Cadernos Em Tempo* – órgão divulgador da então Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista (ORM-DS), que viria a se tornar Democracia Socialista (DS) –, intitulado *O PT e o Partido Revolucionário no Brasil* (1981), retoma o tema expondo o “questionamento à dupla militância”, a que vinha se atribuindo um sentido próximo à prática de “entrismo”. Segundo ele,

Interessa-nos que todos sejam fiéis ao programa e às normas do PT. Interessa-nos que companheiros não queiram fazer de nosso partido massa de manobra de suas propostas. Não aceitaremos, jamais, que os interesses dessas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do Partido. Denunciaremos, quantas vezes for preciso, certos desvios a que todos nós estamos sujeitos, como o economismo, que pretende restringir a luta dos trabalhadores às conquistas imediatas de sua sobrevivência; o politicismo, que de cima para baixo quer impor seu dialeto ideológico aos nossos militantes, como se discurso revolucionário fosse sinônimo de prática revolucionária; o colonialismo daqueles que se autodenominam vanguarda do proletariado sem que os trabalhadores sequer os conheçam; o esquerdismo, que exige do Partido declarações ou posições que não se coadunam com seu caráter legal e a sua natureza popular; o voluntarismo dos que querem caminhar mais depressa que o movimento social; o eleitoralismo dos que desejam reduzir o PT a um trampolim de cargos eletivos e de projeções políticas; o burocratismo dos que nos criticam por ir às portas de fábrica e querem um partido bem organizado, mas sem bases populares; o oportunismo dos que só põem um pé dentro do PT e mantém o outro pronto a correr quando sentem que suas intenções não são aceitas pelos trabalhadores. (PT, 1998h, p. 112).

Lula diferencia o socialismo do PT do “[...] socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo”. O socialismo do PT “[...] se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar” (PT, 1998h).

“os marxistas estão no PT como militantes leais, não fazem ‘entrismo’, como o que se poderia fazer em uma organização reformista, contrarrevolucionária, mas trabalham para construir o PT. Não estão aparelhando ou parasitando o PT: lutam pela sua construção”. Esse resgate é apenas ilustrativo, no sentido da reflexão sobre como a exigência de fidelidade ia moldando as relações, a autorrepresentação e a diferenciação do grupo dirigente do PT, ainda nos primórdios do partido.

Ressalte-se que, para além de uma figura popular de peso, presidente do sindicato que fez a mais importante greve daquele período histórico e presidente nacional do PT, Lula era símbolo do grupo sindicalista que se aglutinara em torno da formação do partido, o que lhe permitia interlocução privilegiada na disputa de rumos internos. O discurso de Lula “[...] recoloca a questão central sobre o objetivo estratégico socialista” (IASI, 2006, p. 386), caracterizando o PT como um partido socialista e recusando os caminhos social-democrata, trabalhista ou burocrático. Nesse sentido, afirma um *socialismo petista* a partir de contornos e originalidade próprios. No que diz respeito ao aspecto espontâneo do discurso de Lula (PT, 1998h), Iasi (2006, p. 388) o caracteriza como aquilo que Lênin chamaria de “[...] tática-processo, ou seja, um procedimento segundo o qual o partido só formula aquilo que o movimento real da classe já realizou”. Em outras palavras, em lugar da definição estratégica, afirmar-se-ia uma espontaneidade produzida pela prática dos próprios movimentos e não do partido, mesmo que àquela altura a importância do instrumento partidário já fosse reconhecida.

Vale destacar as palavras de Coelho (2005, p. 61):

[...] é preciso considerar o peso simbólico da figura de Lula. A legitimidade do líder das maiores greves operárias em muitos anos, reforçada pela intensa visibilidade que ele obteve nos meios de comunicação, era um poderoso fator de aglutinação do seu grupo no interior do PT. E ele não estava só: Olívio Dutra, Jacó Bittar e outros “heróis” do mito de fundação eram lideranças do mesmo campo.

O 1º ENPT e sua I Convenção marcam, para além da fundação, a legalização definitiva do partido e sua possibilidade de atuação institucional e eleitoral. A reforma partidária de 1979, que buscava fragmentar as oposições por meio da ampliação das agremiações⁹, foi um tiro que saiu pela culatra: permitia, agora, a legalização do PT e de

⁹ Cinco novos partidos concorrerão às eleições de 1982: o MDB, transformado em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); a Aliança Renovadora Nacional (Arena), organizada no Partido Democrático Social (PDS), o PT, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

outros partidos de oposição. Pronto para fazer as disputas nas eleições de 1982, o partido se preparava para lançar candidaturas em todas as regiões do país na primeira eleição direta para governos dos estados desde 1962, último pleito antes do golpe empresarial-militar.

Os primeiros anos do PT: estreia eleitoral e autocrítica

Se a fundação do PT é marcada por seu manifesto, seu programa e seu 1º ENPT, os dois encontros seguintes “[...] concentram-se na análise da crise política da ditadura, indicando que ela busca transformar-se, sob controle, e sem perder as rédeas do poder” (POMAR, 1998, p. 19). Apontariam, “[...] corretamente, as principais tendências da conjuntura, como se comprovou na conciliação entre a oposição liberal e o Regime Militar para uma transição negociada” (POMAR, 1998, p. 19). O partido não capturou, com profundidade necessária, o início de descenso dos movimentos sociais, fato relevante na negociação dos setores burgueses que inviabilizariam as eleições diretas para presidente, resultando no recrudescimento da transição conciliadora. Iasi (2006, p. 390) ressalta que o 2º ENPT “[...] visava preparar o partido para os embates eleitorais daquele ano”. Resultante do 2º ENPT, realizado em 1982, a *Plataforma eleitoral nacional* é acompanhada de uma *Carta eleitoral*. Nela, afirma-se a eleição como “primeiro passo para o socialismo” almejado pelo partido. Em nenhum dos documentos a natureza socialista do projeto se via negada, mas tratava-se, já, de um tipo ímpar de socialismo, o “socialismo petista” (PT, 1998k).

Já o 3º ENPT, realizado em 1984¹⁰, é marcado pelas lições do processo eleitoral. Como a legislação previa o voto vinculado em um único partido para todos os cargos em disputa, mantiveram-se as bases para que o número de votos do PDS – ex-Arena, ou seja, o partido da ditadura – se aproximasse do número de votos dos demais partidos de oposição somados, PMDB, PDT, PTB e PT.

Segundo avaliação prévia ao encontro, realizada pela Comissão Executiva Nacional do PT, os resultados eleitorais teriam sido fracos,

¹⁰ O 3º ENPT foi realizado entre os dias 6 e 8 de abril de 1984 no Pampas Palace Hotel, em São Bernardo do Campo (SP).

abaixo das “expectativas mais pessimistas”¹¹. Apesar disso, a polarização do resultado expressaria a tentativa de se impor uma derrota imediata ao governo e havia ficado “[...] claro, na campanha, que o povo – mais explicitamente o eleitorado oposicionista – queria promover uma mudança imediata, ainda que não substancial”. Do ponto de vista da autocrítica de sua plataforma, o PT teria acenado para mudanças de longo prazo, “[...] sem conseguir ligar nossa proposta de mudanças estruturais na sociedade com as questões mais sentidas pelo povo agora”. Resultante da incapacidade de mediação entre a exposição do projeto do partido no período eleitoral e sua ligação com conquistas para o povo, o projeto de longo prazo deveria passar a se identificar menos com uma visão doutrinária e mais com as “questões imediatas” sentidas pela população (O PT, 1982).

Vitória da transição conservadora e do pacto social

Seguindo objetivo expresso no documento *Contra o continuísmo e o pacto social*, resultante do ENPT Extraordinário (1985)¹², o PT realiza avaliação da campanha pelas Diretas Já, da situação econômica do país e das forças políticas atuantes no período, visando propor um “[...] plano de ação e uma plataforma de lutas por uma alternativa democrática e popular, que se contraponha ao regime, à transição conservadora e ao pacto social”. O PT se afirmava, ainda, imediatamente em oposição ao governo que, no Colégio Eleitoral, viesse a suceder o presidente Figueiredo (PT, 1998g).

No momento em que a Aliança Democrática buscava “[...] consolidar sua hegemonia de classes através da adesão dos trabalhadores a um pacto social e através da participação do PT na transição conservadora”, seria necessário que o partido preservasse a sua independência política. A vontade de independência política dos trabalhadores e suas lutas por autonomia em relação ao Estado, que expressava a recusa à dominação

¹¹ O PT não elegeu governadores nem senadores. Fez oito deputados federais e 13 deputados estaduais. Sua maior liderança nacional, Lula, ficou em quarto lugar nas eleições para governador do estado de São Paulo. Lula fez apenas 10,77% dos votos.

¹² O Encontro Nacional Extraordinário do PT ocorreu entre os dias 12 e 13 de janeiro de 1985, em Diadema (SP).

burguesa, seria a própria origem do PT. A atuação do partido no parlamento, lutando “[...] pela ampliação da margem de liberdade política e pela conquista de reivindicações econômico-sociais, sempre postas em função do acúmulo de forças dos trabalhadores”, tinha como objetivo conquistar o poder e o socialismo. Resgatando o manifesto de fundação do PT, afirma-se “[...] que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas mãos dos trabalhadores ou não virá” (PT, 1998g).

Incorporando a reivindicação da “Assembleia Constituinte livre, democrática e soberana” em sua plataforma democrática, o PT priorizaria a organização dos movimentos sociais para buscar que ela fosse a mais democrática possível. Explicitando elementos táticos frente à conjuntura, deixa-se claro que “[...] o PT continuará lutando para transformar a ordem social, econômica e política vigente, já que nosso objetivo é a construção do socialismo”. As frentes parlamentares seriam apenas táticas e transitórias e a luta passaria essencialmente por reforçar a pressão das massas (PT, 1998g).

Será no seu 4º ENPT (1986) que o PT vai esquadrihar caracterizações sobre a formação social brasileira, iniciando um processo de aprofundamento programático que lhe permitiria, como havia se proposto, relacionar seus objetivos estratégicos às necessidades imediatas do povo. Partindo “[...] de uma análise do estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da conjuntura política” para “[...] estabelecer diretrizes capazes de orientar a classe trabalhadora no enfrentamento de problemas imediatos – inclusive o processo constituinte – e na luta por mudanças que consolidem e ampliem a democracia”, o 4º ENPT tratou da forma peculiar do capitalismo brasileiro e sua estrutura de classes (PT, 1998m).

O capitalismo brasileiro se encontraria em um “alto nível de desenvolvimento”, desenvolvimento que, todavia, teria se expandido “de forma regionalmente muito desigual”. Aliás, desenvolvia-se “de maneira desigual e subordinada ao imperialismo, com uma burguesia e um Estado burguês moderno(s)” e, malgrado “[...] seu grau de desenvolvimento e modernidade” não conseguia “[...] resolver as contradições fundamentais do desenvolvimento do conjunto da sociedade”, apelando então para a força e a repressão. Tendo em vista o esforço de construção de uma sociedade

socialista e as avaliações realizadas pelo documento, a classe trabalhadora teria pela frente “um longo e dificultoso processo de acumulação de forças e fortalecimento de sua organização”, que deveria estar combinado, no plano imediato, com conquistas objetivas. Tal acúmulo de forças passaria necessariamente pela “integração e unificação de seus diversos setores e frações num projeto histórico e político comum” incluindo “as grandes camadas da pequena burguesia rural e urbana”, “sem ameaças a seus limitados meios de produção” (PT,1998m).

O PT avalia que o capitalismo brasileiro estaria incompleto, o que traria, como consequência imediata, a impossibilidade de transição da economia capitalista para formas coletivas, sociais ou planificadas de produção. De tal avaliação resulta uma segunda: o vínculo entre desenvolvimento do capitalismo e ampliação do mercado, bem como a manutenção deste último. Seria preciso combater a ideia de que “o mercado desaparecerá no dia seguinte em que os trabalhadores estiverem no poder”, pois enquanto a produção social fosse limitada continuaria “[...] vigorando o ganho segundo o trabalho e não conforme as necessidades”, e os trabalhadores trabalhariam para sua sobrevivência, conservando a organização do mercado e do consumo (PLANO, 2017).

Contudo, é no seu quinto encontro que o PT vai finalmente dar contornos mais bem-acabados para a sua estratégia. Por isso, nos permitimos dar um salto para dezembro de 1987.

A estratégia democrático-popular

O 5º ENPT¹³, realizado no fim do ano de 1987, pode ser considerado um marco no debate estratégico petista, não só do ponto de vista do aprofundamento dos fundamentos teóricos de seu programa, táticas, vias e da própria estratégia; mas no que diz respeito ao acerto de contas organizativo pautado na possibilidade de vitória do campo dos trabalhadores e derrota da transição conservadora nas eleições do ano seguinte, que em princípio ocorreriam em 1988¹⁴.

¹³ 5º ENPT ocorreu entre os dias 4 e 6 de dezembro de 1987 no Senado Federal, em Brasília (DF).

¹⁴ Como sabido, o mandato do então presidente José Sarney foi prorrogado para cinco

Se a abertura controlada desejava manter sob influência o processo de transição, as eleições diretas poderiam significar, para a esquerda, a “grande chance, desde 1984, de uma ruptura do processo de transição conservadora da burguesia e a abertura de espaços para conquistas democráticas e populares com perspectivas de colocação, no cenário político, de propostas no rumo do socialismo” (ELEIÇÕES, [198-]). O acelerado desgaste político do governo Sarney, resultado da crise política e também da grave crise econômica, aprofundava-se ainda mais diante do cenário de arrocho salarial, dívida externa e inflação galopante. Tornava-se, assim, ainda mais concreto o horizonte de vitória eleitoral.

A centralidade das eleições para o partido vinha se delineando e já havia demonstrado sua importância tanto como via, quanto como conteúdo da concepção de um socialismo democrático e de massas. Era necessário afirmar a distinção entre *abertura* e *democratização* política, o que faria do PT um partido em busca da democracia efetiva, diferenciando-se fortemente dos partidos da ordem. Mas, até então, é possível notar que a democratização, apesar de parcial, entrava, do ponto de vista estrutural, em choque com a política imediata da classe dominante, preocupada com controlar as mudanças no sentido de garantir a sua autoconservação. A questão democrática vai, portanto, tomando contornos e tornando-se, na prática, parte da natureza e das tarefas democrático-populares da estratégia petista.

Desde 1982, quando o partido participara de sua primeira disputa eleitoral, a relação entre o objetivo socialista e o projeto político imediato contava com respostas sempre consideradas insuficientes e pouco aprofundadas, o que começa a ser modificado no encontro nacional anterior (4o ENPT). O projeto democrático-popular, em sua versão mais acabada, viria a se consolidar como resposta a essa principal questão, buscando relacionar a estratégia do partido aos seus objetivos imediatos; as táticas e o seu programa, ao objetivo estratégico socialista. Não é à toa que o discurso de encerramento de Luiz Inácio Lula da Silva no 5º ENPT retoma avaliação sobre sua derrotada participação eleitoral em 1982.

anos, o que fez com que as eleições diretas ocorressem apenas no ano de 1989.

Em 1982, quando fui lançado candidato a governador pelo Estado de São Paulo, cometi a maior gafe da minha vida, pensando que era o mais esperto de todos os candidatos. Discutíamos a apresentação dos candidatos e vocês se lembram do desastre da propaganda do naquele ano, onde o menos perigoso estava condenado a noventa anos de cadeia e eu achei que a classe trabalhadora já estava preparada e fizemos uma fala aonde eu dizia: “Lula candidato a governador número 13, ex-ajudante de tintureiro, ex-torneiro mecânico, ex-sindicalista, ex-presos, ex não sei o que lá, um brasileiro igualzinho a você”. Eu imaginava que o conjunto da classe trabalhadora iria entender a mensagem no sentido de compreender: puxa vida, esse cara é só isso, é nosso candidato, nós também podemos ser. Mas, ele entendeu exatamente o contrário: que ninguém queria ser um brasileiro igual a eu. Eles queriam ser um brasileiro com diploma universitário, queriam ser um brasileiro com melhores condições de vida, com melhor formação intelectual, com melhores condições ou qualidade de vida. E, foi exatamente a partir desse erro, que eu comecei a compreender que às vezes a gente não pode fazer um discurso como se todo mundo estivesse compreendendo o que a gente está falando. (SILVA, 1987).

Como anunciamos, esse aprendizado vai ser a chave, durante muito tempo, para a interpretação das mais diversas opções políticas tomadas pelo PT, se expressando na preocupação de mediar o objetivo estratégico com o objetivo mais imediato, concretizado nas disputas eleitorais. A alternativa à Nova República¹⁵ e à dominação burguesa no país seria democrático-popular. O “[...] governo e um programa democráticos e populares – os dois componentes de nossa alternativa

¹⁵ Para Diogo Valença de Azevedo Costa (2012), “a chamada Nova República foi o período histórico de transição democrática no Brasil, após o término da ditadura civil-militar (1964-1985). Florestan Fernandes possuía uma visão bastante crítica da assim dita transição democrática, argumentando que a ditadura havia criado as condições para se prolongar e sobreviver nas instituições públicas. Por isso ele sempre falava de ‘Nova República’ entre aspas”.

– são o reconhecimento de que só uma aliança de classes, dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo [...]” tem “[...] condições de se contrapor à dominação burguesa no Brasil” (PT, 1998m, p. 322). Assim, o governo democrático-popular (e seu programa) se apresentaria(m) como “[...] capaz[es] de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopólio – tarefas não efetivadas pela burguesia [...]”, tendo, em si, um duplo sentido (PT, 1998m, p. 322):

[...] em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemonizado pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular. (PT, 1998m, p. 322).

A profunda expansão capitalista no Brasil teria consumado um Estado democrático e relações de latifúndio integradas “[...] à ordem capitalista, seja como agrobusiness ou mesmo como forma tradicional subordinada, assim como sua expressão de classe se associa com a burguesia e o imperialismo sem maiores problemas”. Partindo do patamar de desenvolvimento do capitalismo no sentido apresentado, a tarefa consequente para a classe trabalhadora seria a de disputar a hegemonia do seu projeto contra a burguesia, para efetivar a hegemonia política nunca conquistada por ela, raiz dos frequentes regimes autoritários da vida social brasileira: “o maior problema da burguesia brasileira [...] decorre da própria história da formação do capitalismo no Brasil”. Aqui, ao contrário de outros países, o capitalismo teria se “[...] desenvolvido respeitando o monopólio da propriedade da terra,

recorrendo constantemente à força repressiva do Estado para mediar as relações entre o trabalho e o capital”. Integrando-se “[...] de modo subordinado ao mercado e ao sistema financeiro do imperialismo”, o capitalismo teria se desenvolvido sem soberania política e, portanto, de forma dependente e autoritária (PT, 1998m, p. 320).

Assim, uma hegemonia de natureza democrático-popular traria de consolidar as tarefas não efetivadas pela burguesia. Essa disputa de hegemonia se concretizaria a partir da aliança dos setores assalariados com a pequena burguesia, acumulando forças em três eixos centrais: independência de classe, construção de um movimento sindical classista e ocupação de espaços institucionais pela via das eleições, isso efetivando a eclosão, afinal, de um governo popular. Reafirmando que, para parte dos trabalhadores, não estariam colocadas, na ordem do dia, “[...] nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo”, o acúmulo de forças se mantinha como a peça-chave do processo de luta pela hegemonia e pela assunção ao poder político (PT, 1998m, p. 308).

À sombra dessa possibilidade e em que pese o sectarismo, o fracionismo e a divisão da própria esquerda, o Estado burguês se centralizava e a burguesia se unia. O PT nasceria justamente no sentido contrário, impulsionando a construção de movimentos massivos e de alianças consolidadas em frentes políticas de lutas, como no episódio das Diretas Já.

O PT surgiu marcando um rompimento com as tradições reformistas e/ou vanguardistas da esquerda brasileira. O princípio de identidade e independência de classe é o que o distingue dos partidos reformistas ligados a setores da classe trabalhadora. Ao vanguardismo, o PT contrapõe a política de organização aberta, democrática e de massas ligada à luta social. É esse espírito de independência de classe e de desilusão política com os partidos populistas – assim como os erros históricos do reformismo – que explica o receio do conjunto do PT em discutir uma política de alianças. (PT, 1998m, p. 323).

Devendo considerar “alianças táticas e estratégicas com setores interessados no fim da dominação burguesa”, firma-se posição no PT pela necessidade de formação de uma frente única classista ou uma frente democrático-popular que unisse todos os trabalhadores assalariados (PT, 1998m, p. 324).

Antes de avançarmos sobre as questões eleitorais de 1988, faremos uma breve digressão para definir com mais clareza o que é a estratégia democrático-popular, esquadrinhando, dessa forma, algumas de suas determinações. Como primeiro passo, utilizaremos os *senões* apontados por Cassius Brito (2019, p. 249-250) como base da estratégia em tela:

Nas formulações do V Encontro, a caracterização de que o capitalismo brasileiro teria passado por uma “rápida aceleração” é matizada pelo seu caráter ainda dependente, regionalmente desigual, fundado na superexploração do trabalho, manutenção da repressão estatal à participação política extrainstitucional, e por sua incapacidade de incorporar milhões de brasileiros ao mercado interno. Todos estes *senões* são apresentados como índices de incompletude do desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira, porque marcados por “déficits democráticos”. Do ponto de vista político, esta incompletude impediria a consolidação de uma estável hegemonia burguesa no país, ao reproduzir o caráter excludente da estrutura social. O programa político do partido se organiza em torno das antíteses a cada uma dessas insuficiências.

Assim, temos o resumo do plano analítico empreendido pelo PT naquele momento, sobre o qual vai se erigir a formulação da estratégia democrático-popular do partido. Sigamos com Brito (2019, p. 250), segundo o qual:

A estratégia democrático-popular está alicerçada, basicamente, no seguinte entendimento: a revolução burguesa no Brasil se consolidou em um padrão que combinou o desenvolvimento das relações de produção capitalistas em um ritmo acelerado, principalmente durante a ditadura

civil-militar, a um conjunto de déficits democráticos. A concentração de capital derivada deste desenvolvimento teria correspondência com a concentração de poder político, nas mãos de uma burguesia adaptada às restrições vinda de fora, que reage violentamente às pressões dos “de baixo”, resultando em uma forma autocrática de Estado. Seria preciso, então, a partir das lutas sociais e de uma “política de crescimento”, construir a hegemonia na sociedade civil, a fim de por ela, “ocidentalizar o Estado”, ampliando-o. Para tanto o arco de alianças, que no IV Encontro (1986), previa setores proprietários que viviam do próprio trabalho, passa a contar também com microempresários e pequena burguesia (pensada em termos de “tamanho” de capital), com centralidade dos assalariados urbanos, especialmente operários industriais. Nesta concepção, a uma ampla mobilização, por meio de lutas populares, seria, ao mesmo tempo, a via de ampliação do Estado, e, prevendo a reação da autocracia, o campo da resistência popular.

O balanço anterior fixa com clareza as linhas gerais da estratégia que estamos estudando aqui. Com isso, podemos levantar uma questão: qual é a inspiração que a formulação do 5º ENPT, seja no plano analítico, seja no plano estratégico, mobiliza? É possível supor que boa parte das derivações estratégicas do 5º ENPT tenham se fincado na teoria da articulação dialética entre *revolução dentro da ordem* e *revolução contra a ordem* de Fernandes (2018) – ainda que a resolução do encontro não cite diretamente o sociólogo. Para o professor Florestan Fernandes (2018), que foi deputado federal pelo PT¹⁶, seria o aprofundamento gerado pela realização de tarefas democrático-populares em

¹⁶ Em novembro de 1986, Florestan Fernandes, sociólogo e militante do partido, elegeu-se deputado federal pelo PT. Durante o debate da Constituição, ele coordenou a área educacional e cultural das ações do partido. Engajou-se, posteriormente, no debate do que viria a ser a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996). Reeito em outubro de 1990, iniciou o seu novo mandato em fevereiro de 1991. Sendo Florestan um dos intelectuais mais respeitados na esquerda brasileira, ativo militante e parlamentar do PT, as semelhanças entre a resolução do 5º ENPT e a sua práxis, principalmente no que se refere à articulação dialética entre campos *dentro da ordem* e *contra a ordem*, dificilmente poderiam ser consideradas simples coincidências.

atraso, efetivadas por um programa de reformas, que se chocaria com os interesses dominantes, levando, assim, a um processo de revolução contra a ordem. Nesse sentido, essas ditas tarefas democrático-populares poderiam ser parte do arcabouço de um movimento de transição, do âmbito da dialética de uma revolução permanente.

[...] o envolvimento político das classes trabalhadoras e das massas populares no aprofundamento da revolução dentro da ordem possui consequências socializadoras de importância estratégica. A burguesia tem pouco que dar e cede a medo. O proletariado cresce com a consciência de que tem de tomar tudo com as próprias mãos e, a médio prazo, aprende que deve passar tão depressa quanto possível da condição de fiel da “democracia burguesa” para a de fator de uma democracia da maioria, isto é, uma democracia popular ou operária. (FERNANDES, 2018).

Não fazemos esse resgate à toa, pelo contrário. Acreditamos que sublinhar tal influência, exercida de forma não intuitiva, pode revelar um momento crucial da determinação da estratégia democrático-popular: a sua relação de aparente negação com a estratégia democrático-nacional. E, além disso, levantar a questão democrática que permeia as duas estratégias.

A sociedade brasileira vive um momento histórico dramático a esse respeito. De 1937 a 1964 foi preciso que as classes dominantes recorressem duas vezes ao golpe de Estado e à ditadura para superar sua incapacidade de avançar até uma Carta Constitucional efetivamente colada às exigências históricas que o grau de desenvolvimento capitalista alcançado impunha às relações de classes antagônicas. Em termos aproximados, tiveram que burlar a sociedade e usurpar a Nação na metade de quase seis décadas que compreendem a história do país de 1930 até hoje! Esse é um dado fundamental, que atesta não só que “a Constituição não está acima das classes”. Ele demonstra que vivemos em uma sociedade burguesa na qual a burguesia não

aprendeu, no seu todo, a conviver com a “normalidade constitucional”. Se esta não existe, a democracia é uma ficção ou uma mistificação grosseira e qualquer modalidade de regime republicano se corrompe em um fechar de olhos, convertendo-se em tirania indisfarçável, em despotismo dos de cima. (FERNANDES, 1986).

O debate proposto por Florestan Fernandes (1986) remete-nos ao ano de 1964, quando, antes do golpe, a interpretação do PCB apontava para uma espécie de gradualismo, pacifismo e coalizão de trabalhadores, camponeses e burguesia nacional em torno das tarefas democráticas e nacionais necessárias para uma revolução brasileira. Em resumo: a estratégia democrático-nacional. Acreditava-se, desde a *Declaração de março de 1958*¹⁷ (DECLARAÇÃO, 1958), que *setores progressistas* nacionais tinham interesse na luta anti-imperialista, ao contrário dos entreguistas – esses sim aliados ao imperialismo. Em direção oposta, Florestan observará, já após o golpe, que nos países dependentes os estratos dominantes não possuiriam autonomia necessária para conduzir e completar uma revolução com caráter (se-quer) de independência nacional. A sociedade tinha que ser analisada de forma mediada pelas relações de classes, que indicava nela haver uma burguesia sem compromisso histórico com a democracia, com as classes trabalhadoras e, até mesmo, com a legalidade institucional. Por isso, na visão de Florestan, a estratégia democrático-popular proposta pelo PT não poderia repetir o caminho tomado pelo PCB nos anos 1960. Mas, se analisarmos com mais atenção, a oposição entre estratégia democrático-nacional e democrático-popular é passível de se colocar em xeque (FERNANDES, 1986).

A estratégia democrático-popular surge, então, como negação histórica da estratégia democrático-nacional e alguns de seus principais fundamentos, tais como:

¹⁷ No documento *Declaração sobre a política do PCB* (1958), que ficou mais conhecido como *Declaração de março de 1958*, o Comitê Central do PCB aponta o processo de democratização como uma tendência permanente. A democracia, considerada um devir histórico inexorável, passou a ser determinante na estratégia gradualista e pacifista do partido.

- a necessidade de haver uma etapa (ainda) burguesa na revolução brasileira;
- a efetivação dessa etapa em aliança com a burguesia nacional;
- a construção de um programa que se supunha anti-imperialista e antifeudal, nacionalista e democrático.

Ainda que o uso da via institucional/legal e a pressão pacífica de massas tenham sido algumas das principais convergências entre a estratégia petista e a pecebista, no desenrolar do processo histórico os demais pontos nevrálgicos da estratégia anterior parecem ter sido substituídos por outros elementos, na configuração da estratégia democrático-popular, quais sejam:

- a necessidade de haver um momento prévio à revolução socialista, que superasse a forma desigual do desenvolvimento capitalista brasileiro;
- a efetivação desse momento ser vivenciado em aliança de setores médios com frações das classes proprietárias;
- a construção de um programa democrático-popular que visasse a cumprir tarefas em atraso não realizadas pela burguesia, tarefas essas antimonopolistas, anti-imperialistas, antilatifundiárias e de democratização radical.

Em nossa hipótese, um dos elementos de entrelaçamento entre ambas as estratégias guarda relação com a permanência de uma leitura do capitalismo brasileiro segundo a qual seu desenvolvimento teria se dado a partir do monopólio, da dependência e sob forma política não democrática. Os dois raciocínios encontram-se imbricados de modo subjacente ou sub-reptício, dado que:

- a via não clássica da revolução burguesa brasileira teria gerado um capitalismo com características de concentração e monopólio, submissão ao imperialismo, e cuja forma política seria renitentemente autoritária, consistindo, pois, em um capitalismo *atípico*;
- tal configuração manteria tarefas ainda burguesas como pressupostos de um desenvolvimento *adequado* do capitalismo.

Tais raciocínios se tornam pano de fundo para que, ainda que socialista em seu objetivo estratégico, a natureza da revolução tenha

se afirmado como democrático-popular, levando sua realização a apresentar-se como um novo tipo de etapismo. A problemática envolve, ainda, as questões da democracia e da forma do Estado como alguns de seus fundamentos. Não sendo a democracia um elemento meramente tático, mas estratégico para o projeto petista, democracia, gradualismo e pacifismo convertem-se assim numa tríade inseparável e parecem contribuir para que se produza e mantenha uma tensão interna, no projeto petista, entre acúmulo de forças e ruptura, constringendo a estratégia a se orientar sempre numa atitude de respeito para com os marcos do limite institucional.

Por esses motivos, parece-nos que, apesar de incorporar o pleno desenvolvimento capitalista no campo e na cidade como pressuposto e base das relações materiais vigentes no Brasil, a lógica do entrave acaba se reatualizando ao atribuir-se, à esfera política, uma suposta incompletude. Ou melhor, a democracia é tratada como historicamente intimidada, de tal forma que, para se desenvolver, precisaria superar a *inviável hegemonia política* existente no Brasil, a partir da *incorporação de milhares aos frutos do desenvolvimento*. É interessante notar que uma forma de etapa não substituirá a outra, ao contrário. Como sempre, uma unidade e uma interação dialética entre as relações materiais e políticas persistirão de maneira imbricada, como uma unidade em movimento: a política é um tipo de economia condensada. O ponto nodal desse debate reside numa longa discussão acerca do papel do Estado na estratégia revolucionária, análise que só pode ser feita à luz das situações concretas e da atualidade histórica e que se faz fundamental e necessária.

Perseguindo as linhas de continuidade que dominaram a interpretação do processo de formação histórica brasileira e suas implicações para as estratégias socialistas no Brasil, poderemos entender melhor a reedição de uma nova versão de etapismo na evolução da realização da estratégia democrático-popular do PT. Nesse capítulo da trajetória que tentamos construir, ou seja, quando do 5º ENPT, a estratégia democrático-popular está nascendo e ainda se apresenta com a sua faceta mais radical, rupturista. Mas, mesmo assim, já conseguimos traçar as suas conexões estruturais com a estratégia

democrático-nacional. Agora, com o devido balanço realizado, podemos seguir o nosso inventário.

Para a campanha eleitoral de 1988, Luiz Inácio Lula da Silva seria o candidato do PT. Candidaturas nacionais e municipais deveriam “[...] articular-se com a luta pela realização de Diretas, centradas na oposição à Nova República, contra o governo e seus aliados locais e contra o pagamento da dívida externa” (PT, 1998m, p. 324). O PT, possível beneficiário dos votos de protesto contra PMDB e Sarney, se via com possibilidade de canalizar boa parte do descontentamento com o conservadorismo e a Nova República. Para o partido se apresentar, nas eleições, como alternativa real de governo, contudo, seria “[...] fundamental [que apresentasse] uma plataforma de campanha com propostas concretas para enfrentamento dos principais problemas locais” e que se dirigisse à população em geral e não apenas à parcela organizada da sociedade (PT, 1998m, p. 345).

O PT sai de seu 5º ENPT mais fortalecido em sua concepção estratégica, fato que se somaria ao enorme crescimento do partido no período eleitoral posterior. Em seu discurso de posse como presidente do Diretório Nacional do PT no final do 5º ENPT, antes mesmo de apresentar Lula como candidato do partido à Presidência da República, Olívio Dutra destaca duas preocupações fundamentais: o aprofundamento da mediação entre as necessidades imediatas do povo e o objetivo estratégico socialista; e a possibilidade concreta de se derrotar a Nova República:

Teremos que ter propostas concretas quando estaremos governando prefeituras, quando nos propormos a governar o país, temos que ter propostas concretas para solucionar os problemas do dia-a-dia do povo e das massas. [...] Enquanto o partido age e dá resposta a essas conjunturas, o Partido deve aprofundar a sua perspectiva socialista. Mas companheiros, nós, nesse V Encontro temos um momento dos mais culminantes e importantes e que nos toca a cada um de nós: é a oportunidade de o povo trabalhador, respondendo a conjuntura política que está aí, a crise da chamada Nova República, a crise da chamada transição conservadora, mais do que nunca ou talvez por muito tempo

não tivemos a oportunidade que hoje temos de dar uma resposta para essa conjuntura de crise. Resposta do ponto de vista do povo trabalhador e resposta do povo não no plano populista enganador, nós hoje, com a construção do nosso Partido, com a formação de seus quadros, com a clareza de sua intervenção política, temos condições de dar uma resposta ao interesse das maiorias. (DUTRA, 1987).

Assumindo a presidência do Diretório Nacional, Olívio Dutra dirigiria um partido que, ao final do 5º ENPT, teria consolidado sua estratégia: travar a batalha contra a burguesia para consolidar sua própria hegemonia (por meio da realização das tarefas por ela não realizadas ou em atraso) seria o caminho para se alcançar o objetivo estratégico socialista.

Retomando o discurso de encerramento de Lula no 5º ENPT, demonstra-se a radicalidade de um futuro candidato que, comprometido com a causa da classe trabalhadora, precisava superar as dificuldades em torno de sua própria candidatura. Anti-imperialista, taxaria os 5% mais ricos da nação, estatizaria os bancos e exerceria controle sobre o capital financeiro. Além disso, distribuiria renda do montante obtido com os lucros taxados.

Agora, uma coisa eu peço que o partido faça: é que a gente não pode fazer uma campanha com dúvida de qual o segmento social que a gente representa. Nós não podemos querer ficar agradando a classe média alta, o grande empresariado, o médio empresariado. Nós temos que fazer uma campanha classista, falando dos interesses da classe trabalhadora. E, nós vamos precisar marcar posição, precisamos acirrar as contradições porque se não for assim a peãozada não vai entender a nossa campanha. E eu termino aqui, companheira, dizendo para vocês de coração: vamos à luta. (SILVA, 1987).

Lula torna-se, dali em diante, o candidato da classe trabalhadora a presidente do Brasil.

As eleições de 1989: “Para fazer brilhar a nossa estrela”

No 6º ENPT¹⁸, respaldado pelo conjunto da estratégia traçada no encontro anterior, enfrentar-se-á uma nova mediação: a tomar pelo surpreendente desempenho eleitoral do PT nas eleições municipais de 1988¹⁹, a campanha para presidente prometia desfecho positivo. Para isso, o PT precisava transformar sua estratégia política em estratégia eleitoral, seu programa estratégico em programa de governo e assim por diante. Para o principal partido de oposição do país após o Congresso Constituinte não exclusivo, a possibilidade – tão perseguida – de derrotar a transição conservadora se avizinhava.

Para o PT, a crise econômica permaneceria casada à crise de legitimidade de Sarney, quadro já esmiuçado pelas avaliações anteriores. Porém, tal convulsão social e econômica combinaria o “[...] início de uma crise de regime com um impasse no padrão de acumulação capitalista e uma crise estrutural”. A burguesia, fragmentada, teria perdido terreno para a construção, pelos trabalhadores, de um instrumento “[...] capaz de disputar a hegemonia com os partidos burgueses em nível nacional” (PT, 1998c).

Os programas para o governo democrático-popular e o próprio governo democrático-popular aparecem apresentados nos documentos como “[...] instrumentos capazes de viabilizar a alternativa dos trabalhadores à crise política atual”, podendo “[...] abrir condições para a disputa de uma alternativa de poder”. O PT e a Frente Brasil Popular eram os instrumentos principais dos trabalhadores para incidir no quadro da conjuntura política de então, já que a disputa eleitoral nacional representaria o eixo central da tática partidária. A crise de governo, segundo o PT, corria o risco de se metamorfosear numa crise de regime (PT, 1998c).

Ao encerrar o encontro, Luiz Inácio Lula da Silva demonstra a radicalidade presente no projeto que defenderia:

¹⁸ O 6º ENPT foi realizado entre os dias 16 e 18 de junho de 1989 no Colégio Caetano de Campo, em São Paulo (SP).

¹⁹ Nas eleições de novembro de 1988 o PT elegeu 36 prefeitos, três deles em capitais: Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (chapa: Olívio Dutra e Tarso Genro); São Paulo, no estado homônimo (chapa: Luiza Erundina e Luiz Eduardo Greenhalgh); e Vitória, no Espírito Santo (chapa: Vítor Buaiz e Rogério Medeiros).

Todos sabem perfeitamente bem que uma vitória da Frente Brasil Popular significa em primeiro lugar o rompimento do pagamento da dívida externa, porque não vamos matar nosso povo de fome para encher a barriga dos banqueiros norte-americanos ou dos banqueiros europeus. Precisamos ter claro que a anistia está longe de acontecer no Brasil. É bem verdade que alguns companheiros saíram da cadeia e que muitos recuperaram seus direitos de cidadãos. Mas a verdade nua e crua é que a grande maioria do nosso povo ainda não foi anistiada. A anistia só vai acontecer neste país quando a gente acabar com 31 milhões de analfabetos, dando a eles condições de estudar. E quando a gente acabar com o salário-mínimo miserável, que hoje é de 84 cruzados e que não dá para suprir as necessidades mínimas da classe trabalhadora. A anistia para a classe trabalhadora brasileira só virá a acontecer quando cada cidadão tiver o direito à educação, à saúde, ao salário, à sociedade justa e igualitária. A burguesia não pode se enganar com a gente. Tampouco podemos permitir que a burguesia acredite em falsas promessas como a “mentira Collor”. A mentira Collor é a mesma mentira da revolução de 64. É a mesma mentira do fundo de garantia em 66. É a mesma mentira do Funrural em 70. É a mesma mentira da Nova República em 85, do Plano Cruzado em 86. É a mesma mentira do Plano Verão, a mesma do Plano Bresser. (SILVA, 1989).

Mas a burguesia, a bem da verdade, não se “enganaria” com a dita mentirosa alternativa Collor. Seriam seus próprios interesses, mesmo que cindidos em frações diferentes, que se agregariam em torno daquele candidato: menos por um apoio de fato ao apelidado *caçador de marajás* e mais pela oposição à estratégia democrático-popular da classe trabalhadora.

“Lula lá!”: a Frente Brasil Popular em ação

A campanha eleitoral de 1989, primeira eleição direta para presidente transcorridos 25 anos do golpe empresarial-militar de 1964, foi

um marco importante na história do país e, em particular, no desempenho do PT e do projeto político construído pela classe trabalhadora. Tal marco não se restringe ao reconhecimento formal das eleições. Na década anterior, o PT teria nascido, se legalizado, se fortalecido e alcançado triunfos eleitorais importantes. Tratava-se, portanto, de uma força política (e eleitoral) de alcance relevante, que acabava de consolidar sua estratégia: a estratégia democrático-popular. A candidatura da Frente Brasil Popular seria representada pelo candidato à presidência, Lula, e seu vice, José Paulo Bisol, do Partido Socialista Brasileiro (PSB)²⁰. Além de mobilizar grande contingente da população em seu favor, a candidatura Lula polarizou em dois campos – em especial no segundo turno das eleições – os projetos políticos apresentados para o país: de um lado a candidatura de Fernando Collor de Mello, que se transformou numa aventura de setores conservadores; e, de outro, a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, que representaria o projeto construído pelos trabalhadores, um projeto democrático-popular.

Transformando seu programa em arma e esperança, o partido lança Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Ao mesmo tempo em que avalia a força social do PT segundo o acúmulo de forças por fora da institucionalidade, surgia agora uma nova nuance no cenário. A força institucional do partido e a sua preparação para disputar as eleições nacionais precisavam ser acompanhadas da viabilidade de o projeto democrático-popular ser vencedor nas urnas – mediação necessária entre a estratégia, o seu objetivo socialista e as necessidades imediatas da população brasileira. Apontando para um programa de disputa eleitoral, não se deixaria de lado o objetivo socialista, mesmo que esse se deslocasse, cada vez mais, para o interior da cena institucional.

O cenário eleitoral, visto até ali como um possível momento de choque e de polarização da esquerda *versus* direita, deveria ser alvo, segundo setores do partido, de cuidados, como o de não espantar camadas médias da população e setores do empresariado. A centralidade da vitória teria interlocução com uma avaliação de fundo estrutural

²⁰ Lula havia escolhido e convidado o jurista Raymundo Faoro para compor sua chapa como vice, mas a vaga acabou sendo recusada pelo jurista.

frente à transição, pois permitiria, de uma só vez, um desfecho alternativo para o caráter conservador da democratização pelo alto. Tomando o necessário cuidado com a densidade do programa de governo e a sua aceitação pelas camadas médias, uma vitória eleitoral parecia se anunciar iminente. Avaliara Garcia (1988), no ano anterior: “[...] o tipo de tratamento que se pretende dispensar aos distintos setores do empresariado. O fato de não se buscar uma aliança com eles não significa tentar (ou deixar que se suponha isso) uma estratégia de choque frontal”.

Tal elemento nos parece o resultado de uma avaliação política do projeto democrático-popular para a qual, por uma determinada caracterização das classes sociais no Brasil, a importância da aliança com os setores médios da sociedade era não só tática, mas parte da concepção estratégica do socialismo petista. Do ponto de vista econômico, isso corresponderia a uma dupla manutenção: conservação e ampliação do mercado sem ameaça à pequena e média propriedade privada.

A eleição de 1989 foi um momento de unidade. Ampliando a capacidade de diálogo e permitindo o trabalho organizativo e massivo externo para o conjunto das posições políticas petistas, a eleição serviria como um *magneto*²¹ de diversos setores sociais. Convertendo-se em importante momento de disputa política de massas, a primeira eleição direta presidencial afunilaria as marcas de uma forte polarização social – não só pela esperança e expectativa que guardava, mas também pela novidade política que representava o PT. O partido rasgara as brechas dos setores dominantes anunciando que a luta de classes se daria sob nova qualidade e, já em sua primeira eleição, levaria seu candidato ao segundo turno.

Alcançando os mais distantes recantos do país, a campanha de Lula foi marcada pela formação de comitês de todos os temas, tipos, em diversas localidades; ânimo e militância que eram retratados nos programas eleitorais pela Rede Povo, em uma paródia, aos programas da Rede Globo, que buscava falar de forma objetiva e direta sobre os

²¹ O termo *magneto* é constantemente usado por Eurelino Coelho (2005), em sua tese de doutorado, para caracterizar o efeito de atração que o PT exerceu. Lançamos mão da palavra pois ela nos parece permitir ilustrar imagetivamente a campanha de 1989: um polo de aglutinação e de expectativas em torno da campanha petista.

maiores problemas que acometiam o povo brasileiro. Sob o lema “Sem medo de ser feliz”, o PT chegaria ao segundo turno da eleição, o que não seria um pequeno feito: tratava-se da polarização de um projeto da esquerda construído sob hegemonia de um instrumento da classe trabalhadora *versus* o de um representante do conjunto de setores conservadores. Talvez por isso, o *jingle* da campanha *Lula lá* tenha expressado tão categoricamente esse momento histórico. Explorando²² os principais elementos simbólicos em torno da campanha do PT, metaforizava na estrela partidária a ascensão de Lula à presidência, conseguindo captar, poeticamente, o impacto da entrada dos trabalhadores na cena política e eleitoral. A primeira eleição direta, a independência dos trabalhadores, a oposição à imagem do *medo* que o polo oposto vinculava ao PT: todos estavam ali presentes na letra do marcante *jingle* (ACIOLI, 1989).

Ser um *caçador de marajás*, um representante do *novo* eram os atributos simbólicos de Fernando Collor de Mello. O suposto aventureiro não era, evidentemente, tão aventureiro quanto parecia. Se, de fato, as figuras do *novo* e da *anticorrupção* teriam influência no processo eleitoral, a necessidade de se estabelecer um polo antissocialista, anti-Lula e anti-PT é que permitiu catapultar Collor ao segundo turno²³. Unificando a direita em torno de sua candidatura, no segun-

²² “Passa o tempo e tanta gente a trabalhar / De repente essa clareza pra votar / Sempre foi sincero de se confiar / Sem medo de ser feliz / Quero ver você chegar / Lula lá, brilha uma estrela / Lula lá, cresce a esperança / Lula lá, o Brasil criança / Na alegria de se abraçar / Lula lá, com sinceridade / Lula lá, com toda a certeza pra você / Um primeiro voto / Pra fazer brilhar nossa estrela / Lula lá, muita gente junta / Valeu a espera” (ACIOLI, 1989). A canção foi apresentada por vários artistas, demonstrando a amplitude social da campanha. Busca-se, enfim, soterrar o medo e a sombra da caserna, numa representação da esperança em torno do horizonte democrático que se abria.

²³ Ao contrário do que seu *marketing* apregoava, Collor simbolizava, nele próprio, o processo de transição pactuada entre a ditadura e a Nova República. Nascido no Rio de Janeiro, porém exercendo sua carreira política em Alagoas, Collor era herdeiro de um jornal de grande circulação no estado, cujo dono, Arnon de Mello, era seu pai. Curiosamente, o dono da *Gazeta de Alagoas* havia sido senador por esse estado antes e durante a ditadura empresarial-militar. O *jovem caçador de marajás* já tinha sido prefeito de Maceió pela Arena, em 1979, e depois eleito para deputado federal, em 1982, pelo PDS – legatário da Arena que havia mudado de nome em 1980, após

do turno Collor reiteraria os elementos que haviam conformado sua imagem: ele seria um cristão pela família; um defensor da democracia, da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e da nação; um opositor ao governo Sarney, ao socialismo; um combatente contra a corrupção. As duas letras *l* de Collor, com barras paralelamente pintadas de verde e amarelo, aludiam à bandeira e à reconstrução nacional. Mas, passemos à última semana eleitoral, para encurtar um pouco a trajetória da disputa do segundo turno eleitoral.

Em meio a escândalos pessoais e situações dramáticas de tom apelativo, Lula ressaltava, em cadeia nacional, os apoios que haviam conformado seu campo no segundo turno: de Leonel Brizola (PDT), de Mário Covas (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), de setores da chamada *esquerda do PMDB*, representada por Miguel Arraes – então governador de Pernambuco –, do PCB e daqueles partidos que já faziam parte da Frente Brasil Popular. Comícios com 300 mil pessoas, em São Paulo, e 120 mil, em Porto Alegre, animaram a corrida da última semana de campanha e selaram a participação dos aliados de Covas, no palanque de Lula em São Paulo, e de Brizola, no do Rio Grande do Sul.

O resultado de 17 de dezembro não foi, no entanto, o esperado pela Frente Brasil Popular e pelos seus eleitores. Ao findar a apuração, Collor teria vencido as eleições em todas as regiões do país, com exceção apenas do Sul, onde houve empate técnico²⁴. Um desfecho contraditório para o processo de transição conservadora estaria em curso e a alternativa à Nova República não expressava, como esperado, um

o retorno ao pluripartidarismo. Eleito governador do estado de Alagoas, já em 1986, pelo PMDB, Collor mudaria novamente de sigla para concorrer à primeira eleição federal em 1989. Foi, ele mesmo, expressivo exemplo do processo de mutação e transição conservadora da direita brasileira: da Arena ao PDS, do PDS ao PMDB para, em seguida, buscar na tese da *reconstrução nacional*, pelo partido que leva esse nome (Partido da Reconstrução Nacional – PRN), se apresentar como o símbolo ideal para o ilustre desconhecido partido, assim nomeado após a entrada de Collor em seus quadros, em fevereiro de 1989.

²⁴ Os resultados detalhados da eleição podem ser conferidos em Singer (1990, p. 121). Resumidamente, destacamos o resultado geral e o resultado por regiões do país. Norte: 20,29% Lula e 48,52% Collor; Nordeste: 32,77% Lula e 41,21% Collor; Centro-Oeste: 28,37% Lula e 48,82% Collor; Sudeste: 42,08% Lula e 42,86% Collor; Sul: 39,97% Lula e 39,09% Collor. Votos no exterior: 30,45% Lula e 24,56% Collor. Votação total: 37,86% Lula e 42,75% Collor.

revés do conservadorismo e da ampliação da democracia pelo resultado do sufrágio.

Dois meses depois, como se “[...] tivesse acordado de uma grande ressaca” (O PT, 2012, p. 241), Lula avaliará, em entrevista inédita, motivos influentes sobre sua derrota. A despeito de muitos elementos que elenca, entre falhas organizativas e falta de habilidade temática, o central argumento político que figura em sua avaliação diz respeito à incapacidade do PT de falar com setores mais desfavorecidos da sociedade.

LULA – Eu acho que, muitas vezes, nós pecamos por excesso de otimismo. Certas coisas, nós discutíamos a partir da nossa cabeça, a partir da cabeça do pessoal politizado. Quando disseram que a gente ia acabar com as religiões não católicas, nós fizemos um único programa especial sobre o tema, quando deveríamos ter realizado várias inserções. Precisávamos ter insistido nestas questões, porque é exatamente na faixa menos politizada que essas coisas pegam, neste setor não funciona a estória que, para bom entendedor, meia palavra basta: para este segmento não se deixar levar por estes boatos, não basta meia palavra, é preciso, quem sabe, um livro inteiro. Eu acho que a gente não conseguiu ter uma linguagem para este setor mais vulnerável da sociedade, a gente não conseguiu penetrar nesta camada do jeito que deveríamos.

ANDRÉ – Você acha que este setor tem medo do Lula?

LULA – Esta camada é manipulada com mais facilidade pelos meios de comunicação, que vendem uma imagem distorcida do Lula, do PT. Pois bem. A minha briga é sempre esta: atingir o segmento da sociedade que ganha salário-mínimo. Tem uma parcela da sociedade que é ideologicamente contra nós, e não há por que perder tempo com ela: não adianta tentar convencer um empresário que é contra o Lula a ficar do lado do trabalhador. Nós temos de ir para a periferia, onde estão milhões de pessoas que se deixam seduzir pela promessa fácil de casa e comida.

ANDRÉ – Você acha esta batalha prioritária?

LULA – Acho. Nós temos amplos setores da classe média

com a gente – uma parcela muito grande do funcionalismo público, dos intelectuais, dos estudantes, do pessoal organizado em sindicatos, do chamado setor médio da classe trabalhadora. O que nós precisamos agora é ir diretamente a esse pessoal menos favorecido.

CÍCERO – Não foi a classe média que derrotou sua candidatura? LULA – A verdade nua e crua é que quem nos derrotou, além dos meios de comunicação, foram os setores menos esclarecidos e mais desfavorecidos da sociedade. (O PT, 2012, p. 242-243).²⁵

Se existia um setor social desconfiado de Lula, esse era o povo mais pobre. Preocupado com a classe média e o perfil *assustador* que ele poderia representar para o empresariado e os pequenos proprietários, o PT teria deixado de lado uma ampla parcela da população cujo perfil, contraditoriamente, poderia ser seu principal eleitorado: o povo. Mas, não só a base eleitoral atingida constituía um grande problema. No percurso, uma série de aspectos centrais do projeto estratégico petista, principalmente o próprio objetivo estratégico do partido, o socialismo, seriam colocados na berlinda. A queda do Muro de Berlim e o fim do polo socialista foram interpretados mundialmente pela perspectiva hegemônica como a derrota do socialismo, do comunismo e do marxismo e o declínio final da proposta de controle sobre os mercados e sobre os meios de produção, com vistas a socializá-los. Seis dias antes do primeiro turno presidencial, precisamente em 9 de novembro de 1989, o mundo assistiria ao início da restauração e da ofensiva capitalista.

Se, de fato, o socialismo era o objetivo estratégico do PT, a eleição, como um momento para pavimentar esse caminho, apresentava-se, agora, como fonte de possível embaraço a sua estratégia. O programa democrático-popular refletido no plano de governo petista previa, como vimos, a possibilidade de ruptura com a ordem, uma mudança

²⁵ O primeiro grande balanço público da campanha do PT em 1989 acabou sendo resultado de entrevista que Lula concedeu no final de fevereiro de 1990. Além de Lula, Ricardo Kotscho e Aloizio Mercadante participaram da conversa com Cícero Araújo, Breno Altman e André Singer. A entrevista se encontra em um dossiê da Fundação Perseu Abramo (O PT, 2012, p. 241-251).

severa no perfil da distribuição de renda, a estatização de uma série de setores estratégicos da economia, o rompimento com o pagamento da dívida externa e com o capital financeiro. Corroborando com a relação intrínseca entre socialismo e democracia afirmada pelo PT desde seus documentos fundacionais, os regimes do Leste Europeu passam a ser frontalmente questionados pela sua tônica *burocrática* e de reprodução do *autoritarismo*. A burocratização foi tomada segundo dois pilares fundamentais: o da ausência de democracia e o da ausência de mercado. A estatização da economia sufocaria a *liberdade* de transações econômicas e a burocracia prejudicava a democracia, a liberdade partidária, a autonomia e a liberdade sindicais. A defesa do socialismo com democracia, a despeito de ser vista como a melhor resposta possível pelo PT, não arrefeceria a agressividade dos adversários do projeto do partido.

No último debate eleitoral do segundo turno, realizado três dias antes do pleito eleitoral²⁶, a primeira pergunta da noite notabilizava a ofensiva contra o socialismo. Transmitido em conjunto por quatro redes de televisão – TV Bandeirantes, TV Globo, TV Manchete e SBT –, os temas da economia e da democracia se destacavam ao mesmo tempo que se ignorava de forma capciosa a crise brasileira, focando o debate no regime socialista do Leste Europeu:

Os países comunistas atravessam grandes transformações sob o aspecto político e econômico. Estão optando pelo caminho da liberdade política e pela eficiência do mercado na economia, inclusive no que diz respeito a salários, o que mostra que o Estado empresário está falido naqueles países. Eu pediria aos senhores que se posicionassem sobre as transformações do mundo comunista sob o aspecto econômico e de que maneira essas transformações podem ser aproveitadas no Brasil como lição. (CASOY, 1989 *apud* DEBATE, 2018).

Ao responder à solicitação, Lula prima por reafirmar a relação entre socialismo e democracia como fundamento principal da versão de socialismo petista.

²⁶ O debate, transmitido de forma editada, em cadeia nacional, no dia seguinte, foi considerado por muitos um dos principais motivos da derrota de Lula no pleito eleitoral.

Lula – Em primeiro lugar eu queria agradecer [...] por mais essa oportunidade de provar que é possível, num debate como esse, elevar o nível de consciência do nosso povo. Em segundo lugar, meu caro Boris, eu acho muito difícil, muito complicado tentar comparar o que está acontecendo no Leste Europeu com o que está acontecendo no Brasil ou com o que precisa acontecer no Brasil. É preciso saber de antemão que, desde 1980, portanto há dez anos atrás e quando foi fundado o Partido dos Trabalhadores, ele foi fundado na base da liberdade política, na base da liberdade e autonomia sindical, na base do pluralismo político. Nós sempre entendemos que não haveria socialismo possível se não houvesse uma sociedade democrática, se não houvesse vários partidos políticos. E eu acho que há uma razão de ser da luta no Leste Europeu, acredito piamente que o conjunto da sociedade tem razão porque o Estado não pode efetivamente estar tendo ingerência em toda atividade da economia. O Estado precisa ter ingerência nos setores considerados estratégicos da economia, nos setores considerados essenciais à população e permitir que a própria sociedade crie mecanismos para se autofinanciar, se autodeterminar, a nível de conquistas, a nível de investimentos, inovações tecnológicas, a nível de inovação em investimentos. Eu acredito que o que está acontecendo no Leste Europeu e começou na década de 1980 com o sindicato Solidariedade é um exemplo para o mundo, para a América Latina, um exemplo para o Terceiro Mundo de que é possível continuar lutando pelo socialismo, mas é preciso continuar lutando por um socialismo democrático, um socialismo pluralista, por um socialismo que não negue a necessidade da liberdade e da autonomia sindical, a necessidade do direito de greve, a necessidade da classe trabalhadora se organizar livremente no mercado de trabalho. Essa briga foi que fez com que o PT nascesse, essa briga fez com que nós criássemos o sindicalismo combativo no Brasil, essa briga serviu para surgir a CUT no Brasil. Daí porque a minha tranquilidade e a minha solidariedade com o que está acontecendo no Leste Europeu. Da mesma forma que os alemães derrubaram o muro da vergonha que era o Muro de

Berlim, nós vamos eleger dia 17 quem vai derrubar o muro da vergonha no Brasil, que é a fome, que campeia na casa de cada brasileiro. (SILVA, 1989 *apud* DEBATE, 2018).

Tal resposta parecia ser aquela possível para solucionar a questão, ao menos naquele momento. A primeira intervenção de Collor, logo em seguida, recolocaria, porém, o tema em novos termos.

Inicialmente, o meu boa-noite e o meu agradecimento pela oportunidade de participar mais uma vez de um debate às vésperas da eleição presidencial e às vésperas também de um Natal. Daqui a dez dias estaremos comemorando o nascimento de Cristo. O nascimento de Cristo é o dia que marca o recolhimento cristão de toda a família brasileira, de toda família que crê, acredita e tem fé que Deus haverá de nos ajudar também e sobretudo a nós, saindo dessa crise em que nos encontramos. Daqui a três dias nós estaremos escolhendo também o novo presidente da república. E essa pergunta vem bem a calhar, porque não há como se discutir com os candidatos as suas propostas para saúde e para educação sem que antes nos posicionemos de uma forma muito clara as grandes diferenças, as fundamentais diferenças que existem entre um candidato e outro. De um lado está a candidatura do centro democrático, por mim representada; do outro lado está uma candidatura que esposa teses estranhas ao nosso meio, teses marxistas, teses estatizantes, teses que não primam pelos princípios democráticos consagrados na nova Carta Constitucional, até porque o partido daquele que é meu adversário se negou a assinar, votou contra o texto constitucional. O que nós estamos vendo no Leste Europeu é a demonstração clara, é a demonstração nítida que os princípios democráticos devem ser preservados, devem ser perseguidos. Durante 30 dias eles levaram para erguer o Muro de Berlim e nós precisamos de 30 anos para derrubá-lo. Derrubamos essas teses atrasadas, arcaicas, porque não dizem respeito ao nosso dia a dia. Essas teses que são contra a livre iniciativa, que são contra a liberdade, que sufocam,

que oprimem o povo. Lá no Leste Europeu não há liberdade de imprensa, não há livre iniciativa, há sim a presença do Estado enorme, maciço, corrupto e interventor. Lá não há liberdade de comprar aquilo que se deseja, lá não há liberdade de salário, não há competição, lá não há eficiência, lá não há felicidade. Este outro lado é o que eu combato. Eu combato porque acredito firmemente que é possível nós construirmos uma sociedade democrática, mas uma sociedade democrática com absoluta liberdade, com meios perfeitamente compatíveis com o que é a nossa Constituição e sem utilizarmos da luta armada, da intolerância, da baderna, da bagunça, do caos, do desrespeito mais absoluto como querem aqueles que se contrapõem a nossa proposta. Eu acredito que o senhor Gorbatchov, com a sua Perestroika, deu uma grande demonstração de que o nosso caminho é o caminho correto. (MELLO, 1989 *apud* DEBATE, 2018).

Se o discurso de Collor é evidentemente carregado de um tom conservador, ele fia-se, por outro lado, na defesa da democracia e da liberdade, antagonizando-se ao senso comum relacionado, à época, às sociedades socialistas que a figura de Lula supostamente representaria. Assim, Collor parte para a ofensiva em relação à imagem do PT, acusando-o de ser um partido que teria votado *contra* a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Lula, em resposta, passa a uma defensiva do texto constitucional (DEBATE, 2018). Para além de demonstrar ofensiva contra a síntese expressa na ideia de socialismo petista, o recuo feria a síntese teórica sobre a transição conservadora que o PT vinha fazendo até então: a Nova República e a Constituinte não exclusiva teriam sido um elo do mesmo processo de transição conservadora.

A segunda pergunta do debate incidiria novamente no tema da ruptura e do socialismo. A questão partia da afirmativa de que o projeto econômico, político e social do PT não era apenas o de ganhar o governo, pois esse seria apenas o primeiro passo de seu projeto de poder. O jornalista Luiz Fernando Emediato afirma que o sentido histórico do projeto petista seria “[...] o de fazer uma reforma radical, uma revolução socialista”, já que “o próprio PT admite na página nove [do

seu programa] que as reações podem ser brutais, que alguém tem que perder com essa revolução”. Em seguida, alude que Lula prometia a felicidade para os seus eleitores, mas que “essa felicidade pode ser comprometida”, pois uma das partes perderia: “o senhor teria coragem de falar para os seus eleitores, aqui e agora, que se essa reação brutal acontecer o senhor terá de reprimir, quem sabe até pelas armas, os seus opositores como defendem alguns dos seus aliados [...] como o Partido Comunista do Brasil?” (EMEDIATO, 1989 *apud* DEBATE, 2018). Lula, então, tira do bolso a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e diz:

Eu vou mostrar um livrinho outra vez [mostra a Constituição da República], um livrinho que eu ajudei a construir, embora tenha tido a dignidade e a decência de lhe dizer, da tribuna da Câmara que assinaria, mas votaria contra porque entendíamos que ainda não estavam contem-plados os interesses maiores do conjunto da classe trabalhadora brasileira, mas apenas em parte. Porque as grandes conquistas que os trabalhadores tiveram na Constituição ficaram para ser regulamentadas e por isso nós vamos ter outro período de convencimento para o parlamento regulamentar a Constituição. E é lógico que nós temos clareza de que fizemos poucas promessas nessa campanha eleitoral. O meu adversário fez promessas. O meu adversário tentou utilizar o povo como massa de manobra, tentou colocar inverdades como agora, no início de sua fala, dizendo que o PT é um partido marxista, quando não existe nenhum documento do PT oficial que coloque o PT numa linha marxista. Mas nós vamos brigar para que seja cumprida essa Constituição, e para defendê-la nós usaremos todos os instrumentos que o Estado dispõe para que a gente permita que a sociedade brasileira alcance o que foi aprovado aqui e promulgado no dia 5 de outubro de 1988. Eu tenho consciência absoluta de que é preciso para que se faça uma política de distribuição de renda correta, para que possamos recuperar o poder aquisitivo que o salário-mínimo tinha em 1959, e faço questão de reiterar que, em 1959, o salário-mínimo permitia comprar 90 e tantos quilos de carne e que, hoje, o salário-mínimo permite comprar 24 quilos de carne.

Que uma dona de casa que saía para uma feira ou para um supermercado com um salário-mínimo, naquela época, ela trazia para casa o alimento para o mês inteiro e que hoje ela não traz para comer uma semana. E obviamente que nós temos clareza que para recuperar o poder aquisitivo da classe trabalhadora é preciso que a gente aumente o crescimento do PIB desse país, consequentemente é preciso que se aumente o investimento nesse país; mas, sobretudo, é preciso que se mude a cabeça do nosso empresariado. Eu disse já aqui, você já ouviu, que o empresariado brasileiro, uma parte dele, ainda não chegou na Revolução Francesa, aquela que já completou 200 anos. É preciso que os empresários compreendam que cada capital, cada cruzado aplicado não será recuperado no mesmo dia e tem uma recuperação a médio e longo prazo, e que é preciso de uma parte do lucro ser reinvestido em salário para que o trabalhador possa comprar aquilo que ele próprio produz. É por isso que eu digo sempre: é preciso que o rico ganhe menos para que o trabalhador possa ganhar mais. (SILVA, 1989 *apud* DEBATE, 2018).

É preciso que nos detenhamos um pouco nos argumentos apresentados. Lula tenta deslocar sua resposta para a incapacidade do empresariado de aceitar um projeto burguês que incluísse a maior parte da população na economia. Não responde, no entanto, à questão da ruptura, pois afirmá-la seria se filiar de alguma forma ao rumo contrário das regras do jogo da democracia como eram ali apresentadas (SILVA, 1989 *apud* DEBATE). Ainda que Lula tenha amenizado a sua resposta ao não tocar no tema da ruptura, o fechamento da questão dar-se-ia com a réplica de Collor. Adicionando as acusações de defesa da luta armada, da invasão de terras, de intolerância do PT, da possibilidade de substituição do Hino Nacional pela Internacional, o adversário vai atribuir a Lula íntima relação com os ventos do Leste Europeu (MELLO, 1989 *apud* DEBATE, 2018).

Algun tempo depois, na primeira avaliação de Lula sobre sua derrota eleitoral, o problema aparece sem máscaras. A sua conclusão final chama atenção. Vejamos.

ANDRÉ – A questão do socialismo atrapalhou? Durante a campanha caiu o Muro de Berlim, foi um fato importante, até o Afif usou isso contra o PT [...].

LULA – Atrapalhou. É engraçado, nós tínhamos um filémignon para trabalhar a questão do socialismo: em 1980, quando nós discutíamos o Manifesto do PT, a gente já questionava a burocracia, o partido único, a falta de liberdade e autonomia sindical. E nós permitimos que os representantes da burguesia trabalhassem contra o socialismo. A derrubada do Muro de Berlim é algo muito simbólico para a humanidade, e foi um erro o PT deixar que a burguesia tirasse proveito disso, quando nós é que tínhamos moral para falar.

ANDRÉ – O PT nunca definiu exatamente o tipo de socialismo pelo qual está lutando. Você não acha que isto é um problema para o partido?

LULA – O que nós deveríamos ter trabalhado corretamente é a ideia de que o que se está questionando na Alemanha Oriental ou na Polônia não é o socialismo, mas a forma burocrática e a falta de democracia, que se opõem ao socialismo. Nós deveríamos ter feito este discurso. Você veja uma coisa: todos os meios de comunicação passaram quatro meses cobrindo o Leste europeu, todos favoráveis, sem exceção, à queda dos governos dirigidos pelos partidos comunistas. Mas nenhum jornal, nenhuma televisão conseguiu mostrar miséria lá. Não mostraram criança na rua passando fome, velhinho deitado na calçada, gente pedindo esmola. Embora não se tenha resolvido a questão da democracia, do pluripartidarismo, do sindicalismo livre, acabou-se com a fome, as pessoas são tratadas mais humanamente.

BRENO – Na Itália e na França, ninguém dorme de barriga vazia e há liberdade. Isto não prova que, ao menos nos países desenvolvidos, o capitalismo se mostra um regime superior ao socialismo?

LULA – Não é a evolução do capitalismo que garantiu estas conquistas, mas a evolução da democracia. Para o pessoal, na Itália, chegar aonde chegou, precisou lutar a Segunda Guerra Mundial, precisou ter um movimento sindical dos mais organizados. Assim também na Alemanha, na Suécia.

Não é verdade que o padrão de vida dos europeus seja resultado do avanço do capitalismo: o empresário de lá, quando vem para o Brasil, paga uma décima parte ao trabalhador brasileiro do que paga ao da sua terra. (O PT, 2012, p. 247).

Sistematizando uma leitura segundo a qual a melhora de vida seria consequência do avanço da democracia, Lula interpreta o conteúdo socializante da experiência comunista por meio do seu compromisso humanitário e não pelas mudanças efetivas nas relações sociais de produção. No Brasil, a fome seria uma das graves questões a serem enfrentadas pelo governo que se elegeesse, enquanto, no Leste Europeu, a fome teria sido erradicada. Entretanto, a realidade dependente do Brasil levaria os empresários estrangeiros a pagarem menos ao trabalhador brasileiro, demonstrando que não teriam compromisso com qualquer tipo de melhora de vida. O empresário brasileiro – aquele que não chegara sequer ao nível da Revolução Francesa – não negaria relações com a ditadura. Ao permitir que a burguesia tirasse proveito disso, quando seria o PT que teria “moral para falar”, Lula (SILVA, 1990 *apud* O PT, 2012) localiza o problema não no socialismo, mas em sua forma antedemocrática. Na arena democrática residiria, portanto, a possibilidade de superar o beco sem saída que a história apresentava.

Por último, quando indagado sobre a capacidade de negociação de um futuro governo federal com movimentos grevistas, Lula (SILVA, 1990 *apud* O PT, 2012) responde afirmando que só ele próprio tinha capacidade de criar um entendimento nacional, afinal era ele que tinha, ao seu lado, a sustentação de setores organizados. Seria preciso convencer os empresários, para tanto, de que eles precisavam deixar de ganhar tanto quanto ganhavam, pois a prioridade de um eventual governo seu passava por recuperar o poder de compra dos trabalhadores. Parece que, no contexto de 1989, só o próprio Lula se identificaria como esse mediador. Os pilares de um pacto que incluísse o povo no mercado e na política vão se fortalecendo como resposta às novas perguntas que surgem²⁷.

²⁷ Aqui fica claro o gérmen de um abrandamento sucessivo do discurso de Lula até chegar à proposição de um novo contrato social, baseado no interesse geral e na

3.

O Show de Todo Artista: O PT de Lula

[...] a tese era assim... Não havia espaço para a esquerda chegar ao poder [pela] via eleitoral. Que, portanto, não havia que ficar preocupado em disputar eleição, tinha que se preocupar em organizar a sociedade. Dali a 20 ou 30 anos a gente ia ter 30% da sociedade já socialista. E aí sim a gente podia disputar o poder e ganhar. Mas eu não vou viver mais 30 anos, e eu quero chegar ao poder logo.
(SILVA, 2002 apud ENTREATOS, 2004, transcrição nossa).

A derrota da candidatura Lula em 1989 é avaliada pelo PT²⁸ como um “desfecho contraditório da transição conservadora”. Para o partido, o advento eleitoral teria significado o encerramento do processo de transição democrática. O resultado geral da década não teria sido o de isolar a força política dos trabalhadores e daí adviria seu caráter paradoxal: eram “[...] os de baixo, liderados pelo PT, que apesar do muito que ainda têm para avançar”, já ocupariam o centro da oposição (PT, 1998e).

Collor já havia emplacado um novo plano econômico, o Plano Collor, cuja principal tarefa era a de controlar a inflação, promovendo confisco da conta de poupança, reforma monetária e reforma do

ampliação econômica pela via do mercado de consumo de massas.

²⁸ O 7º ENPT foi realizado entre os dias 31 de maio e 3 de junho de 1990, no Anhembi, em São Paulo (SP).

Estado. Com isso, até aconteceu um breve retrocesso inflacionário, de pequeno fôlego, mas que teria feito Collor desfrutar de um período de pequeno alívio. Junto ao reatamento de relações com a comunidade financeira internacional, de retórica explicitamente privatista, tudo fazia crer que o significado das mudanças econômicas em marcha seria mais profundo: o *pacote anti-inflacionário* era “[...] apenas um dos elos de uma política de alcance mais longo, voltada para a reestruturação da economia e do Estado”. Agente de “uma coalizão burguesa ainda não claramente definida”, o governo Collor retomaria o “papel do Estado como gerente de interesses da classe dominante” e “moderador dos particularismos”. Ao passo que a natureza do plano ia se revelando, seus efeitos impopulares seriam sentidos. A mobilização social e a capacidade de resistência expressavam-se de maneira dispersa e pouco coesa, tornando necessária a formação de “[...] uma ampla articulação sindical e popular, apoiada pelas entidades da sociedade civil” comprometidas a lutar contra o plano (PT, 1998e).

No sentido de atualizar sua tática para o enfrentamento do governo recém-eleito, o PT deveria refletir sobre o “[...] partido, sobre o caráter do Governo Collor e, particularmente, sobre o socialismo”. Condenando a manutenção de uma relação apenas tática com a democracia, o partido primava por afirmar a democracia como “um valor estratégico”. A *questão democrática* se desloca para a oposição entre o autoritarismo de Collor e a defesa intransigente do Estado de direito. Contrapondo o projeto neoliberal ao seu programa democrático-popular, o PT girava sua atenção institucional para o papel do Estado, e a articulação entre a luta econômica e a democrática era ressaltada: os ajustes de tipo “[...] neoliberal são feitos à custa da participação do trabalho na renda nacional, com a eliminação dos direitos sociais dos trabalhadores e os cortes de investimentos na área social”. Assim, a defesa da democracia deveria garantir “ampliação da mobilização política e social” contra o governo Collor (PT, 1998e).

Atualizado para aquele contexto, o plano de governo de 1989 deveria servir de “polo de referência alternativo na sociedade”, com objetivo de disputar a Presidência da República em 1994. O lema *Feliz 1994* já passava, pouco depois da derrota de 1989, a ser motivo de mobilização

da militância para as eleições nacionais seguintes. Já nas eleições daquele ano, em 1990, para governos dos estados, Câmara dos Deputados e Senado Federal, o partido propõe concretizar uma política de alianças com “forças políticas de esquerda e progressistas” (PT, 1998e).

A consolidação do PT como partido, a ampliação de sua base social e eleitoral, o aprofundamento da consciência democrático-popular do eleitorado, particularmente dos trabalhadores, é nosso principal objetivo. Nosso partido e, especialmente, a liderança do companheiro Lula são uma alternativa real de governo e de projeto para milhões de brasileiros, e nós temos responsabilidade de viabilizar nos estados uma política de alianças que leve aos governos forças políticas de esquerda e progressistas.

Nossos adversários tudo farão para inviabilizar a consolidação do PT, principalmente da liderança de Lula, e travarão, como fizeram na campanha presidencial, uma luta sem tréguas contra nossos ideais socialistas. Mas é real a possibilidade de o PT conquistar governos estaduais e eleger uma grande bancada para o Congresso Nacional, mudando no campo institucional a correlação de forças no País, criando, assim, uma nova realidade para a luta social e para a disputa pela hegemonia no campo da esquerda. (PT, 1998e, p. 457-458).

A correlação de forças, até ali tomada como um processo de acúmulo de forças que disputaria hegemonia, deveria, agora, obedecer ao formato de *pinça*, ou seja, concretizar-se por fora e por dentro das esferas institucionais. Do ponto de vista da mediação entre institucionalidade e socialismo, o PT ratificava a necessidade de “[...] ligar a defesa das reivindicações específicas de salário, emprego e direitos sociais, da terra, do modelo agrícola, com a questão democrática e do modelo de crescimento que se pretende impor ao País”. A caracterização desse discurso passava a ter como base a *questão democrática* e o *modelo de crescimento* (PT, 1998e).

A questão do socialismo continuava no centro da disputa não por conta de seu perfil alternativo, mas porque simbolizava a “crise geral

dos regimes de partido único e de economia burocratizada”²⁹. O PT, fiel representante do pluralismo, deveria adjetivar e qualificar o seu socialismo e não mais o contrário – *socialista* ser seu adjetivo. Não seria possível “[...] sequer pretender dar continuidade à disputa pela hegemonia na sociedade e à luta pelo poder” sem que se enfrentasse “[...] a questão do socialismo e sem aprofundar seu programa democrático-popular, nas novas condições do Governo Collor”, condições essas que compunham uma simbiose entre a alternativa democrática e um modelo de crescimento antineoliberal. Democracia e antineoliberalismo tornavam-se protagonistas no discurso do partido, e essa adequação não era mais rumo ao socialismo, mas ao socialismo petista (PT, 1998e).

Acertando contas com suas próprias formulações, o PT não poderia se fiar apenas nas lutas sociais, econômicas e democráticas. Era preciso, “[...] com base na liderança do companheiro Lula”, apresentar-se “[...] como uma alternativa de governo a Collor e disputar, com um plano de governo alternativo, a hegemonia na sociedade civil”. A disputa pela hegemonia, com base em um longo acúmulo de forças, se via abreviada pela conquista das prefeituras “[...] para a disputa pela hegemonia sobre a maioria da população, desde o ponto de vista dos trabalhadores”. Como consequência da particular formação social do país, o Estado deveria tornar-se centro da política, pois seria necessário disputar e politizar os seus espaços administrativos (PT, 1998e).

Do texto original, que se refere ao 5º ENPT, seria suprimido, como Iasi (2006) chamou atenção, o termo *dominante* de “[...] hegemônica e dominante no poder do Estado”, discretamente retorcido para “[...] hegemônica na sociedade civil e no poder do Estado”. Outros elementos do projeto socialista deveriam ser tidos como desafios em aberto, pois “[...] seria presunçoso e equivocado supor que podemos

²⁹ A resolução chega ao ponto de afirmar, ao debater dificuldades na relação entre o partido e as administrações que conquistara, que: “A era dos partidos tiranos ou dos partidos domesticados, dóceis nas mãos dos Estados, porta-vozes oficiais dos governos, está chegando ao fim com o desabamento dos regimes autoritários do Leste Europeu. O PT nasceu contra essas concepções e não tem nenhuma vocação de reeditá-la em nosso País. Temos, pelo contrário, que encarar a crítica como um momento de aprendizado e/ou de ensinamento, sempre de acordo com as regras da democracia” (PT, 1998e, p. 467).

dar respostas imediatas". As respostas dadas, no entanto, modificavam a perspectiva da consciência classista e aproximavam o socialismo do humanismo e da ética da política (PT, 1998e).

Mais ainda, a nova sociedade deveria se fundar no "princípio da solidariedade humana" e buscar "[...] constituir-se como um sujeito democrático coletivo sem, com isso, negar a fecunda e desejável singularidade individual. Afirmando a "[...] identidade e a independência nacionais, recusará qualquer pretensão imperial, contribuindo para instaurar relações cooperativas entre todos os povos do mundo". O socialismo petista, portanto, só existiria com efetiva democracia econômica e política e dentro dos limites da institucionalidade democrática (PT, 1998e).

Se as eleições de 1989 tinham elevado o PT ao papel de principal partido de oposição do país, os primeiros passos do governo Collor e a inserção maior do partido no plano institucional só faziam aumentar a pressão das revisões partidárias. De fato, para operar uma mudança drástica de tática e adequar sua estratégia rumo a uma célere vitória eleitoral seria necessário avaliar, pormenorizadamente, o próprio instrumento político. E é o que ocorre no documento *Construção partidária* (PT, 1998f).

A estrutura organizacional do partido, tal qual o seu caminho socialista, não deveriam obedecer a modelos e nem "[...] a fórmulas partidárias que tiveram origem e desenvolvimento em outros lugares e momentos históricos". Nesse sentido, o desafio de construir o socialismo petista estava ligado ao papel do partido e à reafirmação de seu acúmulo programático. Desafiado pela experiência eleitoral de 1989, o partido precisava encontrar "[...] caminhos e formas de relacionar-se de modo consistente com os grandes contingentes despolitizados e inorganizados da sociedade" (PT, 1998f).

Os desafios de falar com uma ampla base social que não simpatizava com o projeto petista, de relacionar-se com movimentos populares e com a sociedade civil se superpunham. A sociedade civil seria importante "[...] tanto pela influência crescente exercida por ela quanto pelo fato de que a disputa da hegemonia e do poder político pelos trabalhadores e demais camadas populares ocorre de forma muito intensa no campo da sociedade civil", o que criava "novas condições para a ampliação e consolidação da democracia" (PT, 1998f).

Por fim, afiança-se que o “[...] PT da década de 90 é uma instituição política e, como tal, deve ser tratado em seus aspectos positivos de consolidação de um projeto da classe trabalhadora e nos limites que a institucionalidade coloca”. Ainda que se registrasse, por parte de “[...] muitos setores do partido, uma procedente preocupação com certo grau de acomodação, de adaptação ‘exagerada’ aos trâmites, usos e costumes da vida institucional”, haveria, por outro lado, “clara consciência de que não se passa impunemente pela instituição”. Seria a “capacidade coletiva de se buscar um equilíbrio entre o crescimento de nossas três frentes de construção partidária”, junto à reafirmação da organização do partido, que permitiriam “[...] vencer eventuais ameaças de deformação de nosso caráter partidário” (PT, 1998f).

Qual socialismo?

O 1º Congresso Nacional do PT³⁰ vai retomar a discussão sobre o socialismo, caracterizando-o cada vez mais como um horizonte (PT, 1991). Permeado por intensa disputa antimarxista, figuras de peso como Aloizio Mercadante e José Dirceu apontavam na direção de abandonar o socialismo e não ceder, no interior do partido, ao leninismo. Segundo as resoluções do congresso, *o compromisso do PT com a democratização do poder tinha caminho progressivo, o da democracia e da liberdade*. Processualmente e a partir da democratização da sociedade civil poderia se chegar à “ordem da cidadania plena”. A paulatina substituição de formulações não vinha de longo prazo: entre 1989, 1990 e 1991 o tom vai expressar uma guinada. Se as caracterizações do 7º ENPT reproduziam parte significativa da estratégia democrático-popular sob novas nuances, o 1º Congresso do PT vai intensificar o ritmo da virada e vai repercutir nas opções táticas, programáticas e na própria estratégia partidária. Já era explícito, no manifesto de lançamento do congresso pela Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, que a direção do vento parecia mudar (PT, 1991).

³⁰ O 1º Congresso Nacional do PT ocorre entre 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991, em São Bernardo do Campo (SP).

A avaliação negativa sobre posições que teriam custado “incompreensões e mesmo o isolamento temporário”, como nos episódios das Diretas Já, do Colégio Eleitoral e da Constituinte, ainda era tímida, mas se insinuava. O ineditismo do PT frente à sociedade autoritária brasileira era ressaltado e, representando a participação de milhões de homens e mulheres, o partido teria como objetivo inverter a exclusão política e inserir os de baixo nas decisões. Dado o seu princípio democrático, socialista, antiburocrático e demarcadamente diferente da perspectiva social-democrata, o PT representaria uma novidade: a participação dos trabalhadores na esfera pública (PT, 1991).

Para um “desprivatizar do Estado” se mobilizaria a criatividade econômica da sociedade civil na “intervenção democraticamente planejada do Estado”. Então dominado pela “ação parasitária de grupos privados nacionais e internacionais”, assim como pela burocracia e por interesses puramente corporativos, o Estado precisaria ser atravessado por uma dimensão republicana, que oporia a *coisa pública* aos interesses privados até então predominantes. Seria preciso desprivatizar o Estado. Nesse sentido e como consequência, o caminho brasileiro ao socialismo era pavimentado, mesmo antes de o congresso ocorrer, por uma nova elaboração: ele seria impensável fora da junção entre “aperfeiçoamento estrutural dos atuais mecanismos democráticos” e “criação de novos mecanismos de controle, decisão e participação popular”. Parece estranho, mas o raciocínio que começa afirmando a ausência de um conteúdo suficientemente preciso para sustentar uma sociedade socialista termina impondo limites ao socialismo: devia se manter um “respeito efetivo” à “promoção obstinada dos direitos humanos e sociais”, ao “pluralismo” (já mencionado em outros documentos) e ao “Estado de direito” (PT, 1991).

Se o pluralismo fazia parte da defesa do partido desde as eleições de 1989, a incorporação da defesa do *Estado de direito* passa a ser recorrente após o encontro de 1990. As ressalvas até ali realizadas em torno da reação da burguesia ao avanço democrático, ou seja, àquilo que geraria a ruptura, desaparecem dos documentos, enquanto, consecutivamente, o tom liberal-democrático ganha espaço. No documento mesmo se justifica, a respeito dessas metamorfoses, que,

“[...] depois de 89, o Brasil não mais seria o mesmo”, assim como “[...] depois das memoráveis jornadas das eleições presidenciais, o PT também não pode continuar como antes”. De partido de resistência, o PT teria se tornado um partido “[...] capaz de governar o país” e realizar seu “grande projeto de transformações sociais e políticas”. Entre o antigo *acúmulo de forças* rumo à hegemonia e a assunção de sua *vocação hegemônica*, haveria um limiar: o acúmulo eleitoral de 1988 e a quase vitória presidencial em 1989 (PT, 1991).

Já destacamos, mas não custa frisar: a queda do Muro de Berlim e as eleições de 1989 significaram, para o PT, um marco. Se é possível notar o “início da inflexão moderada” (IASI, 2006, p. 452) no encontro em 1990, no congresso de 1991 já estão dadas as bases para o arranque que substituiria o socialismo por democracia. Melhor seria dizer, na verdade, que a democracia sofisticadamente incorporaria o socialismo, numa fusão em que os termos passam a ser tratados quase como sinônimos.

Avaliando a situação internacional, indica-se que o colapso do regime do Leste Europeu não seria um crepúsculo somente do “[...] stalinismo, da burocracia e do totalitarismo travestido de socialista”, mas de tudo que havia sido construído pelo movimento socialista desde a Revolução de 1917. Era preciso reconhecer o esgotamento do ciclo das revoluções e os ideais revolucionários passavam a figurar, para o partido, como fonte de inspiração. Devido à incapacidade de elas resolverem questões como a liberdade individual, a democratização das relações Estado-indivíduo, o desenvolvimento com preservação da natureza, as revoluções, ainda que houvessem expropriado o capital e proporcionado avanços políticos e sociais, não mais se constituiriam como “ponto de partida ou caminho para o desenvolvimento do socialismo” (PT, 1998o, p. 484).

Mas, “o que desabou no Leste”? O modelo político, social e econômico referenciado teoricamente e praticamente na “[...] Revolução Russa de 1917 e [...] [no] modelo soviético de construção do socialismo”. Avaliando que, por uma série de fatores, tais experiências teriam engendrado um poder crescente do Estado e uma burocratização das suas direções políticas, criticam-se pilares da política soviética, contrapondo a elas reiterados posicionamentos do PT (PT, 1998o, p. 493). Sobre o

tema, Lula é bem claro na sua entrevista ao programa *Roda Viva*, em 1991 (RODA, 2019). Quando questionado sobre o colapso do chamado *socialismo real*, ele é bem direto na condenação do regime:

Se existe uma pessoa que nunca defendeu o socialismo tipo Leste Europeu, é exatamente essa pessoa que vos fala. Por quê? Porque quando nós criamos o PT, nós criamos o PT justamente como contraponto àquele tipo de regime. Nós nunca aceitamos a ideia do partido único, nós nunca aceitamos a ideia da falta do direito de greve, da falta de liberdade sindical. Ou seja: nós nascemos criticando aquilo, aquele modelo estava superado: que a burocracia mandava, que o partido não tinha vida, que os sindicatos não existiam e que a sociedade era tratada como se fosse um robô. Então essa crítica não cabe ao PT. Acho, sim, que, durante a campanha, nós fomos tímidos em defender a questão do socialismo como nós pensávamos. Então, veja, eu que nunca aceitei me rotular, porque eu acho que, se andar com um carimbo na testa fosse solução para os problemas do meu partido e do país, eu tinha colocado uns dez rótulos. Eu hoje estou mais socialista do que era de quando fundou o PT, eu acredito piamente numa sociedade socialista, numa sociedade pluralista, numa sociedade em que as pessoas tenham direito de ir para praça protestar contra os governantes, numa sociedade em que os sindicatos possam se organizar e fazer greve contra a política do governo, é nesse tipo de socialismo que eu acredito, é desse socialismo que o PT nasceu, é nesse tipo de socialismo que eu continuo acreditando que nós podemos construir um mundo mais fraterno e um mundo mais justo. [...] Então, eu acho que alguns companheiros que defendiam ardorosamente aquilo lá, alguns que passaram a vida inteira achando que a União Soviética era um modelo exemplar, realmente quebraram a cara. Se nós como partido político nunca acreditamos nisso... Se dentro do partido alguém acreditava, é um problema de quem acreditava. Enquanto partido político, não existe uma única decisão acreditando nisso. Então a gente tá tranquilo com isso. (SILVA, 1991 *apud* RODA, 2019, transcrição nossa).

O socialismo petista

O socialismo petista, “[...] obra dos próprios trabalhadores brasileiros, sem modelos preconcebidos, nas condições de necessidade e de possibilidade que irão modificando sua ação concreta”, seria sinônimo de “radicalização da democracia”. Lutando por uma sociedade verdadeiramente plural, humanista e democrática, o socialismo para o PT não se limitaria à “[...] democratização e à socialização da política apenas a partir do Estado”, mas se conformaria em uma construção pública não restrita às esferas estatais. Não se tratava de confundir-se com a “democracia representativa liberal”, mas de “[...] abolir a distinção entre governantes e governados e encaminhar a extinção das desigualdades de classe e do Estado enquanto aparelho de dominação”. A negação do livre mercado era igualmente proporcional à negação do estatismo, doutrina considerada, pelo PT, como típica do socialismo real. Combinava-se, portanto, planejamento estatal com “mercado orientado socialmente” (PT, 1998o).

Assentando o lugar central da disputa de hegemonia na estratégia de transformação revolucionária do Brasil, a expansão do poder popular poderia, “[...] em situações específicas e particulares, ganhar um novo caráter” e assim generalizar-se. Tal disputa não se faria sem momentos de embates e rupturas e apenas um poderoso “[...] movimento de reformas políticas e sociais baseadas em um programa democrático-popular centrado no combate ao latifúndio, ao monopólio e ao imperialismo” podia “[...] levar a cabo a profunda revolução que este país necessita”. Explicita-se, entretanto, a metamorfose do caráter da disputa de hegemonia e do acúmulo de forças para o PT (PT, 1998o).

Até 1987, a disputa por hegemonia era colocada basicamente como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa necessariamente a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais. (PT, 1998o).

Ao articular as lutas institucionais e sociais por reformas políticas e econômicas, o PT deveria fortalecer sua atuação por *dentro da ordem*, enquanto, por fora, o faria no âmbito sindical e em diferentes setores sociais. Mas, as reformas, diferentemente de como eram compreendidas até 1989, não mais seriam motivo de choque. A disputa de hegemonia e o acúmulo de forças desde então passariam por dentro do Estado, cuja caracterização, insistimos, é a de que estaria *privatizado* e se tornaria público por meio do *republicanismo*. A consolidação da hegemonia dizia respeito não só à conquista do poder, mas ao exercício democrático desse poder. Novos “espaços e canais diferenciados de exercício da democracia”, ampliando-se a participação popular, poderiam criar “[...] condições para a eliminação da dominação política da burguesia monopolista e a construção do socialismo”, transitando para uma democracia que articulasse formas diretas e indiretas de exercício de poder (PT, 1998o).

A década de 1980 tinha deixado expostas as vísceras das mazelas brasileiras, mazelas essas resultantes da forte exclusão produzida pelo mercado. Interligando as lutas pela democracia política e pela democracia econômica, afirma-se, porém, o mercado como possível impulsionador de um novo ciclo de desenvolvimento.

O Brasil é um País de 150 milhões de habitantes, dos quais apenas uma parte possui acesso ao tão enaltecido mercado. Esses milhões de “expulsos do mercado”, seja pela concentração de renda ou pela estreiteza relativa de nosso parque produtivo, constituem uma base excepcional, a partir da qual se pode desenvolver um ciclo de desenvolvimento econômico no País [...].

160. Para o PT, muito diferentemente do projeto neoliberal, modernizar a sociedade significa mudanças nas relações de trabalho, a melhoria das condições de vida da população, a participação política crescente do povo nas decisões do governo. Modernizar o País é distribuir renda e alargar o espaço de cidadania para as grandes massas populares. Um projeto democrático e popular de desenvolvimento, como o nosso, confere ao Estado democrático o papel de atuar direta e indiretamente no processo de produção e distribuição de renda e de riqueza. Nossa proposta é recuperar o papel de planejamento econômico,

estratégico e democrático do Estado, criando novos mecanismos de regulamentação e orientação social do mercado. (PT, 1998o, p. 514).

A participação popular e o controle social do Estado e das instituições fortaleceriam a sociedade civil na perspectiva de “apropriação do Estado pelo povo organizado, através da democratização radical de suas instituições e da criação de canais de controle e de participação popular em seu interior”. Já a democratização econômica se daria a partir da “socialização dos grandes meios de produção, de uma reforma agrária antilatifundiária sob o controle dos trabalhadores e de um planejamento econômico democrático”. Seria necessário, entretanto, que se convivesse com o mercado por um longo período, mesmo quando ele não significasse mais uma “força hegemônica na regulação da atividade econômica e a serviço da exploração” (PT, 1998o).

O ano de 1994: preparando novas eleições

O 9º ENPT (1994)³¹ não altera substantivamente as resoluções do 8º ENPT, reapresentando a luta pela conquista do governo como ação prioritária do partido. As resoluções aprovadas pelo encontro são *A conjuntura e a campanha*, *Resolução sobre fidelidade partidária*, *Carta eleitoral* e *Uma revolução democrática no Brasil: bases do programa de governo do Partido dos Trabalhadores*.

A “vitória de Lula e seu governo de reformas democráticas e populares” poderia impetrar uma “derrota profunda do projeto neoliberal e do secular domínio das classes dominantes sobre a política brasileira”. O “principal móvel mobilizador” do ano de 1994 deveria “[...] ser a luta pela conquista de um governo democrático e popular”, que pudesse “[...] colocar em prática as reformas estruturais e as mudanças exigidas pelo povo brasileiro, especialmente nos últimos 20 anos”. As classes dominantes, ao não terem “[...] um Projeto Nacional para apresentar à sociedade”, haviam legado o vácuo político em que o PT se construía.

³¹ O 9º ENPT ocorre entre os dias 29 de abril e 1º de maio de 1994 no Congresso Nacional, em Brasília (DF).

Com dificuldades de criar consenso em torno de uma candidatura que expressasse seu projeto em comum, derrotar a candidatura de Lula tornava-se elo mobilizador dos setores dominantes (PT, 1998a).

19. As dificuldades em unificar os setores conservadores em torno de uma única candidatura são um sinal de que as elites, apesar de uma derrota iminente, ainda não conseguiram superar suas divergências internas.

[...]

21. No Brasil de 1994, o fiador da institucionalidade é a candidatura Lula. É nela que o Partido deve lançar todos os seus esforços. E, para isso, reafirmarmos nossos compromissos com o socialismo e com as reformas democráticas e populares. (PT, 1998a, p. 580-581).

Numa ampla avaliação do partido das suas perspectivas eleitorais, a eleição de 1994 consistia numa “oportunidade ímpar na história”, pois, vencendo o projeto democrático e popular, seria possível a realização de reformas populares que transformariam o Brasil. Até então afirmando sua independência de classe, o PT abria, naquele momento, então, a possibilidade de “[...] ‘ampliar pragmaticamente’ o leque da frente eleitoral incorporando setores do PSDB, PDT e PMDB descontentes com as alianças formadas pelas cúpulas de seus partidos”. Uma ressalva: tal movimento se realizaria desde que não alcançasse, “[...] em nenhuma hipótese, o patamar da desfiguração”. Os escândalos de corrupção ofereciam uma vantagem ao PT, o de ser o “partido de mãos limpas”, da honestidade (PT, 1998a).

A possibilidade de desestabilização de um eventual governo Lula se faz presente em um item textual, porém não mais como uma resistência da burguesia ao projeto petista que ensejaria ruptura, mas como ausência de um projeto nacional por parte das elites dominantes, combatido com uma *governabilidade* que deveria tomar em conta “a retomada do crescimento e a construção de um poderoso mercado consumidor de alimentos e de bens populares”, contrapondo-se à ideia sempre presente de que haveria uma “fuga generalizada de capitais” diante de uma vitória petista. Já a possível “falta de sustentação no Congresso” pela

eleição de um “presidente profundamente identificado com a vida do povo” e disposto a tocar “[...] em suas aspirações mais profundas” deveria ser combatida pela organização e participação popular (PT, 1998a).

Seria necessário que a candidatura se munisse contra as táticas de desgaste utilizadas pelos seus adversários. Dentre as possibilidades de deslegitimação do partido operadas por esses adversários,

Já a associação com violência é mais problemática. Ela exige não apenas uma linha de intervenção em que fique bem clara nossa índole essencialmente democrática, mas, principalmente, a necessidade de dar pronta resposta às insinuações, que ocorrerão durante toda a disputa. Também tentarão nos chamar de radicais. Devemos assumir a radicalidade de nossa luta contra as atuais condições de vida e por reformas profundas, mas devemos repelir a indevida associação, que a direita tenta fazer, entre combatividade ou radicalidade com violência e baderna. (PT, 1998a, p. 599).

O desgaste da imagem do PT associando-o à violência tinha como escudo a contraposição de argumentos essencialmente democráticos, resultantes do caráter pacífico da estratégia partidária. Sobre Fernando Henrique Cardoso (FHC), o principal adversário até ali, o PT dispensa longa caracterização. Seria preciso combater sua imagem alternativa e revelar sua identidade de “candidato do continuísmo, de Itamar Franco, dos banqueiros e dos grandes grupos econômicos” e de “grande cartada das forças conservadoras, das redes de TV e demais meios de comunicação de massa”. Mas, era ele quem poderia consolidar, na campanha, um tipo de “frente única das classes dominantes”, por ter a seu favor não só um alinhamento com o neoliberalismo, mas o prestígio intelectual e militante do campo democrático-popular, “[...] onde reuniu alta respeitabilidade”. Sua candidatura não poderia ser subestimada e caberia, ao PT, dar intensa batalha para desvelar as características conservadoras por ele representadas (PT, 1998a).

O documento *1994 Lula presidente: uma revolução democrática no Brasil – bases do programa de governo* oferece longa análise sobre uma série de temas paradigmáticos para um futuro governo do PT.

Dentre eles, destacaremos, a seguir, a visão que se apresenta sobre *democracia política e democracia econômica*, com a intenção de compreender a leitura sobre ambas na fundamentação da estratégia eleitoral e da estratégia partidária petista (PT, 1994).

Logo na introdução do documento, afirma-se a necessidade de radicalização da democracia como sinônimo de “universalização da cidadania”. Entendida como um processo, a democracia não era exclusivamente o vigor do Estado de direito, mas “espaço para construção de novos direitos” (PT, 1994). Nesse sentido, o programa de governo deveria apontar a urgência de se efetuar uma ampliação da democracia:

O programa é de um governo que se empenhará na radicalização da democracia política através a expansão da democracia econômica e social do país. Esta meta – em realidade um processo – será atingida por meio da universalização da cidadania, do respeito aos direitos humanos, da constituição de um espaço público em que se criem novos direitos, garantidos a igualdade e respeito às diferenças de ideias, religiões, etnias, gênero, idade, orientação sexual e opções de vida. (PT, 1994, p. 5).

Tratar-se-ia, enfim, da efetivação de uma revolução democrática. *Socialização da política e democratização da economia*, combinadas, aportariam a base para a alteração das relações de poder vigentes, o que, ampliando a força política do campo democrático-popular, possibilitaria a aplicação do programa do PT em oposição ao agravamento das condições de vida provocado pelo neoliberalismo e pelo capitalismo global. Na direção oposta ao receituário privatizante, o projeto democrático-popular representaria esforço de “construção nacional” de uma opção de poder, pelos trabalhadores e pelo povo (PT, 1994).

Todos os documentos anteriores do PT davam conta da análise da transição como parte de um pacto pelo alto entre as classes dominantes, quer fosse a transição para a Nova República, quer o processo de uma Constituinte não exclusiva. As considerações finais feitas por Lula, no primeiro debate entre os candidatos à Presidência da República nas eleições de 1994, deixavam isso claro:

É exatamente por causa da incompetência da chamada elite dirigente brasileira que nós não temos o problema da educação e da saúde resolvidos. Desde 1970 que eu ouço a ladainha de cada ministro de cada governo sempre pedindo para [que] o povo espere mais um pouco: “Eu estou apenas começando, esse é o primeiro passo, ano que vem vai acontecer mais...”. Os anos se sucedem e o povo está cada vez mais pobre, cada vez ganha menos e cada vez mora em piores condições. Essa mesma elite, que estava com Delfim Neto em 1970, que esteve com todo o regime militar, essa mesma elite que sustenta a candidatura Fernando Henrique Cardoso e diz que vai fazer as mudanças. Se uma elite já provou que não quer mudar, porque sabe que o dia que o povo tomar café da manhã, almoçar e jantar e o dia que esse povo souber ler, esse povo não vai permitir que os coronéis da política, que apoiam o Fernando Henrique Cardoso, continuem disputando eleições. (DEBATE, 2018, transcrição nossa).

A simples existência de eleições gerais teria se tornado suficiente para mudar a avaliação sobre o desfecho conservador da transição? A mudança de avaliação, ainda que pareça sutil, não estava desconectada das graduais mudanças anteriores, coadunando, por outro lado, com a democracia como um fim em si mesma. Somado a isso, o tom pacífico que nuança a estratégia se tonifica em torno de dois argumentos fundamentais: democratização política e democratização do mercado de consumo de massas, que, juntas, desencadeariam, por meio da gestão de um governo, mudanças necessárias e nunca antes ocorridas. Não abandonando a caracterização de que poderia acontecer embate e enfrentamento de programas, seria a sociedade organizada que se contraporiria, através de canais institucionais de consulta, às resistências da classe dominante às mudanças propostas:

A Constituição de 1988 viabilizou a prática do plebiscito, do referendun e da iniciativa popular na proposição de leis. A regulamentação destes instrumentos pode permitir o estabelecimento das instituições de exercício de formas

de democracia participativa. Os partidos, o governo e a sociedade organizada devem selecionar algumas questões que sintetizem as reformas estruturais, especialmente aquelas que enfrentarão maior resistência por parte das classes dominantes, para serem submetidas à deliberação da população. (PT, 1994, p. 20).

Como um país que não teria passado por revoluções nacionais, mas apenas por processos de unificação pelas elites, todas as transformações políticas e sociais no Brasil haviam se dado mediante “[...] processos conservadores de conciliação das elites, que uniram seus interesses para impedir a presença dos ‘de baixo’ na consecução das transformações necessárias”. Mesmo nos períodos republicanos, a alteração das instituições era vista apenas como formal, frustrando a ocorrência de necessárias reformas sociais. As classes dominantes, quando em crise, dispunham de alternativas autoritárias. Naquele ano, então, entretanto, as eleições preenchiam o conteúdo outrora vazio da democracia. Assim, a alternativa de mudança seria a efetiva vitória dos trabalhadores, pois os interesses até então postergados seriam subvertidos pelo cumprimento de um programa democrático-popular (PT, 1994). Tratar-se-ia de:

[...] mudar o voto-protesto em um voto em favor de um programa de transformações radicais da sociedade, que inverta as prioridades até hoje fixadas pelas classes dominantes, e abra um período de reforma em que estejam contemplados claramente os interesses das maiorias até agora postergados. Sem espírito de revanche, o programa deve deixar claro que acabou a era da conciliação que só beneficia a uns poucos. Ele não deve semear a ilusão de transformações rápidas, mas deve indicar que um período de mudanças se iniciou. O programa deixará claro que os sacrifícios serão redistribuídos e que no jogo do ganha e perde haverá novos perdedores e novos ganhadores.

A clareza e transparência de nossos objetivos programáticos é a condição necessária para que milhões de brasileiros sintam-se neles representados e constituam-se na garantia

maior de governabilidade da administração democrática e popular que se iniciará em 1995. (PT, 1994, p. 15).

Por último, mas não menos importante, o documento dá destaque e centralidade ao mercado interno de consumo de massas. A principal distinção do novo ciclo de desenvolvimento de um eventual governo democrático-popular seria que “[...] sua dinâmica será dada por um circuito virtuoso de crescimento entre produtividade, salários, consumo e investimentos”, gerando “progressiva desconcentração da renda nacional”. Preocupando-se com a ameaça do neoliberalismo à estrutura econômica construída nos 50 anos anteriores, aponta-se que um novo ciclo econômico deveria começar o quanto antes, aproveitando que o Brasil dispunha de abundância de recursos suficiente para impulsionar um novo “ciclo longo da vida nacional” (PT, 1994).

Novo ciclo longo da vida nacional precisa iniciar-se, e o seu adiamento aumenta o risco de desarticulação de parte substantiva de uma estrutura econômica que levamos cinquenta anos para construir. Não faltam condições estruturais para que o Brasil volte a ingressar numa trajetória sustentada de crescimento acelerado. Somos um país continental, dispomos de abundantes recursos minerais, extenso território agricultável, energia farta, sistemas de transportes e de telecomunicações perfeitamente capazes de aperfeiçoamento em tempo hábil. Montamos um parque industrial complexo e diversificado. Temos uma força de trabalho eficiente e criativa, capaz de adequar-se com rapidez aos requisitos do progresso técnico internacional. (PT, 1994, p. 174).

A eleição de 1994, como sabido, não teve o resultado esperado pelo PT. Se Lula era, à época do 9º ENPT, um forte candidato, o efeito FHC cresceu e fez com que o PT saísse derrotado ainda no primeiro turno do pleito.

O 10º e o 11º ENPT, ocorridos durante o primeiro governo de FHC, afirmariam o projeto popular em três eixos: reformas sociais (e não reformas estruturais), defesa da nação e defesa da democracia. Consolidariam, assim, a gradativa mudança da estratégia partidária.

Governos FHC e o antineoliberalismo

O 10º ENPT (1995)³² realiza uma avaliação sobre a derrota de Lula para FHC e traça algumas linhas de caracterização do perfil neoliberal do novo governo. Nele, são aprovadas as resoluções *A conjuntura nacional, Construção partidária, O PT e os movimentos sociais* e a *Resolução sobre os petistas e a comunidade solidária* (PT, 1998b).

Segundo avaliação expressa no documento *A conjuntura nacional*, a vitória de FHC, no primeiro turno das eleições de 1994, seria um “duro golpe para o Partido dos Trabalhadores, para as esquerdas e para as forças populares no Brasil”. Ainda que o PT tivesse constituído a maior bancada da sua recente história parlamentar, o resultado eleitoral significava uma derrota do PT e uma “[...] acertada estratégia de unidade das classes dominantes, capaz de constituir, no Brasil, o mais impressionante bloco de forças políticas e sociais da história republicana” (PT, 1998b). Essa mesma vitória era fruto da autodefesa das classes dominantes frente à candidatura de Lula e do projeto democrático-popular, que ameaçavam privilégios seculares e forçavam a unidade da direita com o centro. O plano antiinflação, mal avaliado pelo PT, teria sido o principal motivo de o partido perder a batalha no campo das ideias.

Em 1997, o 11º ENPT³³ ocorre após a aprovação da emenda da reeleição (BRASIL, 1997). A “[...] força do compromisso histórico conservador que levou FHC à Presidência, apoiado na mais ampla coalizão das classes dominantes de nossa história republicana [...]” era a “[...] solução das elites empresariais e políticas para retomar o projeto neoliberal, impedir a eleição de Lula e a adoção de um programa democrático-popular de enfrentamento da crise nacional”. Mesmo ratificando o âmbito social, nacional e democrático de sua proposta, as reformas deixam, no discurso do partido, de ser pressupostos para mudanças profundas. A transformação deveria passar, prioritariamente, pela democratização radical da sociedade e do Estado (PT, 1998n).

³² O 10º ENPT foi realizado entre 18 e 20 de agosto de 1995 no Serviço Social do Comércio (Sesc) de Guarapari (ES).

³³ O 11º ENPT foi realizado entre os dias 28 e 30 de agosto de 1997, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro (RJ). São aprovadas as seguintes resoluções: *Carta do Rio de Janeiro; Resoluções políticas; Campanha José Rainha é inocente; Sobre o Grito dos Excluídos*.

O que permitiria democratizar o acesso e a participação da população, sempre excluída, nas esferas institucionais públicas supostamente paraestatais era a própria participação no Estado, por meio do controle ou do engajamento em suas decisões. O raciocínio, bastante circular, previa: ampliação do Estado para sua efetiva democratização, efetiva democratização para sua ampliação. Firmando o processo de democratização por dentro do aparelho estatal, porém recheando-o de conteúdo social ou alternativo, o PT, de articulador de amplos movimentos democráticos de massa, passa a credor do Estado de direito, permeando-o de ampla participação política e passando a reivindicar a autorreforma de seus aparelhos como panaceia para sua suposta modernização. A busca por reformular o Estado de direito tiraria o aparelho estatal das garras da vil privatização das classes dominantes, ampliando-o para a participação popular e garantindo não só a base fundamental para o exercício dos governos, mas a preparação de quadros para uma boa gestão pública (PT, 1998n).

A efetivação de um projeto nacional passava, por outro lado, pela soberania do país e pela articulação de alianças estratégicas com aqueles que fizessem frente ao projeto norte-americano, única potência mundial.

15- Para enfrentar a questão nacional, é necessária uma reforma do Estado e construir uma presença soberana do Brasil no mundo de hoje. Isso supõe uma política externa que estabeleça novas alianças internacionais e contribua para alterar as relações de força no mundo e para construir uma nova ordem mundial, justa e democrática. Por essa razão, rejeitamos o projeto da ALCA [Área de Livre Comércio das Américas], apresentado pelos EUA, e lutamos pela redefinição e reestruturação do Mercosul, visando ampla integração e parcerias.

16- Nossa presença soberana no mundo exige um projeto nacional de desenvolvimento e disposição de contribuir ativamente para construir um mundo diferente do atual, dominado por uma só potência e pelas organizações internacionais controladas de fato pelos EUA. O Brasil pode ser

um polo importante de questionamento do projeto neoliberal e articulador de alianças estratégicas com países como África do Sul, China, Índia e outras nações, que recolquem na pauta a democratização radical dos organismos internacionais e a mudança nas relações econômicas, inaceitáveis, entre países pobres do Sul e o poder econômico e político crescente dos países ricos do Norte, em especial os EUA. (PT, 1998n, p. 654).

Vencer o neoliberalismo com um projeto nacional seria enfrentar a “crise de civilização promovida pelo capitalismo”, baseando-se no “desenvolvimento sustentável e solidário”. Entre as tarefas do projeto nacional, a inclusão social de brasileiros que estariam à margem da produção e do consumo era a principal:

18- A tarefa fundamental da economia é a inclusão de milhões de brasileiros, hoje à margem da produção e do consumo. Queremos um modelo de desenvolvimento orientado para a produção de bens de consumo de massa e serviços públicos essenciais, que priorize as condições básicas da subsistência e cidadania.

[...]

20- Temos também como horizonte a disputa do novo paradigma tecnológico e construção de uma economia competitiva, em novas bases e decisivamente orientada para a conformação de um amplo mercado de consumo de massas.

21- Este modelo exige um Estado forte e de ações estratégicas, com capacidade efetiva de arrecadação tributária, financiamento, indução ao investimento, fiscalização e regulação econômica, e que articule distribuição da renda e riqueza com crescimento sustentado. Esta nova economia terá que diversificar as formas de propriedade, valorizar a produção familiar, as experiências de autogestão e o cooperativismo. A reforma agrária e a pequena produção familiar no campo são dimensões estratégicas deste novo caminho para o desenvolvimento. (PT, 1998n, p. 654-655).

A globalização do capital financeiro e os grandes oligopólios internacionais vulnerabilizavam e comprometiam qualquer estratégia de desenvolvimento nacional. *A ampliação do mercado interno com base no consumo de massas* passava a ser o carro-chefe de mudanças materiais que, orientada por uma economia competitiva no plano internacional, pautava-se na *superação das condições de subsistência e subcidadania da população* (PT, 1998n).

Logo, para isso seria necessário aglutinar um amplo arco de alianças de oposição ao neoliberalismo para a disputa das eleições de 1998. Questionando a dependência associada ao capital internacional e à liberalização, mas moderando ainda mais o tom das alternativas possíveis, afirma-se um projeto nacional cuja expressão passaria pela constituição de um bloco de oposição ao neoliberalismo.

55. O PT tem de consolidar a articulação da Frente das Oposições e dar continuidade à construção de proposta programática e candidatura única, que expressem alternativa ao neoliberalismo e orientem a política de alianças.

56. A despeito da atual correlação de forças, que começa a mudar, vamos disputar as eleições para vencer. Seja como for, devemos fazer das eleições uma batalha cultural, que reverta a hegemonia conservadora, acumulando forças em proveito de um novo projeto nacional de desenvolvimento e crie condições de governabilidade para uma coalizão democrático-popular. (PT, 1998n, p. 659).

Ao assumir um projeto nacional, a questão do socialismo parecia estar superada. No caminho contrário, o último item da resolução vai apontar para a relação entre o socialismo e a democracia, porém a segunda aparecendo como pressuposto do primeiro. Os problemas historicamente combatidos pela alternativa socialista estavam longe de ser resolvidos, pois a “forma perversa de crescimento” impunha a precarização do trabalho, o desemprego e a exclusão. Junto à desconstrução do projeto nacional pelo neoliberalismo, ampliava-se e acelerava-se a concentração da riqueza. O socialismo da atualidade deveria, então, se erguer frente aos *fracassos* do socialismo real, apontando, para tanto, a necessidade de

concepção de uma economia solidária e sustentável, cujos valores e princípios se calçassem no socialismo (PT, 1998n). O socialismo, entretanto, só seria possível mediante a revolução democrática:

80- Um novo projeto socialista contemporâneo deve dar conta dos grandes problemas onde o socialismo do século XX acabou fracassando: promover o crescimento acelerado da economia, que os países periféricos exigem, realizando um processo sustentado de distribuição de riqueza. É fundamental mudar radicalmente a organização dos processos de trabalho em todas as esferas da atividade econômica, fazendo com que as atividades produtivas sejam cada vez mais momentos criativos de autoconstrução individual e coletiva. 81- Mas o socialismo exige, sobretudo, a socialização da política. Por esta razão, há uma ligação umbilical entre socialismo e democracia. A democracia é uma conquista dos trabalhadores e não um presente das classes dominantes. A estratégia de construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento, acompanhado da perspectiva de uma revolução democrática e de uma nova economia sustentável e solidária recolocam os valores e princípios de uma sociedade socialista como contraposição ao neoliberalismo, responsável pela desconstituição nacional e social do País. (PT, 1998n, p. 663).

O socialismo exigiria a socialização da política para se alcançar a democracia, mas o seu resultado, ou seja, a própria democracia, já se tratava de socialismo. O raciocínio era tautológico: a democracia era necessária para alcançar o socialismo, mas o socialismo seria a própria efetivação da democracia. Outrora um objetivo estratégico, depois um conjunto de *valores e princípios*, e, finalmente, um projeto nacional em contraposição ao neoliberalismo. O socialismo seria, enfim, a revolução burguesa não realizada ou, em síntese: a emancipação política não cumprida ou *em atraso* (PT, 1998n).

A proposta de candidatura eleitoral em 1998, expressa antes na *Carta do Rio de Janeiro*, afirma a disposição do PT de construir uma política de aliança antineoliberal que fosse um marco na rearticulação

da oposição, ou “uma grande virada no País”. Não definida nominalmente, a escolha do candidato se apresentava como secundária à construção de uma “candidatura única das Oposições” anti-neoliberais. Ampliava-se, nesse sentido, o espectro de alianças para além da Frente Brasil Popular (PT, 1997).

Ainda em 1998, o PT realizaria um ENPT Extraordinário³⁴, com foco na discussão eleitoral. Com a aprovação da validade da reeleição³⁵ para os cargos executivos e FHC candidato à reeleição, a resolução do encontro reafirma “[...] a força do compromisso histórico conservador que levou FHC à Presidência, apoiado na mais ampla coalizão das classes dominantes da história republicana”. Em 1994, FHC já era “[...] a solução que as elites empresariais e políticas encontraram para retomar o projeto neoliberal, impedir a eleição de Lula e a aplicação de um programa democrático-popular de enfrentamento da crise nacional”. Quatro anos depois, devastado pelo projeto neoliberal, o país encontrava-se em dificuldades ainda maiores. A interrupção ou a continuação do aprofundamento neoliberal dependeriam do resultado eleitoral daquele ano (PT, 1998j).

A discussão primeira da resolução aprovada no ENPT Extraordinário gira em torno da tática de alianças. Mantidas as alianças mais amplas do campo democrático-popular em nível nacional e estadual, o critério que deveria definir alianças eleitorais seria “a oposição a FHC, ao neoliberalismo e aos partidos de direita”. Assim, o PT deveria manter a frente que o unia ao PSB e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e agregar o PDT, sem excluir o possível ingresso de parte do PMDB que se opusesse ao governo e ao neoliberalismo. Consolidando o arco de alianças, o PDT, aderindo à Frente Brasil Popular, teria Brizola como vice da chapa. Sob os eixos social, democrático e nacional e perseguindo um projeto democrático-popular, não

³⁴ O ENPT Extraordinário foi realizado entre os dias 23 e 24 de maio de 1998 na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo (SP). Nele, foi aprovada a resolução *O fim de um ciclo* (PT, 1998j).

³⁵ A emenda constitucional n. 16/1997 (BRASIL, 1997), para permissão de reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos, foi aprovada na Câmara Federal por 369 votos a favor e 111 contra, em fevereiro de 1997. A proposta recebeu 62 votos a favor, 14 contra e 2 abstenções já em sua última votação no Senado Federal, realizada no dia 6 de junho de 1997.

mais seria possível confundir o programa de governo da chapa com o socialismo (PT, 1998j).

O Programa não se confunde com o programa socialista do PT ou com os dos outros partidos da Frente. Suas reivindicações se inserem em uma transformação de longo prazo e refletem o Brasil e o mundo que queremos, ainda que esses objetivos não sejam alcançados no prazo de um governo. As reformas que o Programa propõe, ainda que situadas no marco de uma sociedade capitalista, se chocam com o capitalismo realmente existente no Brasil. A implementação de um programa radical de reformas – por seus efeitos econômicos, mas sobretudo por sua capacidade política de agregar forças sociais – contribuirá para a refundação de uma perspectiva socialista no País.

Nosso Programa faz parte de uma estratégia de transformação global do País. Por isso não se pode escamotear dificuldades políticas, econômicas, jurídicas, culturais que irá enfrentar. Deve ser ainda peça de mobilização social e política. Defendemos um programa de ruptura com o neoliberalismo. Somos a candidatura que vai substituir a atual política econômica por outra que compatibilize estabilidade com crescimento sustentado, assentada em três eixos: distribuição de renda e riqueza, defesa da soberania nacional e democratização radical da política e da sociedade brasileiras, numa perspectiva socialista. (PT, 1998j, p. 675).

Parte de uma “estratégia de transformação global do País” e de “ruptura com o neoliberalismo”, o programa deveria garantir estabilidade e crescimento sustentado, assentando-se em três eixos: “distribuição de renda e riqueza, defesa da soberania nacional e democratização radical da política e da sociedade”. O aspecto social articular-se-ia ao econômico, ambos impedindo a “desindustrialização e desnacionalização do País” e promovendo o “desenvolvimento baseado na distribuição de renda e expansão do mercado interno”. Se, outrora, o conjunto de reformas era parte da estratégia de ruptura com a ordem, agora as reformas seriam a própria ruptura com o “capitalismo

realmente existente”. Se o socialismo passa a ser uma perspectiva, o capitalismo, ao avesso, passa, no aqui e agora, a permitir reformas mediante desviantes mudanças de rumo (PT, 1998j).

No que diz respeito à soberania nacional, explicita-se a estratégia de relação Sul-Sul como principal sustentáculo da política externa brasileira. Nesse sentido, o elemento nacional, além de ter forte conotação anti EUA, guardava consigo a perspectiva de alianças que pudessem fortalecer a inserção soberana dos países do Sul buscando modificar a correlação de forças no cenário internacional (PT, 1998j).

No que diz respeito ao eixo democrático, seria afirmada a necessidade de continuidade do projeto de democratização do Estado, com a correção das iniquidades frente à participação política, à disputa eleitoral, à ocupação da máquina do Estado executiva, parlamentar e judiciária. Impunha-se “[...] a reformulação global do sistema institucional e a criação de novas instituições, tanto no Estado como na sociedade civil, tendo como eixo a reversão do processo de barbarização e a promoção da cidadania”, dotando o “[...] Estado de capacidade para a promoção de políticas públicas”, ou “[...] sozinho ou em parceria com a iniciativa privada”. Incorporando o tema da reforma do Estado, elemento marcante no projeto neoliberal de FHC, o conjunto de reformas sociais necessárias às modificações estruturais do país metamorfoseiam-se em torno das políticas públicas, estas podendo se dar em parceria com a iniciativa privada (PT, 1998j).

Ao perseguir seus três eixos de mudança estruturais, deveria se expressar, do ponto de vista da campanha, uma virada no plano da cultura, pois a “[...] cada vez que o Brasil pensou um Projeto Nacional de Desenvolvimento, ocorreu um forte movimento de ideias, no plano da cultura e das artes”. Assim, mudanças de cultura política como expressão de um novo projeto político se consolidariam concomitantemente à afirmação do projeto antineoliberal.

A esperança venceu o medo?

Após nova derrota eleitoral, o PT realiza seu 2º Congresso Nacional, em 1999. A importância desse congresso é seminal, do ponto

de vista do coroamento dos processos de moderação estratégica que haviam se iniciado em 1990 e se aprofundado após 1994 com o cunho neoliberal dos governos de FHC. O texto de abertura busca apresentar-se como síntese política geral do movimento da estratégia petista. Remete, assim, ao 5º ENPT, ao 1º Congresso. Busca criar, ou ao menos se apresenta como se buscasse, um elo de continuidade entre a estratégia democrático-popular de 1987 e aquela do 1º Congresso (PT, 1999).

No que diz respeito à leitura sobre o Brasil que subsidia suas resoluções, nele se alude que os problemas fundamentais que afetam o povo brasileiro têm raízes históricas profundas. Uma “elite poderosa, reacionária e predatória que se considera dona do poder” desprezaria profundamente o povo e teria aversão às reformas, infligindo *exclusão política e econômica à população* (PT, 1999). Tal fardo só seria revertido por uma “grande transformação da sociedade brasileira” feita pelas maiorias conscientes de seus objetivos.

7. A história do Brasil, diferentemente da de outros países, não está marcada por rupturas. Sempre que a nação foi colocada ante a necessidade de mudanças – Independência, Abolição, República e em vários momentos do século XX – predominaram soluções “de cima”, impostas às classes populares pelos grupos dominantes. A modernização do país foi conservadora, carente de reformas, fortemente excludente.

8. O Brasil transformou-se em 50 anos na oitava economia industrial do mundo. Este crescimento não foi acompanhado de reformas sociais e políticas, mas de forte concentração de renda, poder e conhecimento. O país ocupa o vergonhoso 79º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU. E a sociedade de pior distribuição de renda do mundo. Entre 1930 e 1980 o Brasil viveu mais de metade do tempo sob regime de exceção ou de democracia restrita. Amplos setores da sociedade ficaram mergulhados no analfabetismo e na ignorância. (PT, 1999, p. 3).

A “subserviência das elites locais” explicaria a incapacidade das classes dominantes de construir uma alternativa nacional.

Por outro lado, o aprofundamento do neoliberalismo pelos governos Collor e FHC também seria “[...] resultado da falta de alternativa mais consistente das esquerdas”, o que não se tratava de uma “insuficiência teórica”, mas de uma dificuldade oriunda da desmobilização do movimento popular e da falta de “visão mais aprofundada das transformações em curso no mundo e no capitalismo brasileiro” (PT, 1999).

É certo que não se deu ênfase necessária a temas relevantes como os do financiamento do desenvolvimento e dos novos papéis do Estado, por exemplo. Mas nossas formulações programáticas em 1989, 1994 e 1998, ainda que incompletas, são importantes. Foram suficientemente claras e ameaçadoras, para provocar a partir de 1994 o mais impressionante reagrupamento de forças conservadoras da história do país. Setores originários da oposição democrática à ditadura – como o PSDB e grande parte do PMDB – ofereceram quadros e emblemas para a constituição do megapartido da ordem que hoje governa o Brasil, incumbido de frustrar as profundas aspirações de mudança que a sociedade brasileira revelou nas últimas décadas. (PT, 1999, p. 4).

Tal moldura enseja a reafirmação de um “Programa da Revolução Democrática” e seus eixos fundamentais: o social, o democrático e o nacional. Sua aplicação se daria a partir de um conjunto de reformas sociais apoiadas pelo povo, cujo efeito seria o de desestabilizar o “capitalismo realmente existente no Brasil”. Definindo-se como “um partido pós-comunista e pós-social-democrata”, o PT não buscaria nem assaltar o poder de forma violenta e nem chegar ao poder apenas para diminuir os efeitos devastadores do capitalismo. O partido, desenvolvendo-se em meio à crise dos paradigmas do século XX e da falência do modelo nacional-desenvolvimentista brasileiro, defendia, desde 1994, a revolução democrática, um pressuposto para a construção do socialismo democrático no Brasil. A faceta social da revolução democrática colocava na ordem do dia a efetivação de um conjunto de mudanças na economia, o que lidaria com severas dificuldades dado o desmonte do Estado e da soberania nacional operado

no período anterior. Tais prioridades provocariam “[...] enfrentamentos com os interesses do capital financeiro nacional e internacional que condicionam hoje as grandes decisões econômicas nacionais”. Para driblar os graves Constrangimentos que uma política de distribuição de renda poderia ocasionar, seria necessário implementar um ambicioso projeto de desenvolvimento pautado na construção de um *mercado de consumo* que gerasse acesso econômico aos brasileiros até então excluídos do mercado (PT, 1999).

15. O PT reafirma a necessidade de um modelo econômico estruturado em torno da ideia de construção de um amplo mercado interno de bens de consumo de massas, capaz de alimentar, vestir, dar moradia e transporte, aos milhões de brasileiros marginalizados ou empobrecidos. Um gigantesco programa de educação – prioridade número um do país – erradicará o analfabetismo, porá todas as crianças na escola e, mais do que preparar força de trabalho qualificada, criará as bases da cidadania. Esse modelo prevê o refinanciamento do Estado para que este possa impulsionar políticas sociais consistentes.

[...]

A reforma agrária e uma política de rendas serão instrumentos de radical distribuição de riqueza, viabilizando o novo modelo de desenvolvimento nacional. As circunstâncias imporão outras formas de transferência de renda dos grandes grupos econômicos para financiar as reformas necessárias. (PT, 1999, p. 4).

Essa *nova economia*, centrada na criação de um amplo mercado interno de bens de consumo, galgaria melhor posicionamento do Brasil no mercado externo, pois somente uma economia de escala poderia disputar posições no mercado mundial. A principal questão que movia a resolução do congresso era adequar, em termos táticos, o partido à criação de uma alternativa de governo. Seria preciso “[...] formar uma aliança social e uma coalizão política para governar” e buscar “[...] de modo coerente e consequente – este objetivo – o de derrotar

pela via democrática o governo e substituí-lo por outro radicalmente alternativo”. Nesse sentido, mais uma vez são as mudanças táticas que interagem com a estratégia de forma a moldá-la às possibilidades do momento. O próprio congresso, em princípio um espaço de debate de fundo estratégico, consolida a inversão: seu foco se deposita na construção de uma alternativa eleitoral, democrático-popular, conforme as possibilidades permitidas pela ordem vigente (PT, 1999).

O 12º ENPT (2001) é o que vai anteceder, por sua vez, a eleição de 2002. A necessidade de ampliação das alianças, que representasse a possibilidade de logro de uma proposta de ruptura com a “[...] herança de dependência externa, de exclusão social, de autoritarismo e de clientelismo e, simultaneamente, com o neoliberalismo mais recente”, se vê explicitada. Nesse amplo leque, “os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas” e “[...] com a desarticulação da lógica puramente financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico”. Crescer “[...] a partir do mercado interno significa dar previsibilidade e estímulo ao capital produtivo” (PT, 2001).

Já durante o processo eleitoral de 2002, comprometendo-se com a “a soberania, o emprego e a segurança do povo brasileiro”, Lula explicita, em carta aberta à população, a combinação entre “três linhas de ação: um esforço exportador muito mais vigoroso do que o atual, o alargamento do mercado interno e o investimento em infraestrutura e nos setores de ponta” (SILVA, 2002b). No programa de governo, que tem como lema “Um Brasil para todos”, desdobra-se a política na proposição de um *novo contrato social* que favorecesse “[...] o nascimento de uma cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um País mais justo econômica e socialmente”, combatendo “o autoritarismo, a desigualdade e o clientelismo” (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002). Por fim, mas não menos importante, a campanha lança a *Carta ao povo brasileiro*, também batizada pela imprensa corporativa como *Carta de Lula para acalmar o mercado financeiro*. A carta ressalta um tom de afirmação da mudança: “O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar”. Tal mudança permitiria o desenvolvimento econômico com justiça social

e resultaria de uma “[...] poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político” (SILVA, 2002a).

Depois de oito anos de implementação do projeto neoliberal, era chegada a hora do balanço. O povo já verificava que a economia não tinha crescido, que as suas expectativas tinham sido frustradas e o “[...] sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo se esgotou” (SILVA, 2002a). O *povo*, por outro lado, mostrava-se disposto a apoiar um novo projeto, um projeto alternativo para o Brasil.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil e de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. [...]

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. (SILVA, 2002a).

O crescimento com sustentabilidade perseguido pelo novo modelo deveria ser fruto de uma ampla negociação nacional que conduzisse a um novo contrato social. Quais seriam as premissas dessa transição contratual? “O respeito aos contratos e às obrigações do país”. Sobre o mercado financeiro, a carta se posiciona realizando diferenciação entre a pura especulação e as preocupações ditas *legítimas*, do mercado (SILVA, 2002a).

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado

financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa.

É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições. (SILVA, 2002a).

No sentido de superar tamanho quadro desastroso, seria necessário ampliar as exportações e requerer uma substituição de importações, competitiva, de prazo curto, além de uma política apontada para a valorização do agronegócio (e também da agricultura familiar), junto a investimentos, reformas e fontes de financiamento que gerassem divisas. Comprometendo-se com a manutenção do equilíbrio fiscal, com o superávit primário e com os compromissos assumidos pelo país, o Brasil apostaria no desenvolvimento e no impulsionamento do seu *imenso mercado*, que poderia revitalizar a economia (SILVA, 2002a). Assim, na carta, Lula termina afirmando:

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais.

Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a ideia de uma terceira década perdida.

O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis. (SILVA, 2002a).

Em aliança composta com o candidato a vice-presidente José Alencar, do Partido Liberal (PL) e empresário do ramo têxtil, o resultado eleitoral seria, enfim, o esperado pelo PT. Com 61,27% de votos, o partido derrota José Serra (PSDB) no segundo turno e ganha as eleições de 2002. Seria o início dos 14 anos em que o PT de Lula governaria o país.

Breve balanço: a pinça com o braço esquerdo quebrado

Os efeitos da defensiva que o ano de 1989 representou para o PT colocava em xeque algumas tendências possíveis: manter a construção de uma estratégia crítica, rupturista, que articulasse a revolução *dentro da ordem* à revolução *contra a ordem*³⁶; ou, por outro lado, afirmar a democracia como estratégia, o que implicaria a assunção do partido ao *status quo* e de acordo com as regras do jogo, de forma pacífica e gradual.

Como vimos, é no limiar da década de 1990 que a face rupturista³⁷ da estratégia petista, recém-afirmada, sofre abalos. Elencando tendências frente a esse cenário, Juarez Guimarães (1990) avalia direções do debate partidário, sintetizando na notabilizada expressão *estratégia da pinça* a moldura singular do projeto democrático-popular tal qual esse se apresentou na década de 1980. Para ele, o partido político deveria dirigir duplamente o movimento dos trabalhadores, sua ação nas lutas sociais e na institucionalidade. Chama atenção que a definição sobre os passos estratégicos do PT ia ao encontro do caráter pragmático

³⁶ Para Florestan Fernandes (2018, p. 16, grifo nosso), em seu livro *O que é revolução*, “[...] o envolvimento político das classes trabalhadoras e das massas populares no aprofundamento da revolução *dentro da ordem* possui consequências socializadoras de importância estratégica”. “É preciso que a expansão das classes trabalhadoras seja acompanhada da proletarianização política revolucionária, isto é, engendre um movimento político que mude a relação dos proletários com a ordem e sedimente a luta de classes, dimensionando-a à conversão da revolução *dentro da ordem* em uma revolução *contra a ordem*” (FERNANDES, 2018, p. 70, grifos nossos).

³⁷ A estratégia democrático-popular calcava-se no cumprimento de tarefas anti-imperialistas, antimonopolistas e anti-latifundiárias e de tarefas em atraso ou não cumpridas por uma revolução de cunho burgueses. Nessa década de 1980, tal estratégia se apresentaria em um duplo sentido, o de ocupar os espaços de poder e o de reagir a uma possível resistência da burguesia. Afirmava-se, portanto, como uma estratégia rupturista e de classe contra classe.

do partido, que então se propunha a refletir à luz dos acontecimentos imediatos e objetivos. O fato de esse partido ter surgido sem *modelos*, o que é típico do momento de crise do movimento socialista e da crítica ao partido de quadros, é apresentado como motivo pelo qual seu pragmatismo dificultaria suas definições estratégicas (GUIMARÃES, 1990).

Mas o fato é que o “futuro” está batendo às nossas portas. O peso das nossas indefinições estratégicas atravessa hoje todos os planos de nossa atividade na luta de classes: está rigorosamente expresso nas administrações populares, cujas intenções políticas transformadoras estão soterradas pelo peso das opções administrativistas; fere fundo o movimento sindical dirigido por petistas, que vê seu horizonte economicista e os seus métodos de organização e luta corporativos se tornarem impotentes até para exercer uma ação eficaz de defesa dos salários e empregos; recorta a nossa atividade parlamentar, que se encontra em geral sitiada e autonomizada, incapaz de se ligar organicamente ao movimento real de luta dos trabalhadores. Volta-se, enfim, contra o próprio processo de construção do partido, que acumulou enormes carências organizativas, profundos desequilíbrios entre direção e base, entre crescimento de sua influência e capacidade de organizá-la.

Por isso mesmo, o debate de natureza programática e estratégica que ora travamos só terá valor se, em vez de apenas especular sobre o futuro, servir para exercer a crítica do nosso movimento, de seus avanços e impasses. O que se exige dele é que nos forneça opções viáveis, abrangentes e coerentes para superar tais obstáculos. [...] Há uma relação direta entre nosso objetivo de construir uma democracia socialista e o nosso campo estratégico: a luta política de massas, a partir de uma posição política independente dos trabalhadores, que busca construir uma hegemonia socialista na sociedade. (GUIMARÃES, 1990).

Para Guimarães (1990), a estratégia democrático-popular se impunha como alternativa a duas experiências já vivenciadas pela

classe trabalhadora brasileira: a estratégia democrática e nacional e o foquismo ou via insurrecional³⁸. Uma estratégia democrática e socialista exigiria a ruptura com o Estado burguês, um novo tipo de exercício de poder e representação, além do desmonte das estruturas *burocráticas e repressivas* constituintes do aparelho estatal.

A hipótese que sustentava essa configuração estratégica se fincava na dualidade de poderes, sustentáculo da ruptura com a ordem e resultante de um “[...] movimento articulado, em pinça, dos trabalhadores sobre o centro de poder burguês – isto é, pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a criação do poder popular”. Tal estratégia superaria impasses de estratégias anteriores, como a dos bolcheviques, que não teriam tido a possibilidade de acúmulo de forças por dentro das instituições, e a de guerra popular prolongada, que se afirmara pelo confronto armado com a própria institucionalidade. Além dessas duas estratégias de face rupturista, buscar-se-ia a superação do dilema entre *guerra de movimento* e *guerra de posição*, adotando-se um “confronto de massas prolongado contra o Estado e o grande capital” cuja ocupação de posições na guerra de posições teria como norte uma *ruptura com a ordem* (GUIMARÃES, 1990)³⁹.

³⁸ Diferentes vias revolucionárias – golpismo, militarismo, vanguardismo e putschismo – adjetivavam os que pouco se afeiçoariam à política de massas. Do outro lado, democracia, gradualismo e pacifismo eram mobilizados na defesa dos não vanguardistas. A questão é, no entanto, redutora do problema, a menos que não consideremos a via como uma das resultantes, em momentos específicos, da leitura sobre as relações de classes, da caracterização do Estado e do modo de produção predominantes. Superdimensionado seu lugar na estratégia, enfrentaremos dificuldades de entender por que essa estratégia pode permanecer sendo a mesma, mesmo quando se alternam táticas e vias, o que modifica a sua forma, mas nem sempre o seu conteúdo, caráter ou natureza.

³⁹ “Parece-me que Ilitch havia compreendido a necessidade de uma mudança da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente, onde, como observa Krasnov, num breve espaço de tempo os exércitos podiam acumular quantidades enormes de munição, onde os quadros sociais eram por si sós ainda capazes de se tornarem trincheiras municiaidíssimas. Parece-me este o significado da fórmula da ‘frente única’, que corresponde à concepção de uma só frente da Entente sob o comando único de Foch. Só que Ilitch não teve tempo de aprofundar sua fórmula, mesmo considerando que ele só podia aprofundá-la teoricamente, quando, ao contrário, a tarefa fundamental era nacional, isto é, exigia um reconhecimento do terreno e uma

Descartada estaria a conquista do poder por dentro da máquina ou pela disputa de correlação de forças no interior do Estado. Equívoco reconhecidamente *reformista*, tal ocupação teria como pressupostos: a percepção do Estado como *neutro* e não como uma estrutura de alienação dos trabalhadores frente ao poder; e a possibilidade de superação do capitalismo a partir do distributivismo, que acabaria levando ao abandono da socialização dos meios privados de produção e à aproximação com as teorias keynesianas. O erro contrário, o *esquerdismo*, seria o de estabelecer um programa máximo sem mediações com a conjuntura, sendo incapaz de atuar, nesse sentido, em um instrumento democrático e de massas (GUIMARÃES, 1990).

A dialética entre institucionalidade burguesa e avanço nas formas do poder popular estava na base do problema a ser superado. O partido, instrumento revolucionário, deveria “[...] cumprir o papel insubstituível de ‘articulador da pinça’, isto é, dirigir o duplo movimento dos trabalhadores na institucionalidade e nas lutas sociais – sobre os centros de dominação burguesa”. O partido revolucionário constituía-se como “instrumento principal de construção da hegemonia, momento de síntese da estratégia e da tática”, ao passo que os organismos de poder popular seriam a “força orgânica da revolução”, os “instrumentos do aprendizado das grandes massas na arte de governar”. Ambos deveriam estar articulados “[...] com a luta pela construção de uma hegemonia democrática e popular” (GUIMARÃES, 1990).

A polarização da luta não seria suficiente se tomada em caráter exclusivamente classista. Sendo assim, ela deveria ser pautada por “[...] um bloco antimonopolista, isolando os núcleos de resistência do grande capital. Isto significa travar conscientemente a luta pela hegemonia no campo dos setores sociais aos quais interessa a democracia”, o que passaria pela coesão de um “[...] bloco dos assalariados, com toda a sua

fixação dos elementos de trincheira e de fortaleza representados pelos elementos da sociedade civil etc. No Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas.” (GRAMSCI, [19--] *apud* LIGUORI, 2017, p. 28-29).

diferenciação, a atração da pequena burguesia urbana e rural, além da neutralização de setores do médio capital”. O acúmulo de forças na institucionalidade burguesa integraria esse “processo de construção da hegemonia, de alteração da correlação de forças entre as classes sociais e do isolamento do grande capital”, impedindo o controle e a coesão do Estado contra os instrumentos de poder popular. Para levar a cabo a efetivação da dualidade de poderes essencial à estratégia, fazia-se mister desenvolver uma “luta democrática de massas” que avançasse na “desmilitarização do aparelho de Estado”, combinando iniciativas de defesa com organização do campo operário e popular (GUIMARÃES, 1990).

Mas, a estratégia tendia, aos olhos de Guimarães (1990), ao reformismo social-democratizante. Ao contrário do que deveria pressupor uma estratégia socialista e democrática, era como se a *pinça* já estivesse em desequilíbrio: “o seu braço esquerdo (a construção do movimento socialista de massas) está deprimido e subordinado ao seu braço direito (a ocupação de posições na institucionalidade)”. Tal tensão se caracterizaria por meio de alguns aspectos principais: pela “debilidade hegemônica” do partido, que implicava não conseguir se construir um “campo de massas para uma visão de mundo socialista”; pela ausência de um movimento cultural que integrasse “propostas de transformação do Estado e da economia em um novo sistema de valores humanos”; pela insuficiência programática, que causava a indefinição do caráter do poder popular que se pretendia construir; além de pela incapacidade de se propor uma relação com as instituições que não demandasse uma “[...] moralização destas instituições, com a proposta de correção das distorções de seu funcionamento (corrupção, privilégios etc.), que é necessária, mas insuficiente” (GUIMARÃES, 1990). Passamos a conferir os outros terrenos com base nas palavras do próprio autor:

O outro terreno é o das mudanças estruturais na economia brasileira que devemos propor. O 6º ENPT, realizado em 1989, aprovou o documento Diretrizes para uma ação de governo, que indica as raízes “antimonopolistas, anti-imperialistas e anti-latifundiárias” de nossa proposta. Estas indicações fundamentais, no entanto, não foram concretizadas em um programa claro que possa ser contraposto ao neoliberalismo.

O processo de amadurecimento do capital monopolista no Brasil, ocorrido nas décadas de 70 e 80, traduz uma realidade cujas implicações para a luta de classes foram apenas apreendidas de maneira parcial pelos trabalhadores. Não há tradição de consciência antimonopolista no Brasil.

Esta limitação programática, por sua vez, liga-se ao terceiro aspecto, que foi se tornando cada vez mais forte nesses últimos anos: a perda da dimensão da globalidade e da necessária integração dos vários planos de atividade do nosso movimento. Isto é, a criação de uma certa dinâmica autonomizada da luta parlamentar, da atividade sindical e, mais recentemente, das administrações populares.

O resultado é uma crescente tensão de adaptação das atividades e formas organizativas do nosso movimento político às respectivas institucionalidades. Economicismo, parlamentarismo e administrativismo são os demônios que hoje nos rondam.

Por fim, o quarto aspecto do desequilíbrio: a dinâmica de institucionalização que inibe o processo de formação dos embriões do poder popular, na medida em que pressiona para a corporativização das entidades e movimentos. É inegável que existe hoje um enorme descompasso entre a influência eleitoral do PT, o grau de sua incidência na luta de classes e os patamares de auto-organização já atingidos pelos trabalhadores. (GUIMARÃES, 1990).

A estratégia da pinça apresentava-se, para Guimarães (1990), como síntese e superação das antigas polarizações da esquerda, porém agora em uma estratégia de revolução permanente. É nesse limiar que entramos na década de 1990, na qual os passos do PT de incorporação da “democracia como um valor geral” (WEFFORT, 1984)⁴⁰ aceleram as suas metamorfoses partidárias.

O 1º Congresso do PT, em 1991, retoma a discussão sobre o socialismo ou sobre o *socialismo petista*, porém agora caracterizando-o como um *horizonte*. Assinalando um perfil democrático e pluralista, a principal tarefa estratégica do PT passava de fato a ser a disputa pelo

⁴⁰ “Na própria luta dos divergentes e dos contrários em torno do sentido da democracia, está a afirmação da democracia como um valor geral. Um valor que é de todos, espaço irrenunciável de realização da dignidade humana” (WEFFORT, 1984, p. 60-61).

governo federal. Comprometendo-se com a *democratização do poder*, o caminho progressivo da *democracia* e da *liberdade*, transformaria a estratégia em processual: a partir da democratização da sociedade civil, se chegaria até a ordem da cidadania plena. No terreno econômico, a socialização e a democratização do Estado se dariam por meio do desenvolvimento de esferas públicas (PT, 1998o).

De 1994 a 1997, a guinada assumirá a forma *sui generis* de uma revolução democrática. O projeto popular passava pela defesa dos interesses da nação, de uma nova política econômica, que deveria expressar-se por uma aliança social mais ampla. Seria preciso congregiar amplas forças em torno de um projeto, *para a sociedade brasileira*, antineoliberal. Somente a revolução democrática findaria a exclusão, as desigualdades sociais e o autoritarismo marcantes da realidade social brasileira. O amplo arco de alianças seria o espaço da oposição ao neoliberalismo, representando o conjunto da sociedade, a união nacional. O governo deveria se fincar na estabilidade e no crescimento sustentado, assentando-se em três eixos: distribuição de renda e riqueza, defesa da soberania nacional e democratização radical da política e da sociedade. O projeto democrático-popular passa a defender um novo contrato social, sustentado estrategicamente nos direitos humanos.

O desenvolvimento econômico se promoveria baseado na expansão do mercado interno de consumo de massas: um compromisso que se afirmava com o setor produtivo em detrimento do setor financeiro e especulativo, pois o crescimento com base no mercado estimularia ainda mais a produção. Mas, para sua chegada à presidência, o PT compromete-se, via *Carta ao povo brasileiro* (SILVA, 2002a), com um novo contrato social e com o mercado financeiro, mesmo que sua tarefa principal se pautasse por suprir uma *ausência de desenvolvimento do capitalismo* a partir da ampliação do consumo. A conversão de sua estratégia à tese do mercado de consumo de massas é a base para a sua defesa de uma união nacional.

4.

O Balanço do Acrobata: Inventário Crítico do Lulismo

[...] durante muito tempo diziam que pobre só gostava de coisas de segunda classe, pobre só ia à feira para pegar xepa. E não! A gente aprendeu que, se a gente puder, a gente quer comer do bom e do melhor, que vestir do bom e do melhor, quer morar do bom e do melhor. Ontem, quando eu ia chegando aqui, tinha um companheiro que trabalha com o Gabas, que ele ia viajar e não foi viajar para vir aqui me contar o seguinte: 'Presidente, quando o senhor ganhou, eu era vigia, não tinha casa, não tinha nada, não tinha nem mulher. Agora, Presidente, depois de oito anos o senhor vai embora, eu casei, tenho dois filhos, tenho carro e tenho mulher. E, certamente, tem um computador lá dentro, porque já virou paixão. (SILVA, 2010 apud BRASIL, 2010).

Entre as diversas interpretações empreendidas sobre o período dos dois governos Lula, o arcabouço teórico-conceitual que dá base ao conceito de *lulismo* é o que aqui colocaremos em questão. Como parte da apreensão da estratégia pela teoria social brasileira, o lulismo revela e oculta determinantes fundamentais, fundando-se portanto em uma controvérsia.

Mas, não parece estranho apontar que o lulismo, resultante de uma arquitetura de governo, se relacione com o tema da estratégia

democrático-popular? À primeira vista, o lulismo parece se tratar de uma manifestação específica que, ao chegar ao Palácio do Planalto, assumiria forma própria e autônoma frente à estratégia da classe trabalhadora construída ao longo das décadas de 1980 e 1990, materializada no PT. A forma com que essa estratégia se realiza advém, entretanto, de constrangimentos próprios do desenvolvimento e do movimento da estratégia mesma, que, com sentido de alcançar o meio para implementar seu projeto, ajusta seu caminho. É nesse sentido que a acepção sintetizada no lulismo permite traçar um panorama inicial (e aparente) do debate estratégico, pois privilegia a forma de sua manifestação.

O risco de generalização do conceito de lulismo deve ser relativizado, uma vez que não será possível dar conta de forma profunda de diferenças que marcam as interpretações dos autores que edificam o conceito. Isso posto, acreditamos ser possível identificar preocupações entre eles e, no seu bojo, a forma como se lê a realização da estratégia. Para tanto, dividiremos em temas principais as seções, que podem comportar a abordagem de um ou mais autores, a depender dos elementos centrais levantados por eles.

Pacto pelo mercado interno de consumo de massas e reformismo fraco

No período após Luiz Inácio Lula da Silva⁴¹ exercer seus mandatos de presidente da República, um interessante debate alçado pelo conceito de lulismo tomou a cena teórica e política. Entre diversos estudos empreendidos sobre o período, o de André Singer (2012) apresenta uma síntese fundamental. Para Singer (2012), o lulismo é um fenômeno sociopolítico originado na adesão de camadas mais pauperizadas da

⁴¹ Em 27 de outubro de 2002, Luís Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República pelo PT. Depois de concorrer a três eleições presidenciais – nos anos de 1989, 1994 e 1998 –, Lula e o PT lograriam chegar, na quarta tentativa consecutiva, ao governo federal. Reeito em 2006, seria sucedido na presidência por Dilma Rousseff, também candidata do PT, nas eleições de 2010 e 2014. Do seu último mandato sua sucessora acabaria destituída por um processo de *impeachment*, no ano de 2016, capitaneado pelo PMDB, partido que havia aderido à chapa presidencial encabeçada pelo PT desde a reeleição de Lula, em 2006.

população ao projeto colocado em marcha pelo primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Ele toma forma mais precisa em 2006⁴², ano em que um realinhamento eleitoral viria a garantir a reeleição do presidente. Em torno de um programa de redução da pobreza, o lulismo ampliaria seu apoio junto aos mais pobres, em especial nos setores mais pauperizados das Regiões Norte e Nordeste do país.

Baseado em uma aliança entre classes antagônicas, que permitiria, de forma lenta e gradual, implantar um programa de redução da pobreza e ampliação do mercado interno de consumo de massas, o lulismo teria logrado consolidar-se por meio de um peculiar e fraco reformismo. Na visão do autor, o modelo lulista “[...] simultaneamente, reproduz[iria] e avança[ria] as contradições brasileiras”, de modo “lento e desmobilizador” (SINGER, 2012, p. 28); mas seria reformista. Somando manutenção da ortodoxia macroeconômica a uma política de promoção estável do mercado interno, o lulismo declinaria da estratégia de ruptura com as estruturas econômicas – modelo próprio da classe trabalhadora organizada – e afirmaria um programa que não se confrontasse com o capital.

O roteiro da hipótese interpretativa de Singer (2012) é assim apresentado:

Teria havido, a partir de 2003, uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza – com destaque para o combate à miséria – e para ativação do mercado interno, sem confronto com o capital. Isso teria produzido, em associação com a crise do *mensalão*, um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o lulismo. O aparecimento de uma base lulista, por sua vez, proporcionou ao presidente maior margem de manobra no segundo mandato, possibilitando acelerar a implantação do modelo *diminuição da pobreza com manutenção da ordem* esboçado no primeiro quadriênio. (SINGER, 2012, p. 13, grifos do autor).

⁴² Ainda que o lulismo se expresse mais visivelmente no ano de 2006, o programa de combate à pobreza pelo incremento do mercado de consumo fora colocado em marcha já entre os anos 2003 a 2005.

Reconhecendo o fenômeno como uma modificação do projeto originalmente petista, o autor ressalta o disparate entre a concepção classista e a lulista – nesta, a mudança de tom em relação ao capital seria notória. Utiliza-se, para tanto, da metafórica imagem de *duas almas*⁴³ para expor tal câmbio: a *alma de Sion* e a *alma do Anhembi*. Sion, a alma do radicalismo original petista, ver-se-ia solapada pelo aceno feito na *Carta ao povo brasileiro* (SILVA, 2002a)⁴⁴, durante as eleições de 2002, firmada no Anhembi. Em contraste com o radicalismo da alma de fundação do PT, Anhembi encarnava um pacto conservador entre o PT e setores da burguesia. O lulismo expressa, então, a síntese contraditória entre as duas almas petistas: *redução da pobreza e manutenção da ordem*, ao caminharem juntas, exigiriam a assunção de uma postura mais dócil frente ao capital (SINGER, 2012).

Em relação à base econômica que supõe dar materialidade ao lulismo, Singer (2012) consubstancia-a na questão da atrofia ou estrangulamento do mercado interno de consumo. Com o objetivo de demonstrar seu longo alcance na teoria social brasileira, o autor recorre a dois clássicos desse ramo de interpretação: Caio Prado Júnior (1966) e Celso Furtado (1999)⁴⁵. Destacando o pensamento

⁴³ Uma pequena observação se faz importante frente à caracterização das *duas almas petistas*. Anteriormente, considerou-se que os constantes *turnovers* nas táticas políticas do PCB induziriam sua estratégia à pendulação oscilante entre posições antagônicas, levando Gildo Marçal Brandão (1997) a afirmar a existência de duas almas na esquerda brasileira que, dicotômicas, materializar-se-iam em distintas vias, táticas e análises sobre classes entre os comunistas. Uma delas, marcada pelo caráter *golpista* e *militarista*, seria afeita à via insurrecional, enquanto a outra expressaria *legalidade* e *institucionalidade*. Voltaremos ao tema no último capítulo deste livro.

⁴⁴ A *Carta ao povo brasileiro* (SILVA, 2002a) baseou-se na proposição de um novo contrato social em torno do desenvolvimento e do crescimento econômico e social, da responsabilidade social e da estabilidade. Prometia, ainda, mudanças democráticas que não ultrapassassem marcos institucionais. A intenção da carta era a de acenar para “acalmar” o mercado financeiro frente à possível vitória de Luís Inácio Lula da Silva.

⁴⁵ Não é o momento de analisar profundamente o tema, mas vale deixar indicado que, na interpretação que fazemos sobre a questão da incompletude do capitalismo, o fundamento da perspectiva gradualista da estratégia – correlacionada ao reformismo fraco – se baseia, entre outros aspectos, na necessidade de superação do estrangulamento/atrofia do mercado interno de consumo de massas. A questão do mercado interno de consumo de massas é um dos temas imbricados na perspectiva

de ambos⁴⁶, a corporatura da manutenção do atraso no Brasil se via referenciada na existência de uma massa de miseráveis que, impedida de consumir, obstaculizaria o desenvolvimento, inclusive das atividades produtivas que poderiam absorvê-la (a própria massa) como força de trabalho.

Para Celso Furtado e Caio Prado Jr. as virtualidades e empecilhos que tinha a nação para romper o círculo vicioso do atraso estavam vinculados à existência da massa de miseráveis no país.

[...]

Aspecto interessante da contradição brasileira é que a *grande massa* empobrecida abria e fechava simultaneamente as perspectivas de desenvolvimento autônomo do país. Abria, pois se tratava de mercado interno de que raros países dispunham; mas fechava, uma vez que o padrão de consumo era tão baixo que impedia a realização daquele potencial. A miséria anulava a possibilidade de surgir um setor industrial voltado para o mercado interno. Sem ter emprego, a massa miserável tornava-se uma espécie de *sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente*. (SINGER, 2012, p. 17-18, grifos nossos).

Tratava-se, então, de um *circuito fechado*, que, para parar de se retroalimentar, carecia de interferências que comesçassem ou pela oferta, segundo Furtado (1999), ou pela demanda, segundo Caio Prado Jr. (1966). A base econômica que dá materialidade ao lulismo se funda na superação da miséria, o que implica não só o seu programa, mas a sua estratégia. Do ponto de vista da estratégia, tratar-se-ia, como vimos, da alteração de um projeto de cunho classista rumo ao nacional-popular, que tem como principal característica não precisar

da heteronomia econômica, interpretação que medeia, em nossa opinião, a questão da incompletude na estratégia e na teoria social brasileira.

⁴⁶ Singer (2012) baseia sua análise nas teses expressas em *O longo amanhecer: ensaios sobre a formação do Brasil*, de Celso Furtado (1999), e *A revolução brasileira*, de Caio Prado Júnior (1966).

colidir com interesses do capital. Um governo assentado no *subproletariado*⁴⁷, classe transitória e que almejaria desaparecer⁴⁸, justificava o desencontro, ao menos momentâneo, com a direção política da classe trabalhadora. Ao conferir expressão política própria ao subproletariado, Singer (2012) enxerga na estratégia nacional-popular a possibilidade de desconstituição do pauperismo e, nesse sentido, assenta sobre a superação da demanda represada o processo de desenvolvimento do mercado interno e a incorporação do subproletariado ao consumo. A consequência disso, em um prazo mais ampliado, seria a diluição dessa fração de classe.

Resgatando o *popular* que havia ficado de fora do período neoliberal e da própria estratégia da esquerda classista, a representação de uma figura popular de peso, Luiz Inácio Lula da Silva, daria ao nacional-popular um ponto de fuga para, a partir do arbítrio *desde cima*, fortalecer o Estado no rumo de proteger os mais pobres. Nesse sentido, o conflito entre *Estado popular* e *elites antipovo* se veria reposto em novo patamar pelo lulismo. Com a adesão, a ele, do subproletariado, criavam-se soluções sem mobilização social: “propostas divergentes têm mais chance de serem resolvidas por arbitragem, isto é, por um executivo que paira sobre as classes e funciona como juiz de seus conflitos”. A *gramática varguista*, que “[...] opunha o ‘povo’ ao ‘antipovo’”, retornaria, no plano ideológico (SINGER, 2012).

O autor reconhece que a diminuição da pobreza no período lulista não teria sido acompanhada da diminuição estrutural da desigualdade e nem da transformação da maior parte da população em classe média. Nesse sentido, ao mesmo passo que a renda dos mais pobres e dos

⁴⁷ Segundo o autor, seria razoável considerar *subproletários* os que auferem renda de até um salário-mínimo *per capita* e cerca de metade dos que têm renda de até dois salários-mínimos *per capita* (SINGER, 2012, p. 77).

⁴⁸ Segundo Singer (2012, p. 156): “Como o projeto do subproletariado é sumir, ele não possui um modelo próprio de sociedade, desejando (inconscientemente) incorporar-se àquela que é moldada pelos interesses de outras camadas. Isso o coloca em posição de neutralidade e, portanto, favorece a arbitragem com respeito a questões como a diminuição da desigualdade (não confundir com redução da pobreza) por meio da construção do Estado de bem-estar e a desindustrialização do país. Cumpre insistir que o seu projeto é o da diminuição da pobreza, não necessariamente da desigualdade, que são coisas distintas, embora relacionadas.”.

mais ricos se adensava, ter-se-ia um provável achatamento da renda da classe média. Nada disso, para Singer (2012), contrariaria o fato de que a diminuição da extrema pobreza tenha sido notória.

[...] isso não constitui a superação da pobreza nos termos de Veiga-Sen nem o ingresso automático de toda população na classe média, como ficou em voga dizer nos últimos anos. Pode representar que a quase metade da população que não dispunha de renda mínima até meados da década de 1990 passará a dispor de recursos suficientes para assegurar, ao menos, a alimentação. Não será o fim da pobreza, mas talvez seja o fim da pobreza (monetária) absoluta, aquela que impede a pessoa de sequer se alimentar. Poderá significar o ponto de partida para a vida “decente” do New Deal, porém certamente não a chegada. (SINGER, 2012, p. 133).

O autor divide em três fases a economia política do lulismo. A primeira delas, de 2003 a 2005, suporia a junção de duas agendas bem distintas: a do neoliberalismo e a da redução da pobreza. A contenção de despesas, a elevação de juros, o congelamento do salário-mínimo, a redução de benefícios e a reforma previdenciária conviveriam com programas de transferência de renda como Bolsa Família⁴⁹ e de expansão do financiamento popular. Após 2005, a agenda de valorização do salário-mínimo⁵⁰ também se incorporaria às demais.

⁴⁹ O Bolsa Família é um programa de transferência de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza por meio da transferência de renda direta, que objetiva dar acesso à alimentação, educação e saúde às parcelas mais pauperizadas da população.

⁵⁰ Resultado de uma campanha de valorização lançada de forma unificada pelas centrais sindicais em 2004, a valorização do salário-mínimo foi paulatina até a entrada definitiva em vigor, a partir de 2008, da política de valorização do salário-mínimo que utilizava como critério de reajuste a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC/IBGE) e a alteração do produto interno bruto (PIB) dos dois anos precedentes. Acordada em 2007, a política permanente de valorização do salário-mínimo teria vigência prevista até ao menos 2023 e constituiu-se como uma política de “recuperação do valor do piso nacional” (MELO, 2015, p. 13). O aumento do salário-mínimo foi vinculado aos critérios clássicos de *crescimento da economia*.

A segunda fase teria início em 2006, quando Guido Mantega⁵¹ implementaria uma agenda político-econômica que pressupunha menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo. Sem eliminar os componentes conservadores de outrora, essa fase teria sido marcada pela redução dos juros, pela geração de empregos e, principalmente, pela valorização do salário-mínimo. O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁵² desbloquearia e ampliaria, por sua vez, o investimento público no rol de ações da segunda fase. Destaquemos, aqui, a despeito de Singer (2012), que tal investimento foi viabilizado com a isenção de impostos para o capital e a ampliação de infraestrutura pelo Estado.

A terceira fase da economia lulista compreenderia os anos 2009 e 2010 e é simbolizada pelo lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida⁵³. Coincidindo com um novo ciclo de consumo aberto após a recuperação da crise econômica de 2008, franquearia o acesso da população aos bens duráveis, especialmente imóveis para moradia e automóveis.

Em função da transferência de votos de Lula a Dilma em 2010, materializada no resultado expressivo da candidata nas Regiões Norte e Nordeste, a grande base do enraizamento social do lulismo se transferiria para a presidenta, levando Singer (2012) a supor e afirmar que o lulismo teria longa duração. Mesmo reconhecendo que o *boom* das *commodities*⁵⁴ havia sido o sustentáculo sobre o qual se ergueram as fases econômicas virtuosas do lulismo, o autor acreditava que a ativação do mercado interno via consumo dos mais pobres projetaria influência absoluta no sucesso desse projeto político. Apesar de fraco, o reformismo lulista aceleraria a acumulação no interior do capitalismo, ampliando empregos sem reverter a característica precarização

⁵¹ Em 27 de março de 2006, Guido Mantega assumiu o Ministério da Fazenda, substituindo Antonio Palocci.

⁵² O PAC foi lançado em 2007 e tinha como meta promover grandes obras de infraestrutura logística, energética e social.

⁵³ O programa Minha Casa, Minha Vida foi lançado em março de 2009 pelo governo federal. Subsidiava a aquisição de casas ou apartamentos baseando-se, para tanto, em faixas de renda familiar.

⁵⁴ O *boom* das *commodities* se configurou com o aumento da demanda por produtos primários – soja, petróleo, gás e minérios – produzidos por países latino-americanos.

do mercado de trabalho brasileiro. Mesmo que esse protagonismo popular se baseasse em soluções pelo alto, oriundas de uma liderança, Singer (2012) arrisca apostar que o lulismo, se tivesse a durabilidade por ele esperada, poderia converter as contradições da realidade social brasileira em soluções de um degrau superior.

Podemos sublinhar, no que se refere ao fenômeno do lulismo para Singer (2012), as seguintes características: transição entre uma estratégia de classe (alma de Sion) e uma nacional-popular (alma do Anhembi); consolidação de um pacto conservador entre o PT e setores da burguesia; um reformismo fraco e pelo alto, que abdicaria (ao menos momentaneamente) de um reformismo de alto impacto; um programa de crescimento econômico ortodoxo casado a um programa popular via ampliação do mercado de consumo, ampliação do mercado de trabalho e da renda; realinhamento eleitoral, com adesão de massas pauperizadas ao projeto do governo; apoio na direção da fração de classe subproletária, que desejaria “sumir”; sustentação ideológica na *gramática varguista*, de ricos *versus* pobres ou Estado popular *versus* elites antipovo; esvaziamento do anticapitalismo para a afirmação de um projeto de cunho popular.

A tentativa de um Estado de compromisso

O paralelismo entre lulismo e populismo também se apresenta nas formulações de Luiz Werneck Vianna (2011), consolidadas na expressão *o Estado Novo do PT*⁵⁵. Por ela, o autor analisa a experiência do governo como resultante de modificações de fôlego na estratégia que levaria o partido ao Planalto Central. Nesse sentido, não encontramos em Vianna (2011) a tônica positiva que é dada por Singer (2012) ao lulismo, e a chave de interpretação do populismo como sinônima do lulismo é mobilizada em uma perspectiva crítica: o PT teria incorporado a tradição que, originalmente, pretendia negar.

⁵⁵ A escolha pelo Estado Novo para elaborar uma comparação – mesmo que simbólica – com o período democrático governado pelo PT nos parece extremamente infeliz. Ainda que a expressão seja irônica, ou seja, queira demonstrar que o *novo* acabou reproduzindo o *velho*, ser fidedigno à análise significa ser preciso, também, com as comparações.

Para aquele autor, o PT declinara de seu projeto inicial e se aproximara de uma reabilitação da tópica nacional-popular evocada nas décadas de 1950 e 1960, cuja imagem gasta teria sido suplantada pelo golpe de 1964. Vianna (2011) chama atenção, entretanto, para o fato de que, entre os ciclos de modernização da economia brasileira – o primeiro tendo sido a Era Vargas, o segundo o período Juscelino Kubitschek, o terceiro o período militar, em especial no governo Geisel, e o quarto durante a Era Lula –, o do PT seria o único que poderia efetivar o moderno, em face de sua natureza democrática e sua base social organizada autonomamente frente ao Estado. Capítulo não cumprido, porém, o ciclo de modernização da Era Lula se trataria, inversamente, de um processo de modernização que não contaria com a implantação do moderno. O futuro havia sido perseguido pela “sombra do passado” e o governo Lula, “[...] ao invés de interpelar criticamente a nossa experiência republicana, trouxe de volta, por ensaio e erro, alguns dos seus aspectos mais recessivos” (VIANNA, 2011, p. 20).

Essa opção não foi feita a frio. O programa orientado no sentido de promover reformas estruturais que contemplassem as necessidades da população e do desenvolvimento nacional de forças produtivas sofreria com o rebuliço do mercado, e a possibilidade de reversão da presença – nas condições adotadas pelo governo FHC – do mercado na economia era interpretada como caminho que inseriria o país na *lógica das revoluções*. A opção teria sido consciente, pois abdicar do programa que levasse aos embates envolvia abrir mão de reformas de grande porte.

Ao contrário do governo precedente – claro, em função de sua relação com o capital financeiro –, o governo Lula faria do Estado um condomínio de contrários, no qual todas as classes participariam com seus interesses diferenciados. Essa relação de unidade de contrários é trazida à tona por Vianna (2011) mediante insistente recordação da convivência do MST com setores do agronegócio, no governo – esse último em posições de administração. Assim, através do Estado se afirmava um pacto segundo o qual se encontraria enfim, em jogo, o interesse tido como nacional. Nesse sentido, o PT – outrora força da antítese – teria aderido ao programa da tese, o capitalismo, e restaurado a *dialética sem síntese brasileira*. Nela, não havia contradições

passíveis de superação, mas interesses a serem administrados. Frisa Werneck Vianna (2011, p. 32):

Invertem-se, porém, os termos da revolução passiva clássica: é o elemento de extração jacobina quem, no governo, aciona os freios a fim de deter o movimento das forças da revolução, decapita o seu antagonista, comprometendo-se a realizar, sob seu controle, o programa dele, e coopta muitos dos seus quadros, aos quais destina a direção dos rumos sistêmicos em matéria econômico-financeira. Mas será dele o controle da máquina governamental e o comando sobre as transformações moleculares constitutivas à fórmula do conservar-mudando, direcionadas, fundamentalmente, para as áreas das políticas públicas aplicadas ao social.

Seria no *Estado de compromisso* que os antagonismos sociais, levados para dentro do governo, alcançariam uma coesão. Esse foco de coalizão não deixa de ser, contudo, espaço de permanente tensão, e a fragilidade de cada setor em particular amplia a intervenção carismática e a disputa de forças no seio da sociedade civil. Para Werneck Vianna (2011), o resumo se mostrava evidente: era como se o partido assumisse, a partir da eleição, o populismo à sua imagem e semelhança.

Retomando a expressão da *viagem redonda* de Faoro (2000)⁵⁶ como metáfora da consumação da experiência do PT, sintomáticas expressões teriam sido a acomodação do setor sindical às estruturas oficiais, bem como a valorização tardia do nacional-desenvolvimentismo. Essa maturidade petista se dirigia à contramão de seu projeto de origem, nascente como parte da sociedade civil e reclamante da autonomia diante do Estado⁵⁷. Esse Estado, na visão fundacional do pro-

⁵⁶ A expressão *viagem redonda* remete-nos aos elos de continuidade da tradição ibérica na esfera política brasileira. Segundo Faoro (2000), a característica patrimonialista do Estado brasileiro – erguido sobre um capitalismo de Estado que atende a demandas particularistas – o tornava um espaço de encontro de interesses privados.

⁵⁷ Tomamos emprestadas as palavras de Demier (2012, p. 9, grifos nossos): “Numa leitura à esquerda, típica do período de redemocratização dos anos 1980, *tal tese patrimonialista/weberiana foi traduzida como privatização do Estado, apresentando como anomalia o que é, de fato, a marca do Estado moderno, sua representação de*

jeto petista, seria o espaço onde interesses privados dominantes se apresentariam como se fossem de interesse público, encobrindo a luta entre classes numa *névoa estatal*. Para Vianna (2011), essa origem do PT, síntese de diversos setores de composição heteróclita – esquerda católica, ex-guerrilheiros, ex-militantes partidários, entre outros –, não teria evitado, após a terceira tentativa frustrada de vencer a eleição presidencial, a transformação do projeto petista numa opção possível de conquista do governo pela via eleitoral. Assim sendo,

A ida ao centro político, movimento bem-sucedido com a vitória eleitoral, implicou uma inflexão de largo alcance. A conquista do governo não seria compreendida como recurso tático para uma posterior conquista do Estado, em uma trajetória de revolução permanente. O ator declinou do papel de herói providencial e adaptou-se às circunstâncias, com uma forte representação de empresários nos ministérios e a direção da vida econômica entregue a operadores merecedores da confiança do mercado. (VIANNA, 2011, p. 38).

O movimento de chegada ao governo não havia significado uma mudança de orientação superficial, mas a absorção, pelo PT, de preceitos dos governos Vargas e Kubitschek. Será pelo *Estado de compromisso* que essas mudanças não tópicas terão expressão, tirando da sociedade civil o campo por excelência em que poderiam expressar-se como conflito e recolocando-as em convivência no *Estado de*

interesses particulares de classe e frações de classe. Agigantado, ultraburocratizado e guiado por regras próprias, esse tipo de Estado estaria contraposto a – e, ao mesmo tempo, seria também fruto de – uma sociedade débil, incapaz de construir formas associativas e representativas verdadeiramente enraizadas no tecido social, e, por isso mesmo, não teria logrado construir uma formatação estatal compatível com uma ordem social competitiva (urbano-industrial capitalista). Com forte influência até os dias de hoje (sobretudo entre os adeptos da escola neoliberal), essa linhagem interpretativa da formação social brasileira apresentava (apresenta), portanto, um Estado forte em contraposição a uma sociedade fraca. Tal dicotomia, segundo alguns estudiosos, teria sido preservada e até mesmo acentuada sob o processo de modernização industrial retardatária do país, realizada, em grande parte, sob os anos da chamada Era Vargas. O Estado varguista e sua herança burocrática e paternalista seriam fiéis expressões desse carma que atingiria secularmente a história nacional.”

condomínio. Ressuscitando a ideia de modernização e muitas de suas instituições e estratégias – como o nacional-desenvolvimento e a indução estatal –, o PT praticaria “o antigo repertório da tradição republicana brasileira” (VIANNA, 2011, p. 40).

Nesse sentido, ao retomar a trajetória dos *partidos paulistas*, PSDB e PT poderiam representar um certo *ethos* republicano (VIANNA, 2011, p. 53).

Precisamente nesse sentido é que podem ser compreendidos como partidos paulistas, na medida em que localizam no Estado a raiz do nosso autoritarismo político, das políticas de clientela e de um burocratismo parasitário a impedir a livre movimentação da sociedade civil. No diagnóstico da época, era preciso emancipar os mecanismos da representação política da cooptação, traço do nosso DNA herdado da história ibérica. No caso dos sindicatos, preconizava o PT, era preciso romper com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e conduzir suas ações reivindicativas para o sistema da livre negociação com os empresários, cuja força dependeria da sua capacidade de organização e de mobilização dos trabalhadores. (VIANNA, 2011, p. 53).

A relação entre moderno e modernização se promulgava de forma perturbadora na periferia, posto que a suposta implementação do que fosse moderno não se via acompanhada de uma agenda democrática, relegando aos subalternos uma falta de autonomia e a subsunção à normatividade institucional. Ao contrário do preconizado na origem moderna do partido, o PT operaria a partir da centralização, verticalização e submissão ao Estado, isso levando a sua adesão à política burguesa. O Estado pluriclassista, apenas supostamente intérprete de todos, se sobreporia assimetricamente ao controle da sociedade. Vianna (2011, p. 41), apontando a vingança histórica aos limites desse projeto, sugere que: “[...] onde isso prevaleceu – a história aí não é irônica –, não se teve nem o moderno nem a modernização”.

Do ponto de vista do movimento sindical, elemento de força no projeto original do PT, o “velho sindicalismo, na carona do novo,

encontrou sua sobrevida, moderando, quando não interditando em muitos aspectos relevantes, a passagem do moderno” (VIANNA, 2011, p. 54). O mesmo destino tem os agentes patrimonialistas das oligarquias de expressão regional que o PT abdicaria de transformar, simplesmente associando-se a eles. As organizações políticas e partidos que poderiam defender e aperfeiçoar a democracia política brasileira – tida pelo autor como resultado de um bem-sucedido processo de modernização materializado na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) – estariam então suplantadas pelo poder do Estado (VIANNA, 2011). Fora do campo dos interesses institucionais (sindicatos, organizações políticas e partidos), se encontrava o “povo, objeto passivo das políticas públicas, mas presença determinante na hora das urnas” (VIANNA, 2011, p. 63).

Um salto de qualidade se daria a partir da crise de 2008, quando o capitalismo brasileiro, fundamentalmente em sua relação com o setor agrário, transitaria para uma nova direção: a da concentração e centralização dos capitais. Com isso, Estado e grandes empresas de capital nacional tomariam como objetivo transbordar suas fronteiras nacionais na tentativa de exercer uma “vocação conquistadora de tipo grão-burguês”, mantendo a agenda exportadora como pauta econômica fundamental. Além disso, acessando, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), voluptuosos recursos e incentivos, diversas multinacionais brasileiras encontrariam um ambiente propício para sua expansão internacional e realizariam aquisições de companhias estrangeiras. A “[...] Vale, a Camargo Corrêa, a Votorantim, entre outras, comporiam o elenco dessas multinacionais brasileiras” (VIANNA, 2011, p. 72).

Mas, se a política, enquanto atividade consciente dos homens para tentar criar o seu destino, está em baixa e sob controle de alguns poucos, temos um potente mundo dos interesses, grandes e pequenos, uns bem mais atendidos que outros, prontos ao conflito, se muito contrariados. Certamente, no que se avizinha, interesses serão afetados, não necessariamente entre os grandes, e nem sempre passíveis de compensação por vias administrativas. Se até aqui o decantado carisma de Lula e sua proverbial

boa sorte permitiram que as fortes contradições entre eles não ganhassem as ruas, sempre resolvidas por acordos nos gabinetes ministeriais sob arbitragem presidencial, resta pouca esperança de que, com esses pretendentes à sucessão, o mesmo remédio seja eficaz. Seguramente, falta-lhes o carisma e é provável que também lhes falte o mesmo banho de lua. A política de que estamos tão distantes, oculta nas razões da gramática tecnocráticas, promete nos cobrar com juros a sua próxima aparição. (VIANNA, 2011, p. 57).

Seria o prenúncio, feito pelo autor, da dificuldade de manutenção dos moldes de governabilidade do lulismo. Estaria em jogo, fundamentalmente, a seu ver, a ausência de um projeto verdadeiramente democrático, pois sem garantia de autonomia para a sociedade civil e suplantado pela sua submissão ao Estado.

Hegemonia lulista e fordismo periférico

É Ruy Braga (2012) quem propõe, noutra direção, uma interessante leitura sobre o lulismo como superação dialética do populismo, pois fruto de hegemonia pautada na *política do precariado*. Se Singer (2012) privilegia a percepção da fração de classe em sua relação com o consumo e Vianna (2011) ressalta a arquitetura do pluriclassismo submisso ao Estado, com Braga (2012) encontraremos uma análise de características estruturantes do mercado de trabalho brasileiro como base sobre a qual se ergue a hegemonia lulista: as relações econômicas de assalariamento são o chão de reprodução do capitalismo periférico brasileiro.

Incorporando e ao mesmo tempo superando o conceito de *precariado* em Castel (1998)⁵⁸ e Standing (2014)⁵⁹, Braga (2012) prima

⁵⁸ “Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente há aí uma razão para levantar uma “nova questão social” que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX.” (CASTEL, 1998, p. 526-527).

⁵⁹ “[...] uma maneira de descrever o precariado é como ‘habitantes’. O ‘habitante’ é alguém que, por uma razão ou outra, tem um conjunto de direitos mais limitado que o dos cidadãos. A

por explicitar o caráter permanente dessa forma de assalariamento: uma parte constitutiva da relação salarial e não condição exterior a ela. Em sentido distinto ao daqueles dois autores, o entendimento de Braga (2012) é de que, em decorrência tanto “[...] da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial” (BRAGA, 2012, p. 17) e não uma consequência do neoliberalismo ou da crise econômica, como se, ao se suplantar esses últimos, fosse possível retomar um ciclo de expansão de direitos institucionalizados.

Na verdade, se para o centro do sistema o problema da precarização se colocaria como uma ameaça contemporânea às conquistas da classe trabalhadora, na periferia o precariado nunca teria deixado de ser regra. Formado pela fração proletária da superpopulação relativa, excluindo-se o lumpemproletariado e a população pauperizada, o precariado diferencia-se para Braga (2012) do conceito de subproletariado de Singer (2012). O precariado seria, por conseguinte, um proletariado ativo e precarizado inserido no próprio modo de produção, nas relações salariais precárias encontradas no sistema capitalista, ainda mais em suas periferias. Em países como o Brasil, não seria equivocado afirmar que o precariado é a grande maioria entre os trabalhadores, pois o compromisso fordista, mesmo na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, teria se restringido à parcela “[...] branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora, à custa da reprodução da fração proletária não qualificada ou semiquificada, feminina, negra jovem e migrante” (BRAGA, 2012, p. 17). Excluídos do precariado estariam também os trabalhadores profissionais, os grupos mais qualificados e mais bem remunerados da classe trabalhadora. O precariado seria, em suma, a fração mais explorada e mal paga dos trabalhadores agrícolas e urbanos.

Braga (2012) foi a campo e pesquisou trabalhadores das operações de *telemarketing* tomando-os como expressão típica do regime de acumulação pós-fordista financeirizado e periférico, mas

ideia de ‘habitante’, que pode ser rastreado até os tempos romanos, tem sido, geralmente, aplicada a estrangeiros que recebem direitos de residência e direitos para exercerem seu comércio, mas não direitos plenos de cidadania.” (STANDING, 2014, p. 33).

também da pulsão da inquietação operária que vai atravessar a história do precariado. Para chegar até aí, no entanto, o autor percorre um longo percurso sobre o qual edifica uma arqueologia do lulismo como superação dialética do populismo sob a atualidade da *política do precariado*. Como caminho, o autor fará, primeiramente, um debate eminentemente teórico-sociológico no qual resgata a trajetória do precariado desde sua origem populista até a reconstituição histórica do sindicalismo petista, buscando uma gênese para a dialética do lulismo – uma nova qualidade de burocracia, primeiro sindical e posteriormente estatal, que, via transformismo, combinou consentimento ativo das direções sindicais com consentimento passivo das massas. Nesse sentido, o fio condutor de Braga (2012) é mesmo o nó cego do populismo, ou seja, a relação de submissão de classes subalternas ao aparelho de Estado e sua mediação corporativo-sindical. Mais além, o lulismo representaria uma *revolução passiva à brasileira* apoiada nessas duas formas de consentimento.

A trajetória desse transformismo é remontada pelo autor à emergência, no ABCD Paulista, da direção sindical do final dos anos 1970 em São Bernardo – cuja figura principal havia sido o próprio Luiz Inácio Lula da Silva. Em um primeiro momento, cedendo à força da rebelião do operariado, o sindicato teria levado a cabo um ciclo grevista contra a estrutura sindical oficial e o próprio regime empresarial-militar. Tendo como pano de fundo a derrota da greve de 1980, esse setor dirigente se harmonizaria com as estruturas oficiais sem deixar de celebrar negociações entre os operários e as empresas. Seria a origem burocrática que induziria, no cenário eleitoral de 2003, tais direções sindicais a se concatenarem ao governo federal, consolidando o lulismo (BRAGA, 2012).

Do ponto de vista do regime de acumulação, o fenômeno teria significado a ampliação do protagonismo do precariado. Se, no modo de regulação neoliberal – que remete à década de 1990 –, tal protagonismo já vinha de se afirmar, a despeito da ampliação do trabalho formalizado (altamente rotativo), o período lulista não teria sido capaz de reverter o regime de acumulação pós-fordista, cujas três principais características combinam: terceirização empresarial, privatização neoliberal e

financeirização do trabalho. Tal dinâmica está baseada, do ponto de vista da empresa neoliberal brasileira, no aprofundamento da exploração do trabalho como principal ferramenta de reversão do ganho produtivo para valorização dos ativos financeiros. A nova perspectiva do capital internacional se impunha, no Brasil, de forma férrea, tendo no trabalho o elemento central de reprodução ampliada dos capitais, a graus de intensidade e precarização cada vez mais acelerados.

Como exemplo da relação entre direções sindicais e mercado financeirizado, que concentra ativos de investimentos de empresas, Braga (2012) se refere à relação entre esses setores e os fundos de pensão – tese original de Oliveira (2003b), segundo a qual se edificaria uma *nova classe*, fruto do alargamento de relação entre aquelas direções e os fundos. Somando-se aos demais motores fundamentais da acumulação – bancos, petróleo, agronegócio, construção civil –, os fundos transformar-se-iam em parte fundamental do regime de acumulação pós-fordista financeirizado, no Brasil. Sobre a relação com os fundos, Braga ressalta que

Muitos têm argumentado que, além de gerarem emprego e renda para os trabalhadores, os fundos teriam um papel importante na seleção de investimentos ecologicamente sustentáveis. Ao contrário, os fundos de pensão brasileiros têm atuado como linha estratégica do processo de fusões e aquisições de empresas no país e, em consequência, estão financiando a oligopolização econômica com efeitos sobre a intensificação dos ritmos de trabalho, o enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores e o enxugamento dos setores administrativos das empresas. Isso sem mencionar sua crescente participação em duvidosos projetos de infraestrutura, como a usina de Belo Monte, uma das principais fontes de preocupação dos ambientalistas brasileiros. (BRAGA, 2012, p. 206).

Ao ir a campo e analisar os sindicatos de trabalhadores das indústrias de *call center*, setor no qual o trabalho precarizado é pilar fundamental, Braga (2012) encontra, ao entrevistar essas direções

sindicais, um forte apoio ao governo Lula. Além da justificada ampliação do número de empregos, acordos firmados pelos sindicatos e programas governamentais como Programa Universidade para Todos (Prouni), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) permitiriam que os trabalhadores daquele setor tivessem acesso à formação continuada, trabalhando durante o dia e fazendo cursos ou faculdades no período da noite. Ainda assim, as péssimas condições de trabalho se tornariam notórias e, após 2005, movimentos grevistas por diversos tipos de reivindicações e insatisfações, desde assédio moral a precariedade intensificada, defasagens de auxílios complementares ao salário, demandas por aumento salarial, reajuste do vale-refeição, participação em lucros, até o pagamento de salários atrasados e horas extras não pagas tomariam lugar. Outras questões, como as de gênero e raça, também eram parte das relações vivenciadas no dia a dia do *despotismo fabril* e mobilizadas, segundo Braga (2012), quando criavam um equilíbrio provisório entre gerências e trabalhadores.

Desse modo, a pulsão da inquietação operária reaparece e começa a formar germes de consciência que dão início a uma ação coletiva e aos primeiros passos rumo a uma auto-organização sindical. Contudo, o lulismo teria ainda incidido de maneira tutelar nos movimentos sindicais, por meio do aparelho do Estado, e é bem verdade que não só pela via da tutela, mas também pela incorporação de parte das reivindicações dos de baixo, como demonstrou André Singer (2012), como com a ampliação do sistema de ensino superior com as cotas, a expansão do Bolsa Família, a política de reajuste do salário-mínimo, o acesso ao consumo de massas e a redução expressiva do desemprego, entre outros aspectos que teriam de fato influenciado nos laços de aproximação entre o precariado e o lulismo. Tal relação esteve na base da hegemonia precária e de sua continuidade, perpassando os modelos de desenvolvimento fordista periférico até o pós-fordista financeirizado e seus distintos modos de regulação: populista, autoritário, neoliberal e lulista.

A pulsão e a expansão da inquietação social do próprio precariado, para Braga (2012), implicam possibilidades futuras, com o potencial

de negação do regime de acumulação pós-fordista, que, mesmo em estado latente, se demonstra como inquietação social permanentemente renovada. Desafiando as linearidades históricas e trabalhando com o precariado como parte da luta de classes, Braga (2012) vê nessa inquietação e na dialética da modernização periférica as possibilidades de expressão de um inconformismo com o modelo de desenvolvimento lulista – podemos dizer que, do ponto de vista do fenômeno, o autor interpreta o pós-fordismo financeirizado e periférico como modo de regulação que, ele sim, lograria alcançar uma hegemonia.

Outro sociólogo que nos brinda com importante interpretação do lulismo e do fordismo é Ricci (2013). Para tanto, traça em linhas gerais o fenômeno do lulismo como uma espécie de engenharia política que nasce com base no gerenciamento do Estado e da governabilidade institucional. Carregado de pragmatismo, o lulismo buscava fixação, reprodução e manutenção do seu espaço como força política no cenário político brasileiro. O lulismo não se expressaria como projeto de desenvolvimento, mas como engenharia política (RICCI, 2013).

Já nas campanhas eleitorais de 1994 e 1998, um novo elemento associara-se ao poder político da burocracia partidária: “o saber técnico na construção do programa” (RICCI, 2013, p. 44). A fusão do poder tecnocrático com o burocrático gerava uma estrutura de partido mais centralizada e profissionalizada, suplantando os esquemas participativos de decisão de outrora e dando vazão a uma das vertentes que conflui na base do que será o lulismo. Assim, o “[...] lulismo, em outros termos, tornou-se mais personalista e centralizador e buscou sua legitimação pela precisão técnica, pela negociação, pelo controle político e pela sedução do discurso afetivo da liderança partidária” (RICCI, 2013, p. 45). No entanto, ele é “[...] mais complexo do que o controle burocrático partidário” (RICCI, 2013, p. 46) e

[...] forjou-se a partir de três matrizes discursivas que sustentam um equilíbrio dinâmico, assumindo um movimento pendular que privilegia, circunstancialmente, uma ou outra concepção. Foram elas: o pragmatismo sindical, o vanguardismo e burocratismo partidário e o discurso técnico de gerenciamento do mercado. (RICCI, 2013, p. 46).

No que tange ao pragmatismo sindical, Ricci (2013) chama a atenção para a existência, já na formação do partido e de sua vertente sindicalista, da diferença de importância entre os sindicalismos urbano e rural, comprovada pela cisão interna entre dirigentes do novo sindicalismo, quanto ao tema. A partir daí, elenca uma série de momentos em que ocorreram adaptações do setor sindical, entre eles: em 1991, quando a maioria da CUT, também maioria política no PT, passa a defender um “sindicalismo propositivo dentro da ordem” e adere à participação em câmaras setoriais, um “arranjo entre interesses privados e Estado”; em 1995, quando a central passa a abraçar a utilização dos recursos do FAT; em 1997, “[...] quando a central adota a linha de ‘resistência propositiva’ ou de ‘disputa de hegemonia’”; além de outras modificações não tênues que emplacavam a centralização da estrutura sindical em relação a sua direção (RICCI, 2013, p. 49).

O segundo discurso, identificado por ele como uma *tendência ao vanguardismo*, estará ligado à esfera das burocracias partidárias, que passam a tomar espaço e controlar politicamente a posição de suas correntes e disputar as do partido, constituindo, assim, uma burocracia como elemento de controle (RICCI, 2013).

Já o terceiro discurso é o da *conquista do mercado*. Como já foi dito, o autor enxerga esse último como uma cultura de discussão técnica apartada dos quadros intelectuais do partido, o que confere um grau de autonomia para a *operacionalidade* e a *governança* (RICCI, 2013). Os documentos mais expressivos no sentido de declararem essa mudança teriam sido a *Carta ao povo brasileiro* (SILVA, 2002a) e *A agenda perdida: diagnósticos e propostas para a retomada do crescimento com maior justiça social* (LISBOA, 2002), documento de um grupo de cariocas e paulistas que se propunham a “[...] analisar causas estruturais da estagnação econômica e da desigualdade no Brasil e discutir reformas microeconômicas” (RICCI, 2013, p. 56). Sob uma combinação de diversos argumentos diluídos em proposições de políticas públicas, a ambiguidade do documento residiria no fato de tratar as políticas sociais como submetidas à “[...] criação de um ambiente seguro para os investimentos econômicos e oferta de crédito privado” e não mais “[...] necessariamente como justiça ou promoção social”.

Abdicando de uma agenda de profunda reestruturação econômica, o lulismo se fundaria nesse novo paradigma, para o qual “[...] seria uma incongruência porque estabeleceria o conflito de interesses a partir da política econômica” (RICCI, 2013, p. 62).

Para Ricci (2013, p. 63), o lulismo não possui elementos clássicos de messianismo, como a “oposição aos limites impostos pela tradição ou legalidade”, e nem de dominação simplesmente emocional ou afetiva, como se daria numa dominação carismática clássica. O carisma de Lula comporia uma *estratégia racional de gestão*, na qual o Estado protagoniza a ação pública. Nesse sentido,

Lula possui traços carismáticos desenvolvidos desde sua época de líder sindical. Nunca houve ingenuidade em relação à produção simbólica da liderança de Lula. Contudo, o governo Lula (e, consequentemente, o lulismo) não se resume a este estilo pessoal. A composição básica do governo Lula atualiza alguns elementos centrais do ideário da esquerda latino-americana (que, aliás, lança mão, de tempos em tempos, do discurso carismático). O profissionalismo e o etapismo político constituem a pauta que orientou a ação do PCB, em especial, ao longo de seus primeiros cinquenta anos de existência. Também compõe este ideário o projeto nacional-desenvolvimentista. No caso do lulismo, o projeto desenvolvimentista se subordinou à lógica de alianças, embora mantenha a articulação pluriclassista que geraria a governabilidade necessária para que o Estado promova as reformas historicamente necessárias. O Estado, assim, permanece no lulismo como protagonista da ação pública. (RICCI, 2013, p. 62-63).

O autor vê a afirmação do Estado como ruptura com a inovação petista e reaproximação da prática das esquerdas à prática das elites. Conservador, o lulismo se forjaria em contradições e adversidades até que chegasse, no final do seu primeiro mandato, a sua fase mais acabada (RICCI, 2013). Dessa maneira, resultante de adversidades, ele “[...] optou por alterar sua política econômica limitada ao manejo dos instrumentos

monetários; optou por organizar e redefinir sua política social; optou por consolidar o presidencialismo de coalizão” (RICCI, 2013, p. 84).

Para Ricci (2013), um dos núcleos centrais do fenômeno, sociologicamente seu feito mais importante, seria o *mercado de consumo de classe média*. Daí que as raízes conceituais do lulismo estejam fincadas na prévia concepção de populismo seja um dado compreensível, haja vista, conforme Weffort (1980 *apud* RICCI, 2013), a importância da emergência de massas urbanas como parte incorporada ao jogo de poder oficial, em especial quando o interesse da indústria – que se fortalecia ao ampliar o mercado interno – caminhava em paralelo à expansão das massas urbanas. O Estado, protetor e assistencial, institucionalizaria as organizações populares numa perspectiva corporativista. Assim, a liderança “[...] populista evita pensar as massas urbanas emergentes a partir do conceito de classe social, porque admitiria um interesse político próprio. Antes, seu interesse é concebê-las como comunidade sem clivagens de classe” (WEFFORT, 1980 *apud* RICCI, 2013, p. 93). Prosseguindo na linha de raciocínio de Ricci (2013), o que teria sido chamado de *nova classe média*, no lulismo, se caracterizaria tanto quanto a emergência de massas urbanas consumidoras no varguismo. Não seria uma “[...] volta do populismo clássico, mas um novo processo de inclusão social a partir do Estado” (RICCI, 2013, p. 95).

Questionando o caminho teórico feito por “alguns fóruns e autores”⁶⁰, segundo os quais o lulismo e o varguismo seriam o “início e fim de um mesmo projeto”, no qual a modernização superaria os signos de uma sociedade arcaica, Ricci (2013) afirma que essa explicação se basearia na “falta de identidade com o participacionismo”, pois assumia declaradamente o Estado com o “papel de demiurgo da modernização” (RICCI, 2013, p. 113). Nesse sentido, essa postura seria uma maneira de não reconhecer a ideologia partidária anterior – síntese entre as teorias libertárias, o marxismo revisado e a teologia da libertação.

Destacando mudanças significativas que se expressam nos discursos de Lula, Ricci (2013), em diálogo com Luciana Panke (2005),

⁶⁰ Ao citar o debate com Vianna (2011), nota-se que Ricci (2013) se refere provavelmente a esse autor e a Francisco de Oliveira (2003b). É uma suposição, no entanto, que não tem fundamento além do dedutivo.

ressalta que seriam notórias três etapas discursivas: extrema esquerda (entre 1970 e 1980), transição (meados de 1990) e centro-esquerda (após 2000). O autor atribui ao liberalismo econômico a mudança mais significativa da matriz discursiva de Lula, e elege a *Carta ao povo brasileiro* (SILVA, 2002a) como a síntese do desenvolvimentismo economicista com foco na ampliação do mercado interno e da produção nacional (RICCI, 2013).

O autor apresenta, enfim, a hipótese de que o lulismo se tratou de uma modalidade de regulação fordista (RICCI, 2013). O sentido do “[...] fordismo, como organização social a partir do Estado central como vértice do pacto de desenvolvimento, foi formulado originalmente pela Escola da Regulação francesa” (RICCI, 2013, p. 189), enquanto o fordismo tardio, que caracterizaria o lulismo, expressaria a reapresentação cíclica de formas de tradição/modernização. Esse fordismo tardio teria se forjado sob a liderança da política emergente dos anos 1980 e, paulatinamente, se convergiria e se submeteria ao estatal-desenvolvimentismo fordista. Em suas palavras:

Por ser tardio, o fordismo brasileiro é incompleto e inacabado. Não se assenta em bases sólidas de industrialização acelerada, como ocorreu nas vertentes norte-americana e europeia (ou mesmo na vertente japonesa), o que, na prática, resultou numa tutela estatal mais grave, assim como na formação de consensos a partir da troca de benefícios políticos e manejo de recursos públicos para agregar interesses de vários segmentos da elite econômica e política do país. Constrói, assim, uma ponte entre o velho clientelismo e um arranjo de elites que moderniza de maneira muito particular o Estado, agora altamente centralizado, na contramão do desejado federalismo que inspirou nossa última Constituição Federal. (RICCI, 2013, p. 190).

A unidade entre essas duas práticas políticas se dá sob a matriz de uma dualidade, na qual gerenciamento e sociedade se encontram num arranjo estatal entre Estado centralizador/indutor e consumo de massas. Outra característica do desenvolvimento do mercado de consumo

de massas pelo alcance do fordismo tardio brasileiro seria a ascensão de um caldo de cultura pragmático, despolitizado e individualista; aparentemente progressista porém, de fato, profundamente conservador.

Por fim, Ricci (2013) baseia-se em outra hipótese de trabalho: a de que os movimentos sociais brasileiros teriam se alterado profundamente da década de 1980 até hoje, institucionalizando-se e modificando sua cultura, substituindo a esfera reivindicativa e conflitiva pela de “elaboração de políticas públicas no interior do Estado” (RICCI, 2013, p. 226). Em especial, as organizações não governamentais (ONGs) teriam passado por esse processo de profissionalização, disputando o *mercado de financiamento* e o *mercado político*, o que implicou fragmentação e incapacidade de construção de uma agenda política nacional.

O autor retoma, como explicação para essa transição, os elos de permanência do agrarismo e do patrimonialismo na ordem institucional/estatal do Brasil, garantidos de maneira quase envergonhada ou despercebida (RICCI, 2013). Afirma Ricci (2013, p. 251): “Por fim, o legado agrário persistirá nas instituições públicas republicanas como relação política predominante, o que significa afirmar que a urbanização nacional acabará por constituir-se num pastiche do agrarismo”. A intenção é de revelar, sobretudo, que a mudança de trajetória dos movimentos sociais desvenda que “não houve mera cooptação por parte do Estado, mas a adoção de uma consciente mudança de rumo e itinerário” e o anti-institucionalismo de outrora teria dado passagem ao lulismo (RICCI, 2013, p. 311).

Na síntese que podemos apresentar de Ricci (2013), estão mais presentes argumentos já tangenciados por outros autores do que propriamente a construção de novas hipóteses. No que diz respeito a suas contribuições originais diante do que já analisamos, podemos ressaltar o seguinte: o lulismo nasce do gerenciamento do Estado e da governabilidade institucional; foi gestado antes mesmo da ascensão do partido ao governo, mais precisamente a partir de 1994, alcançando então sua configuração como *engenharia política* durante os governos Lula, mas atingindo sua forma mais madura no fim do primeiro governo Lula; diferindo do curso inicial do projeto petista, originalmente

anticapitalista e anti-institucional, o lulismo assumiu, em resumo, um discurso popular voltado para as massas ascendentes (ou *nova classe média*); o programa lulista teria se reencontrado com o pacto pela via estatal, entendido e explicado, pelo autor, como expressão política do fordismo tardio brasileiro; a processualidade das modificações que viriam a se materializar no lulismo esteve expressa não só no partido, mas também nos movimentos sociais, que, a partir da década de 1990, sofreram profundo processo de institucionalização e inserção na esfera estatal (RICCI, 2013).

Lulismo como hegemonia às avessas

Francisco de Oliveira (2003b) é um dos primeiros autores a ariscar hipóteses analíticas críticas em relação ao governo Lula. Pouco maduras, entretanto, tais ideias não chegam a conceituar sistematicamente o fenômeno do lulismo, mas a aportar reflexões incipientes. Seu ensaio sobre o primeiro ano do governo Lula, *O ornitorrinco*, é lançado no bojo da reedição de *Crítica à razão dualista*. Como sabido, esse segundo texto, um clássico das ciências sociais, datado de 1972, busca realizar profunda crítica ao *dualismo estrutural* cepalino, redefinindo as maneiras frente às quais o moderno se alimentaria do atraso e acertaria contas com a esfera política do desenvolvimento capitalista brasileiro: durante o período varguista, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) seria a principal forma de expansão do assalariamento e, portanto, das próprias relações sociais capitalistas (BRASIL, 1943). O subdesenvolvimento seria, assim, a própria ideologia do período populista. Traçar um paralelo entre lulismo e populismo pode parecer muito extravagante para as pretensões daquele ensaio de primeiro ano de governo, pois o lulismo como categoria explicativa ainda careceria de diversas mediações para se afirmar (OLIVEIRA, 2003b).

Pouparemos o leitor da descrição exaustiva da primeira parte do ensaio de Oliveira (2003b), visto que nosso foco atual é o de descrever os elementos que compõem a miríade lulista, para a qual acrescentaremos dois outros textos publicados pelo autor no livro *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão*

financeira (OLIVEIRA; BRAGA; RIZEK, 2010): *Hegemonia às avessas: decifra-me ou te devoro* e *O avesso do avesso*. Neles, o autor amadurece distintos apontamentos até chegar, enfim, à utilização do lulismo como síntese teórica (OLIVEIRA, 2010a, 2010b).

Ainda no primeiro ano de governo Lula, Oliveira (2003b) busca compreender o processo de financeirização da economia brasileira posterior à década de 1990, assim como o avanço do trabalho informal, do trabalho precário e da acumulação *molecular-digital*. A metáfora do ornitorrinco, um gigante com pés de barro, indicava a célere expansão capitalista com concentração de renda: sob os pés de barro estaria a massa de trabalhadores precarizados, enquanto na sua cabeça se encontrava a financeirização da economia.

No que diz respeito ao governo, o autor apresenta, após longa caracterização do que seria o capitalismo brasileiro, uma hipótese fundamental de trabalho (OLIVEIRA, 2003b). Devido às modificações produtivas, as forças do trabalho não teriam nem força política nem social e a estrutura de classes sofreria mutação definitiva, com a adesão do antigo proletariado à administração das previdências complementares, também conhecidas como fundos de pensão. Em sua pressuposição, os “[...] trabalhadores que ascendem a essas funções estão preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego” (OLIVEIRA, 2003b, p. 146). Formando uma *nova classe* a partir do *controle do fundo público*, esses novos administradores controlariam o espaço em que se formaria parte do lucro privado.

O Ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização, uma espécie de “buraco negro”: agora será a previdência social, mas isso o privará exatamente de redistribuir a renda e criar um novo mercado que sentaria as bases para a acumulação digital-molecular. O Ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão. (OLIVEIRA, 2003b, p. 150).

Em *Hegemonia às avessas: decifra-me ou te devoro*, publicado em primeira versão em 2007, o autor acrescenta um rol de análises

posteriores à primeira reeleição de Lula (OLIVEIRA, 2010a)⁶¹. Três interpretações correntes, à época, buscavam explicar a vitória de Lula e o naufrágio de Geraldo Alckmin, o seu principal concorrente. A primeira acentuava a influência do programa Bolsa Família no resultado eleitoral; a segunda pregava que Alckmin seria o candidato ideal para Lula, pois pouco conhecido fora do estado de São Paulo; a terceira e última se fincava em enraizamentos mais profundos e aventava que o quadro eleitoral teria dividido “[...] ricos e pobres, e os pobres venceram” (OLIVEIRA, 2010a, p. 21). Negando essas três explicações, Oliveira (2010a) prima por chamar atenção para a “salada de coligações e coalizões” que teriam se unido indiscriminadamente em torno das chapas. O PMDB, aliado ao PT, teria ficado com a primeira maior bancada da Câmara Federal, enquanto o PT, cabeça da coalizão, com a segunda maior. Por ter tido desempenho mais fraco, as cobranças de apoios – como nomeações de cargo de confiança – seriam maiores durante o segundo governo petista. Outra prospecção dizia respeito à provável ampliação do programa Bolsa Família, pois grandes mudanças não seriam mais possíveis de se operar.

É nesse sentido que o autor empreende a reflexão sobre a dita *hegemonia às avessas* (OLIVEIRA, 2010a). Típica da era da globalização e observada pioneiramente no governo Mandela, na África do Sul, a hegemonia às avessas se expressara no Brasil como fenômeno novo, que ainda carecia de reflexões.

Estamos em face de uma nova dominação: os dominados realizam a “revolução moral” – derrota do apartheid na África do sul e eleição do Lula e Bolsa Família no Brasil – que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada.

Nos termos de Marx e Engels, da equação “força + consentimento” que forma a hegemonia desaparece o elemento

⁶¹ O quadro da reeleição apresentou dificuldades para a candidatura Lula. No primeiro turno, Geraldo Alckmin, o segundo colocado, chegaria a receber 40% dos votos. A esquerda socialista teve 7% dos votos em uma aliança não mais reproduzida, que envolveu Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), PCB e Consulta Popular.

força. E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma de exploração capitalista. (OLIVEIRA, 2010a, p. 27).

Outro texto que nos parece importante é *O avesso do avesso*. Nele, rascunhando um breve balanço dos sete anos do governo Lula, Oliveira (2010b) afirmá-los-ia sob a égide da hegemonia invertida: “[...] regimes políticos que, avalizados por uma intensa participação popular”, praticavam, ao chegar ao poder, “[...] políticas que são o avesso do mandato de classes recebido nas urnas”. Nesse sentido, menciona o “[...] que se pode ver no avesso do avesso”, que incluiria: o retorno a uma *vocação agrícola*, impulsionado pela exportação de *commodities* para a China, responsável pela retomada da centralidade de bens primários na pauta exportadora brasileira; o provável aumento da desigualdade, pois, ainda que o Bolsa Família tenha reduzido a pobreza absoluta, sua oferta não seria suficiente para chegar ao resultado de uma divisão do acúmulo de riquezas – renda do capital, propriedades, ações e investimentos financeiros; um processo de *cooptação* dos movimentos sociais e a substituição da esfera propriamente política pela administrativa; e, no que diz respeito às características do mercado de trabalho, o operariado formal diminuiria, enquanto os trabalhadores informais cresceriam exponencialmente de tamanho e importância. A nova dominação, funcional, do capitalismo globalizado é impulsionada por duas características principais, quais sejam, a financeirização e a precarização do trabalho (OLIVEIRA, 2010b).

Como síntese geral, podemos destacar que o autor antevê a continuidade da implementação de políticas neoliberais a partir de uma forte dominação do capital financeiro, em uma economia subdesenvolvida e marcada pela *exacerbação de uma heterogeneidade estrutural*. Por seu turno, a formação de uma *nova classe social* pelos ex-sindicalistas administradores de fundo de pensão traz à tona a mudança de composição de classe da direção do governo, enquanto o processo

de *hegemonia às avessas* dá coerência à sua contraparte. Os dominados implementariam a revolução moral dos dominantes, desde que não se questionasse a exploração capitalista. Tal interpretação acaba tomando a classe dominante como *passiva* ou como refletora dos partidos que haviam aderido à coalizão lulista (OLIVEIRA, 2010b).

Por fim, o ornitorrinco, gigante de pé de barro, ao reforçar as principais características do capitalismo brasileiro, mantê-lo-ia sob o signo de uma sociedade “desigualitária sem remissão”, cuja má distribuição de riqueza permaneceria sendo elemento central (OLIVEIRA, 2003b, p. 150).

Lulismo como hegemonia da pequena política

Carlos Nelson Coutinho (2010)⁶² também contribuiu com análises sobre os governos Lula. Em sua acepção, a *hegemonia da pequena política* seria a expressão da hegemonia política, na época neoliberal. Diferindo do que Gramsci (2013) chamou de *ideologias orgânicas*, que expressariam de forma aberta o ponto de vista das classes elementares, a hegemonia da pequena política não deixaria espaço para projetos antagônicos. Nela, determinados valores não orgânicos de classe, na medida em que se espriam no senso comum, por meio de consenso ativo e passivo, seriam anuídos pelo conjunto dos grupos sociais. A hegemonia da pequena política expressar-se-ia, então, fundamentalmente por intermédio do consenso passivo, pois faria dos valores das classes dominantes as ideias dominantes, inclusive nas grandes massas. Assim,

[...] existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio a vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente. A apatia torna-se assim

⁶² Na verdade, há uma série de outros artigos de Coutinho sobre o período dos governos Lula. Privilegiamos Coutinho (2010) por se tratar do artigo incluído na coletânea *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira* (OLIVEIRA; BRAGA; RIZEK, 2010). Dessa maneira, acreditamos expor com mais precisão as convergências e as divergências entres os autores.

não só um fenômeno de massa, mas é também teorizada como um fator positivo para a conservação da “democracia” pelos teóricos que condenam o “excesso de demandas” como gerador do equilíbrio fiscal e, conseqüentemente, de instabilidade social. Mas, como também vimos, é expressão de grande política reduzir tudo à pequena política. (COUTINHO, 2010, p. 32).

Malgrado o autor acredite que a tarefa de conceituação do período neoliberal tenha sido pouco realizada pelos marxistas, ele questiona o conceito de revolução passiva como expressão para melhor caracterizar esse período, apontando, em seu lugar, a adequação do conceito de *contrarreforma* (COUTINHO, 2010). Os aspectos de restauração e revolução, conservação e modernização presentes nos processos de revolução passiva têm como característica precípua o acolhimento de parte das pressões que vêm de baixo, enquanto nos momentos de contrarreforma preponderaria “[...] não o momento do novo, mas precisamente o do velho” (COUTINHO, 2010, p. 35). Nesse sentido, o autor afirma que o conceito de revolução passiva mais deveria estar relacionado à ideia das reformas, no sentido forte do reformismo, do que propriamente a uma época de contrarreformas. Comparando o momento atual com o do *Welfare State*, conclui que nas épocas neoliberais não se pode encontrar a dialética restauração/revolução (COUTINHO, 2010).

Não temos assim, na época em que estamos vivendo, o acolhimento de “uma certa parte das exigências que vêm de baixo”, que Gramsci considerava, como vimos, uma característica essencial das revoluções passivas. Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem-sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época da revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo pelo *Welfare State*. (COUTINHO, 2010, p. 37).

Chama atenção, ainda, o fato de que os processos de transformação não são identificáveis como fenômenos exclusivamente imbricados nos processos de revoluções passivas, mas também nos de contrarreformas. Objetivando caracterizar melhor a questão da hegemonia, o autor frisa que tratar o período neoliberal como um período de contrarreforma e não de revolução passiva tem consequências importantes em relação ao tipo de hegemonia exercida: “[...] em ambos os casos de revolução passiva, ou seja, tanto na Restauração oitocentista quanto no americanismo-welfarismo, estavam em jogo, em última instância, questões de ‘grande política’” (COUTINHO, 2010, p. 40). Sem disputa entre distintos modelos de sociedade, na “[...] era da contrarreforma neoliberal predomina sem grandes contrastes a hegemonia da pequena política” (COUTINHO, 2010, p. 40). Um elemento peculiar no artigo de Coutinho (2010, p. 30), digno de destaque, diz respeito ao tratamento da hegemonia como “consenso e não coerção”.

Ainda que vivenciássemos, no Brasil, a hegemonia da pequena política, a sociedade brasileira já teria passado a ser, após a transição da ditadura para a democracia, uma sociedade de tipo ocidental, em que se observaria uma “justa relação entre Estado e sociedade civil” (COUTINHO, 2010). Diferentes seriam, entretanto, dois *modelos* essenciais de sociedades ocidentais, um espelhado na sociedade norte-americana e outro nas sociedades europeias. No primeiro modelo, a despeito de uma sociedade civil forte e articulada, os partidos políticos não teriam perfil programático e os agrupamentos de categorias profissionais seriam fundamentalmente corporativos. No segundo modelo, a disputa entre propostas alternativas estaria colocada, pois há partidos razoavelmente definidos disputando distintos projetos e um sindicalismo classista que, se diferenciando do corporativismo de categoria, defenderia demandas do conjunto da classe. Por fim, Coutinho (2010) caracteriza, em síntese, o modelo norte-americano como *neoliberal*, em contraponto ao europeu, entendido como *democrático*.

No Brasil, uma mistura entre esses dois modelos se faria presente desde a transição da ditadura, exemplificada, do ponto de vista do modelo ocidental europeu, pela tradição do PT e da CUT. Por outro lado, PMDB e Força Sindical aparecem como exemplos do modelo ocidental

norte-americano. No entremeio da transição democrática e da chegada do PT ao poder, Coutinho (2010) aponta que haveria uma indefinição entre que tipo de sociedade ocidental seria construída no Brasil, dúvida definitivamente suplantada pela chegada daquele partido ao poder e pela sua adesão ao neoliberalismo – por meio do compromisso precípua de blindagem da economia. Nesse sentido, a oposição existente entre PT e PSDB expressaria a disputa do bipartidarismo com escassas diferenças, uma vez que não só as suas políticas econômicas e sociais seriam análogas, mas a redução das grandes questões políticas às técnicas era intrínseca à hegemonia da pequena política. A estável consolidação da hegemonia neoliberal se manifestaria pelo processo de transformação que, mediante a cooptação de lideranças do bloco de oposição para o bloco do poder, concretizaria, decisivamente, a hegemonia da pequena política.

O Brasil, *sociedade ocidental atípica*, expressaria, após a chegada do PT ao poder, um perfil evidente: o de uma sociedade ocidental de tipo neoliberal.

Lulismo como crescimento do mercado interno de consumo, expansão do mercado de trabalho e valorização do salário-mínimo

A conhecida tese da *nova classe média* é fruto do trabalho de Marcelo Neri (2011) com o mesmo título, que se apresenta acompanhado de um subtítulo sugestivo: “o lado brilhante da base da pirâmide”. Sua tese se fundamenta na perspectiva da materialização de diversos mitos do senso comum, como o das *cigarras e formigas* e o do *Brasil, o país do futuro*, buscando afirmar que o tal *lado brilhante da base da pirâmide* não seria o do consumismo, mas o da capacidade de produzir – ou seja, da capacidade de disponibilizar força de trabalho.

Traçando o período histórico no qual observaria o crescimento dessa nova classe média, Neri (2011) percebe sua origem na década de 1990, com o controle da inflação estabelecido pelo Plano Real do governo FHC. Apesar de localizar a origem da nova classe média no governo tucano, o autor afirma que sua constituição se aceleraria visivelmente no período dos dois governos Lula.

A proporção de pobres caiu 50,6% durante os oito anos do mandato de Lula. Este ponto merece ser ressaltado, pois a primeira meta do milênio da ONU foi reduzir a pobreza em 50% ao longo de 25 anos (de 1990 a 2015), ou seja, o Brasil fez 25 anos em oito. Isto já incluindo o aumento de pobreza durante a recessão de 2003, quando resultados mais auspiciosos estavam sendo plantados. (NERI, 2011, p. 256).

Conferindo, a seu ver, um sentido positivo à classe C, seria preciso tratar de maneira não depreciativa aqueles que realizavam o sonho de “subir na vida”. Assim, a nova classe média se diferencia tanto do exclusivismo do consumo, quanto da ascensão por lugar de origem – dos chamados *novos ricos*. Utilizando-se do arsenal de pesquisa detalhada da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad) do IBGE, Neri (2011) busca observar, com base no critério de renda domiciliar *per capita*, as mudanças nos quadros de indicadores sociais brasileiros. Sua abordagem prima por mensurar a distribuição e a organização da renda sob a forma de estratos:

Em particular passamos a acompanhar a evolução das classes econômicas brasileiras (A, B, C, D, E e a classe C, a qual batizamos de nova classe média brasileira). Os sociólogos podem relaxar, pois não estamos falando de classes sociais (operariado, burguesia, capitalistas etc.), mas de estratos econômicos. (NERI, 2011, p. 17).

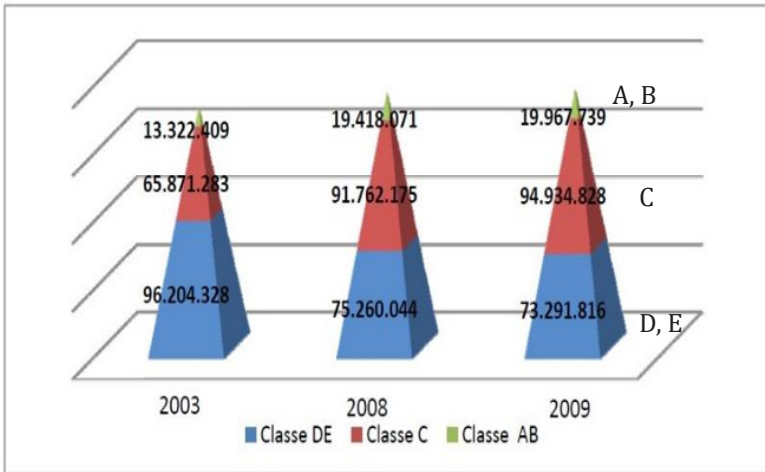
Somadas ao fio condutor da renda, outras três métricas sustentarão a ideia da nova classe média: potencial de consumo – não com o intuito de definir as fronteiras entre as classes, mas para avaliar o potencial individual de consumo no âmbito de cada uma delas; geração de renda, cujo objetivo seria o de incorporar elementos, para além do consumo, que mensurassem a possibilidade de manutenção da renda ao longo do tempo, tais como carteira assinada, entrada na universidade, entre outros; expectativas sobre o futuro, que busca aferir o anseio de ascensão social pelo “nível esperado de satisfação com a vida no futuro” (NERI, 2011, p. 80).

No que diz respeito à medição, a classe C representaria o limiar de renda média da sociedade. Ou,

Heuristicamente, os limites da nova classe média (classe C) seriam as fronteiras para o lado indiano (classes D e E) e para o lado belga (classes A e B) da Belíndia brasileira. Investigamos as migrações entre esses diferentes Brasis. A classe C aufere em média a renda média da sociedade, ou seja, é a classe no sentido estatístico. Nossa nova classe média está compreendida entre aqueles acima da metade mais pobre e um pouco abaixo dos 10% mais ricos pouco depois da virada do século, segundo uma combinação de base de pesquisas domiciliares. (NERI, 2011, p. 19-20).

Seria o *boom* à brasileira, ou seja, a queda na desigualdade de renda entre os anos 2001 a 2009, que proporcionaria o crescimento significativo das classes A, B e C. Levando em consideração a renda domiciliar total, a nova classe média brasileira comportaria rendimentos entre R\$ 1.200,00 a R\$ 5.174,00. Dentre os fatos dados apresentados pelo autor, restringir-nos-emos aos resultados que indicam a inserção e o declínio da população nos distintos estratos econômicos. Do ponto de vista dos critérios de classificação utilizados, tem-se como central a renda domiciliar mensal total: *classes AB*: a partir de R\$ 5.174,00; *classe C*: entre R\$ 1.200,00 a R\$ 5.174,00; *classe D*: entre R\$ 751,00 a R\$ 1.200,00; e *classe E*: até R\$ 751,00. Como resultado da participação nos distintos estratos entre 2003 a 2009, temos: *classes AB*: crescimento de 39,6%; *classe C*: crescimento de 34,32%; *classe D*: decréscimo de 11,63%; e, finalmente, *classe E*: decréscimo de 45,55% (NERI, 2011).

Ainda que haja considerável impulso de crescimento dos estratos de renda AB e C e decréscimo dos estratos D e E entre 1992 e 2002, a partir de 2003 a evolução da participação por renda nesses estratos se apresentará de forma ainda mais intensa. No que diz respeito à expressão desse resultado na pirâmide populacional, Neri (2011) apresenta o quadro exposto na Figura 1.

Figura 1 – A pirâmide populacional dividida em classes econômicas

Fonte: Neri (2010, p. 13).

É considerável o declínio das classes D e E e o crescimento das classes C e AB. Mesmo depois do ano de 2008, ano em que a crise econômica mundial se apresentou de forma bastante severa, a métrica permanece. De qualquer forma, a concentração nas classes AB é permanente, o que permite avaliar que, apesar de o crescimento econômico ter dinamizado a base da pirâmide, a concentração de renda se manteve (NERI, 2011).

Apesar de apontar uma série de outros indicadores como relevantes para a modificação na estrutura dos estratos econômicos, Neri (2011, p. 261) centra sua análise na estabilidade pós-Plano Real e nas políticas de mercado específicas à diminuição da desigualdade. Nesse sentido, acredita que é preciso “[...] dar o mercado aos pobres” para além de dar “[...] os pobres aos mercados”. E acrescenta a solução do “[...] dilema confuciano entre ‘dar o peixe’ e ‘ensinar a pescar’; [que] significa mostrar aos pobres que aprenderam a pescar o ‘mercado de peixes’”. A inserção no mercado é vista pelo autor como absolutamente vantajosa, pois, com ela, todos, supostamente, ganhariam. Os benefícios do crédito consignado oferecido pelos programas sociais de compensação de renda proporcionariam o alcance de maior equidade

social. A incompletude do mercado permitiria ainda outra vantagem: “[...] sair do velho dilema entre eficiência (de ‘direita’) e equidade (de ‘esquerda’) e ganhar mediante a união harmoniosa destes vetores” (NERI, 2011, p. 261). O mercado permitia o pacto, assim como o pacto se fundamentava na ampliação do mercado.

Em contraposição à perspectiva de *medianização* está o combate realizado por Pochmann (2014)⁶³. Fazendo uma crítica à liberalização e mercantilização dos serviços públicos potencializada pela justaposição entre estrato social e potencial de consumo intrínseca à classe C, o autor primará por analisar as mudanças no padrão de aquisição via mercado a partir das cadeias produtivas globais do capitalismo monopolista – no caso brasileiro, um capitalismo tardio e periférico. Por outro lado, Pochmann (2014) oferece grande contribuição ao compreender o fenômeno não com base na renda ou no consumo, mas segundo as características da nova classe trabalhadora brasileira.

Enquanto o padrão de consumo e de distribuição de renda nos países centrais do segundo pós-guerra possibilitaria um elevado acesso aos bens de consumo duráveis, no Brasil se observaria uma fragilidade de demanda interna, atrelada à industrialização restrita, concentração de renda e ausência de reformas civilizatórias – agrária, urbana, tributária e social, entre outras. Nossa fragilidade democrática, consequência de períodos abertamente autoritários, permitia a concentração do poder político e econômico em poucas famílias. A produção de bens de consumo se basearia naqueles bens não duráveis e intermediários, enquanto a exportação de bens primários teria destacado papel na expansão econômica nacional para fora (POCHMANN, 2014).

No período de industrialização pesada, entre 1955 a 1980, dois planos de investimento nacionais, o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e o Plano Nacional de Desenvolvimento de Geisel, teriam permitido estabelecer uma nova estrutura econômica nacional, completando a substituição de importações industrial e energética e

⁶³ Pochmann (2014) debate a mobilidade no capitalismo brasileiro, analisando a diferença na qualidade de vida entre ricos e pobres. Ele aborda a ascensão e o fortalecimento da classe trabalhadora do Brasil no início dos anos 2000, sem cair no mito da *medianização*.

consolidando uma estrutura produtiva diversificada e integrada ao espaço nacional. Tal processo de industrialização não teria, no entanto, propiciado um crescimento com universalização do padrão de consumo de bens duráveis, sobretudo no que diz respeito ao acesso da população à moradia e a automóveis. Por outro lado, as políticas sociais não se universalizavam, mantendo-se particularistas e corporativistas. A dificuldade de alianças entre a classe média e o conjunto da classe trabalhadora obstaculizava ações de fortalecimento do sistema de proteção social e, nas palavras do autor, a consolidação do centro dinâmico urbano e industrial no Brasil construiu uma sociedade deformada, composta por aqueles extremamente ricos, pela classe média não proprietária e pela ampla maioria da população situada na base da pirâmide social (POCHMANN, 2014).

Tal processo de desenvolvimento teria se dado sob pena de uma forte concentração de renda – esta, mesmo em períodos de crescimento econômico, era repartida assimetricamente e beneficiava uma elite essencialmente branca, com acesso à educação superior. Enquanto a estrutura de crédito e consumo era voltada para as classes média e alta, os trabalhadores mantinham sua renda comprometida com despesas de alimentação e habitação – portanto, com seu processo de reprodução como força de trabalho. Nesse sentido, criou-se uma situação de subconsumo da massa de trabalhadores pobres. Mesmo no período após a substituição de importações e a ampliação do parque industrial, um mercado de massas de tipo fordista não teria se desenvolvido, mantendo restrito o nível de consumo da maioria da população (POCHMANN, 2014).

Mudanças na estrutura social ocorridas após os anos 2000, fundamentalmente nos períodos de governo do PT, não tratariam de ampliar a classe média clássica, mas de alargar o acesso da classe trabalhadora ao consumo de serviços e de bens duráveis, historicamente restritos à minoria. Nesse sentido, o autor enxerga a recomposição das bases de consumo por parte da classe trabalhadora brasileira como beneficiária de diversos elementos, especialmente do processo produtivo do capitalismo internacional, cujo barateamento de bens de consumo duráveis é uma característica notória. Essa generalização

das mercadorias se dava em paralelo à ampliação da produção monopolizada, que acumula tanto capital quanto tecnologia. O Brasil entra para o rol de países em que os trabalhadores alcançam o consumo ao adotar medidas que incidem sobre a renda. Não se tratava, portanto, de uma classe média dos países de *Welfare State*, típicas do capitalismo keynesiano, e nem da classe média histórica brasileira, longe disso. A pressão que levou à medianização não autorizava a leitura de formação de um novo tipo de classe média e sim alardeava a combinação da generalização de mercadorias via alteração dos preços relativos, a necessidade de expansão do mercado, casada à mudança de padrão de renda, em decorrência do novo padrão de consumo da classe trabalhadora (POCHMANN, 2014).

O resultado final disso foi a incorporação de 25% de brasileiros no mercado de consumo de massas, proporcionada por determinantes históricos e conjunturais: redução do número de pessoas na composição das famílias; inserção das mulheres no mercado de trabalho; queda dos índices de desemprego; impacto da elevação do salário-mínimo e dos programas de transferência de renda; alargamento do crédito (POCHMANN, 2014). Efeito desse conjunto de fatores, a “[...] mudança recente no sentido da trajetória distributiva indicou uma desconcentração da repartição da renda das famílias” (POCHMANN, 2014, p. 111) e teve impacto quando avaliada segundo a renda *per capita*. Analisando o resultado da década com base na composição dos quintis de renda, Pochmann (2014) evidencia a transformação que permite compreender como social-desenvolvimentista o projeto implementado:

As modificações conformadas na base da pirâmide social do país revelaram o impacto principal do projeto social-desenvolvimentista de estímulos variados à inclusão pela ampliação do emprego e da renda, cujo resultado mais evidente pode ser constatado pela ampliação do consumo popular. (POCHMANN, 2014, p. 115).

Tais fatores foram, enfim, motivos primordiais para que a compreensão de Pochmann (2014) apontasse em direção distinta à da formação de uma nova classe média, compreendida pelo autor como *um*

mito. A ampliação do rendimento da população da base da pirâmide (40% dos mais pobres), impedida historicamente de poupar, descomprimira a demanda histórica pelo consumo, permitindo a caracterização de novas peculiaridades à classe trabalhadora brasileira.

O acompanhamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2017)⁶⁴, no que diz respeito à valorização do salário-mínimo, também aponta dados nesse sentido. Resultado da campanha de valorização lançada de forma unificada pelas centrais sindicais em 2004, essa política entrou em vigor a partir de 2008 e utilizou como critério a variação do INPC/IBGE anual e a alteração do PIB dos dois anos precedentes. Acordada em 2007, a *política permanente de valorização do salário-mínimo* teria vigor projetado para ao menos 2023 e objetivava a “recuperação do valor do piso nacional” (MELO, 2015, p. 13). Estabelecia, “[...] ao mesmo tempo, uma regra permanente e previsível promovendo a recuperação gradativa e diferida no tempo, tendo como referência, para os aumentos reais, o crescimento da economia”, fato que “[...] condiciona a valorização do Salário Mínimo à ‘produtividade social’” (DIEESE, 2017, p. 2).

Os dados indicam que, se considerado desde 1995, o poder aquisitivo do salário-mínimo cresceu 117% até 2013, utilizando-se a média anual⁶⁵. Outros fatores influentes na melhora do desempenho econômico teriam sido a queda na taxa de desemprego e a elevação das contratações com mais garantias legais. O aumento do salário-mínimo incidiria, por sua vez, na previdência social – em especial na área rural –, na assistência social e no piso básico salarial, que tem em consideração o salário-mínimo. O salário-mínimo também é parte importante do piso dos servidores públicos de diversos municípios, já que servidores estaduais e federais normalmente apresentam salários mais altos. Nesse sentido,

Dada a importância do SM [Salário Mínimo], como remuneração básica do conjunto dos trabalhadores formais

⁶⁴ Consultamos, em especial, a publicação *Salário-mínimo no Brasil: a luta pela valorização do trabalho* (MELO, 2015).

⁶⁵ Em contrapartida, a política de endividamento das famílias alcançou os 68%, pela via do crédito consignado, e foi um efeito colateral gravíssimo do consumo de massas.

brasileiros, dos aposentados, pensionistas e beneficiários da Assistência (via BPC), e em decorrência do impacto sobre os pisos das categorias, de seu papel como “farol” para as remunerações do chamado mercado informal de trabalho e ainda por constituir vetor de distribuição de renda e redução das desigualdades regionais, pode-se dizer, sem sombra de dúvida, que esta foi a mais importante negociação ocorrida na primeira década dos anos 2000. (MELO, 2015, p. 14-15).

Para o Dieese (2017), a valorização do salário-mínimo teria, além disso, a importância de induzir a ampliação do mercado interno de consumo e, nesse sentido, seria fortalecedora da economia interna. A economia brasileira, refém da armadilha dos baixos salários, estaria, de certa maneira, *acertando ponteiros* com os trabalhadores, a partir do fortalecimento do salário-mínimo. Ao observar a série histórica desde o ano em que o salário-mínimo foi instituído no Brasil, em 1940, até 2014, percebe-se que o valor do salário-mínimo nesse último ano se equiparou ao valor do salário-mínimo real de 1985, recuperando-se de quase 30 anos de deterioração. Há diversos outros elementos que poderiam ser frisados, mas talvez o mais evidente deles seja perceber o quanto a ditadura empresarial-militar e o período neoliberal achataram o valor real do salário-mínimo. Mesmo um breve ensaio de recuperação, tentado entre 1974 a 1982, esteve longe de ser suficiente para recuperar os anos regressivos das décadas precedentes.

A análise do Dieese (2017) indica, ainda, que os salários-mínimos entre 2002 a 2017 demonstram valorização contínua, interrompida apenas no ano de 2017, quando, pela primeira vez em 15 anos, o valor do salário-mínimo regride, se comparado ao ano anterior. Podemos afirmar, sem grandes constrangimentos, que a política de valorização do salário-mínimo foi, sem dúvidas, um dos pilares do impulsionamento do mercado de consumo de massas durante o período dos governos do PT.

Lulismo em busca de uma *nova sociedade*

Pochmann e Dias (2010), em artigo para a coletânea *Brasil, entre passado e futuro* (SADER; GARCIA, 2010), partem do

objetivo de discutir a “luta pela construção de uma sociedade superior” (POCHMANN; DIAS, 2010, p. 111) no Brasil dos governos Lula, ou seja, num período em que estaria em curso a “construção de um projeto de sociedade para todos”. Para se avançar rumo à sociedade *superior* ou *para todos*, haveria um pressuposto a ser alcançado: a “consolidação de uma grande maioria política comprometida com a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social” (POCHMANN; DIAS, 2010). O texto está composto de três partes. Na primeira, realiza-se uma análise histórica sobre a construção social brasileira, em suas potencialidades e anomalias. Na segunda, prima-se por discutir o motivo pelo qual se luta por uma nova sociedade. Na terceira, os dois autores tecem considerações sobre o projeto de sociedade para todos no Brasil do século XXI (POCHMANN; DIAS, 2010).

A transição histórica da sociedade agrária para a urbano-industrial, no Brasil excessivamente longa, foi marcada, segundo os autores, por um *patrimonialismo autoritário e conservador*, que concede especificidades à “tardia e incompleta conformação da estrutura-social-urbano-industrial no século XX” (POCHMANN; DIAS, 2010). Impulsionada após a década de 1930, a transição da sociedade agrária para a urbano-industrial não teria rompido com o patrimonialismo e nem com as bases já estabelecidas da sociedade rural. Consequentemente,

[...] aqui foram geradas anomalias econômicas e sociais, assentadas na estranha combinação de modernidade com atraso, que nos distanciaram da realidade alcançada pelos processos de industrialização de nações desenvolvidas, como a Inglaterra, os Estados Unidos e a França, em cujo território ocorreu uma revolução burguesa.

Mesmo assim, o projeto de construção urbano-industrial foi posto em marcha. Dessa forma, o Brasil conseguiu abandonar a condição de sociedade primitiva, imposta pelas limitações da econômica primário-exportadora e pelo caráter conservador do agrarismo.

Ainda que incompleto, o projeto urbano-industrial estabeleceu avanços consideráveis às forças produtivas, cada vez mais caracterizadas pela modernidade da interação social

capitalista do século XX. Para que as diferentes formas de desigualdade fossem contidas, o país precisaria ter passado por reformas democráticas, no entanto elas terminariam sendo postergadas ao limite. (POCHMANN; DIAS, 2010, p. 114).

Tal projeto de desenvolvimento urbano-industrial teria chegado a termo com a crise da dívida externa da década de 1980, dando lugar à transição negociada para a democracia. Os autores afirmam que o ciclo de expansão industrial avançou a despeito da realização de reformas civilizatórias e, conseqüentemente, a sua base material se descolaria do desenvolvimento social (POCHMANN; DIAS, 2010). Era como se “[...] o novo acabasse assumindo a continuidade do velho” (POCHMANN; DIAS, 2010). Após o período de ampliação da carga tributária bruta, que atinge em cheio os setores pauperizados, o Estado passa a promover, cedendo à pressão da cúpula social, a expansão da financeirização e do acúmulo fictício do capital.

Já na década de 1990, sofrendo alto grau de endividamento público, o país entraria no período neoliberal e se concentraria, por um lado, na privatização do setor produtivo estatal e, por outro, na restrição de políticas públicas universalizantes. Esse quadro duraria até a vitória de Lula, em 2003, quando emergiria um novo padrão de desenvolvimento (POCHMANN; DIAS, 2010). Seria necessário, para afirmar um projeto novo, reconsiderar defeitos que teriam sido nocivos à nação: a financeirização, o subdesenvolvimento da plena ocupação e a iniquidade na repartição de riqueza e renda:

O conjunto de mazelas nacionais contém segmentos sociais que, reunidos e articulados em torno de um novo ideário, poderiam forjar a base da maioria política necessária às mudanças transformadoras. Nesse sentido, não se poderia abandonar a perspectiva de construção da agenda civilizadora para o século XXI, com a promoção e a defesa da produção e do emprego nacionais, acompanhadas de efetivação das reformas patrimoniais modernizantes, como a repactuação das novas formas de riqueza, com aquelas derivadas da propriedade intelectual. (POCHMANN; DIAS, 2010, p. 119).

Esse novo projeto de desenvolvimento refletir-se-ia no caráter da democracia. Pressupondo o autoritarismo como marca indelével da política brasileira, Pochmann e Dias (2010) indicam que transformações políticas e sociais podiam ser lentas e desvinculadas de rupturas imediatas, pois não lineares e oscilantes entre ondas de progresso e atraso. Trata-se de vincular o debate ao tema da *inovação das instituições sociais*, revitalizando, entre outros aspectos, a participação popular frente ao poder público. Com o sentido de transitar de uma sociedade urbano-industrial para uma pós-industrial, era preciso

Conectar a totalidade das transformações na economia e no trabalho com o resgate da educação e a formação profissional em novas bases passa pela redivisão da riqueza entre o fundo público – único que pode sustentar as novidades do trabalho na sociedade pós-industrial – e o capital virtual (trabalho imaterial), capaz de revolucionar a titularidade da riqueza no futuro, bem como inovar o conceito jurídico dos meios de aquisição e do uso da propriedade. Dessa forma, os ganhos de produtividade (material e imaterial) poderão ser capturados significativamente, a ponto de superar mais rapidamente a anacrônica separação entre o trabalho pela sobrevivência (trabalho heterônomo) e o trabalho autônomo (criativo, comunitário). (POCHMANN; DIAS, 2010, p. 131).

Assim, articulando políticas em torno de uma reestruturação econômica, a crise do capitalismo global poderia se converter em uma grande oportunidade para o avanço do padrão de vida social, desde que se implantasse, no lugar do consumismo e do individualismo, um conjunto de valores éticos e solidários que dessem novo rumo às ações humanas e aos Estados nacionais.

Sader (2010), no mesmo livro (SADER; GARCIA, 2010), argumenta que os processos de transformação no Brasil manteriam elementos de continuidade e ruptura. De rural, o país tornar-se-ia urbano; de agrícola, transformar-se-ia em industrializado; de um Estado restrito às elites, passar-se-ia a um Estado nacional.

De Getúlio a Lula transcorreram décadas fundamentais, com elementos progressivos e regressivos, contraditórios, que chegam ao começo do século XXI caracterizados por uma circunstância nova. Ela pode tanto se fechar, sob a forma de um marcante parêntese, como se tornar uma ponte para a ruptura definitiva do modelo herdado e para a continuidade em um novo patamar da construção de um país justo, democrático, soberano. (SADER, 2010, p. 11).

Após todo o processo de desenvolvimento promovido pelos governos Getúlio, inflexões importantes, a começar por 1955, redefiniriam o sentido do desenvolvimento. O Estado passava a se distanciar de um caráter expressamente nacional e a apostar no ingresso maciço de capital estrangeiro e industrial. A ditadura também aprofunda esses marcos divisórios ao combinar abertura com capital estrangeiro, arrocho salarial e ruptura democrática no campo político (SADER, 2010).

Ainda assim, o processo de redemocratização de meados da década de 1970 e década de 1980 não romperia com as bases econômicas e sociais do poder monopólico, ao contrário. Os poderes da terra, da mídia, dos bancos e os grandes monopólios internacionais e nacionais haviam se fortalecido. Em paralelo, uma nova conciliação das elites, via Colégio Eleitoral, tornara a Nova República um produto híbrido entre o velho e o novo. Saltando para a década de 1990, acentuar-se-iam, a partir do neoliberalismo de FHC, índices de desigualdade social, concentração econômica e fragilização da democracia. Seria FHC, então presidente, que anunciaria a viragem de uma página histórica: “Viraremos a página do getulismo” (CARDOSO *apud* SADER, 2010, p. 14). Para Sader (2010, p. 14), FHC demonstrava consciência de que o “[...] neoliberalismo – o reino do mercado, do Estado mínimo – não conseguiria impor-se sem destruir a sobrevivência do Estado nacional, regulador, indutor do desenvolvimento e distribuidor de renda.” Essa página se veria revirada, segundo Sader (2010), pelo Brasil de Lula. De Getúlio a Lula, pontes retomariam o rumo da história:

O governo Lula representava uma nova expressão do campo popular, que teve nos governos de Getúlio Vargas e de

João Goulart seus antecedentes mais próximos. Governos de coalizão de classes, pluriclassistas, que assumiram projetos de unidade e desenvolvimento nacional, com intenso enfoque nas políticas sociais. (SADER, 2010, p. 28)

Do neoliberalismo a um novo tipo de desenvolvimento, encontram-se as pegadas de uma virada que influencia as interpretações do PT na década de 1990, cujas pontes remetem diretamente ao getulismo.

Um breve retrospecto: lulismo e populismo

A semelhança entre a interpretação presente no lulismo e aquela implícita no arcabouço teórico-conceitual sintetizado no conceito de populismo⁶⁶ faz-se notória. A afinidade entre elas comporta uma inversão da lógica crítica embutida na teoria do populismo da década de 1970. A teoria do populismo como via política do desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial brasileiro baseia-se na imbricação de Estado relativamente autônomo com compromisso entre classes sociais, desenvolvimentismo e política de massas como gramática da revolução à brasileira. A política ativa de um Estado de contrários, que incorpora as massas, terá no populismo a forma política peculiar de expansão do capitalismo urbano-industrial.

A despeito de ter sido alvo de críticas nas formulações do PT ao longo da década de 1980, justamente pela carência de autonomia da classe e hegemonia política, a fundamentação do populismo é retomada em seu sentido mais íntimo sob a égide do lulismo. Antes de seguir, vejamos as principais características inscritas no fenômeno que se convencionou conceituar como *populismo*.

⁶⁶ Para melhor compreensão do período que se convencionou chamar *populista*, Demier (2012) procura demonstrar que, entre o período histórico de 1930 ao golpe de 1964, a autonomia relativa do Estado frente às classes foi a *forma* histórico-politicamente determinada assumida pelo aparelho estatal no Brasil. O Estado, “[...] funcionando como uma espécie de árbitro do jogo político e econômico e pacificando o cenário social litigioso, ganha a aparência de uma força descolada, acima e independente da sociedade” (DEMIER, 2012, p. 34). Essa autonomia seria apenas relativa e espelharia períodos de determinada correlação de forças entre as classes, *solucionada* por uma certa unidade em torno ora do *bonapartismo*, ora do *semibonapartismo*.

Alicerces teóricos do populismo

O populismo na política brasileira é um livro clássico das ciências sociais, em que Francisco Weffort (2003) compila artigos e partes de sua tese, em textos escritos entre as décadas de 1960 e 1970, buscando basicamente demarcar que, de seu ponto de vista, a característica historicamente estruturante da vida política brasileira seria a ausência de participação autônoma do povo – ou das massas – na economia e na política. Assim, a história política de todo o período após os anos 1930, que se estende até 1964, teria se consolidado na forma própria de um *Estado de compromisso* sobreposto ao conjunto da sociedade, que funcionaria como uma espécie de árbitro dos “interesses de todo o povo” (WEFFORT, 2003, p. 70) e responsável por equilibrar a correlação de forças entre classes, frações de classes e inserção das massas na vida política e urbana. Personalização do poder, soberania do Estado e incorporação econômica seriam as principais características da história política brasileira após a crise oligárquica.

O fenômeno dizia respeito à entrada das *classes populares* na vida política. Nesse sentido, o surgimento das massas representaria uma dupla pressão “[...] sobre as estruturas vigentes”: a “ampliação das possibilidades de participação popular na política” através do sufrágio e das conquistas de direitos sociais; e a ampliação de emprego e consumo “[...] sobre as estruturas de mercado” (WEFFORT, 2003, p. 81). Logo, o surgimento das massas na política estaria ligado aos governos ou movimentos constitutivos do populismo, como fruto daquela dupla pressão – política e econômica. O problema vincula-se à via de *modernização* das relações sociais, políticas e econômicas no Brasil. Weffort (2003) percebe a relação entre populismo e massas populares, a partir da passagem de uma postura desorganizada ou difusa à sua integração na sociedade industrial e de consumo. A participação política dessas massas é percebida como ponto de “[...] pressão para o acesso aos empregos urbanos que exercem as massas migrantes”; “pressão no sentido da ampliação das possibilidades de consumo”; e pressão orientada para a sua “participação política dentro dos quadros institucionais” (WEFFORT, 2003, p. 75).

Como fenômeno estruturante, o populismo tanto formaria as classes populares como delas se nutriria. Unindo mobilidade social, política e econômica, e justificando-se no *comportamento* fruto do acesso ao mercado pelos setores populares, a situação *relativamente privilegiada* dos operários industriais orientaria sua conduta individual. Nesse sentido,

[...] no quadro da notável heterogeneidade da composição social das classes populares de um país em processo de desenvolvimento, a mobilidade social, em graus variáveis, se apresenta de modo quase necessário para todos os setores populares e tende a intensificar-se à medida que o desenvolvimento se intensifica. [...] Nestas circunstâncias a expectativa de ascensão social tem muitas oportunidades de fazer-se efetiva e de se constituir em elemento fundamental para a orientação da conduta individual. No quadro de uma sociedade como a brasileira dos últimos decênios, os movimentos de ascensão – na pior das hipóteses a expectativa da ascensão – afetam a todos os setores populares. (WEFFORT, 2003, p. 150).

A relação ambígua entre os trabalhadores e o Estado baseia-se numa interpretação própria sobre a configuração da classe trabalhadora, sua conduta e comportamento. Sua relação com o Estado seria mediada pelos instrumentos organizativos dos trabalhadores, em especial pelo corporativo-sindical. Migrantes do campo para a cidade no período entre 1930 a 1964, os trabalhadores incorporados aos espaços de produção insistiriam, nos novos ambientes urbanos, na preservação de aspectos importantes da cultura oriunda do mundo agrário, que se caracterizaria pela subordinação e lealdade pessoal. Tal relação com o Estado estaria vinculada à ausência de uma burguesia urbana no processo de desenvolvimento do capitalismo. Assim, *atores sociais* heterogêneos, na estrutura de estratificação social, acabariam por adotar um comportamento em favor da mobilidade e não do conflito de interesses possibilitado por padrões democrático-burgueses. A aliança expressa no populismo teria conteúdo estratégico: a relação

entre “[...] as massas urbanas e os grupos representados no Estado é a de uma aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais. Aliança na qual a hegemonia se encontra sempre com os interesses vinculados às classes dominantes” (WEFFORT, 2003, p. 75).

O problema, para Weffort (2003), tratava-se, como vimos, de esquadriñar as condições para a participação popular na política. Tal participação, vinculada às condições de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, aprisionava a consciência de classe ou às posições objetivas, nas relações de produção, ou a um *comportamento* que vislumbrava mobilidade num quadro de estratificação. Do ponto de vista político, a ampliação da democracia aparece como impossibilidade em função do modelo de desenvolvimento para fora que, submetido ao imperialismo, impunha um padrão de comportamento econômico de viés liberal⁶⁷, ao mesmo tempo que, no plano interno, detinha caráter liberal-oligárquico, cuja hegemonia dependia diretamente de intervenção estatal. A peculiaridade do populismo “[...] vem de que ele surge como forma de dominação nas condições de ‘vazio político’ em que nenhuma classe tem a hegemonia e exatamente porque nenhuma classe se afigura capaz de assumi-la” (WEFFORT, 2003, p. 159). Nesse sentido é que o populismo, na política, velava a divisão da sociedade em classes, alçando os termos *povo* ou *nação* a uma ideia de “comunidade de interesses solidários” (WEFFORT, 2003, p. 159).

Inseparáveis, pois, seriam populismo, ampliação do consumo e alargamento da participação política – mesmo que corporativa. Requereriam, porém, um desafio:

[...] compatibilizar desenvolvimento econômico e desenvolvimento democrático. E isto significa em última instância romper radicalmente com toda a passada formação das sociedades agrárias. Os movimentos populistas, nascidos da crise dessa formação e portanto desde o nascimento comprometidos com ela, tiveram o mérito de propor a tarefa mas se revelaram incapazes de realizá-la. (WEFFORT, 2003, p. 164).

⁶⁷ Weffort (2003) chega a relacionar o tema ao caráter semifeudal e semicolonial atribuído ao Brasil no período de 1930 a 1945.

Alcançar e compatibilizar democracia com desenvolvimento econômico, rompendo radicalmente com o padrão *oligárquico e agrário*, seria o conteúdo mais profundo das tarefas vislumbradas pelo populismo; entretanto, o caráter do *Estado de compromisso* impedia desatar o nó que permitiria maior participação das massas na vida político-institucional. O populismo, ele mesmo, anunciava o que não podia cumprir.

O impacto da teoria do populismo na interpretação dos movimentos sociais, em especial do sindicalismo, é notório⁶⁸. Em tais interpretações, apontavam-se: a impossibilidade do florescimento da consciência de classe; a origem rural dos trabalhadores e sua *cultura arcaica*; o corporativismo sindical atrelado ao Estado; e a característica apelidada como “cupulista”, desse sindicalismo. Via-se, nas conexões entre Estado e movimento social, o pressuposto que inviabilizava o prosperar de uma classe trabalhadora autônoma e combativa.

A despeito de reconhecer a existência de uma *estrutural dual* no movimento sindical⁶⁹ populista, Weffort (1972) afirma haver mu-

⁶⁸ “[...] o conceito [*populismo*] terminaria por encontrar seu lar brasileiro na tradição de estudos acerca da classe operária construída na Universidade de São Paulo. Reunindo autores como Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, José Álvaro Moisés e o próprio Weffort, essa tradição mostrou-se especialmente receptiva ao conceito, na medida em que partilhava, para além das importantes diferenças de enfoque, a caracterização comum da fragilidade do movimento operário brasileiro diante de atores políticos e sociais externos ao âmbito de seus interesses específicos.” (MONTENEGRO, 2009, p. 144).

⁶⁹ Weffort (1972) contesta a expressão *organização paralela* e interpreta segundo a expressão *estrutura dual* a existência de organizações oficiais e não oficiais no sindicalismo populista. Nesse sentido, “A expressão ‘organização paralela’, de inspiração jurídica, não é talvez a melhor; é a que vem sendo usada pelos estudiosos do sindicalismo brasileiro para designar as organizações intersindicais de caráter horizontal (Pacto de Unidade e Ação, Pacto de Unidade Intersindical etc.), que complementavam e dinamizavam a estrutura oficial (por isso, talvez, fosse melhor dizer ‘organizações complementares’). Embora proibidas pela legislação, foram toleradas pelos governos populistas desde Vargas até Goulart, os quais evidentemente tiravam vantagens políticas de suas atividades. Submetidas em geral ao controle dos comunistas, estas organizações começaram nos anos 50 ao nível dos sindicatos, passaram depois aos níveis superiores das federações e confederações e culminaram na formação do Comando Geral dos Trabalhadores em 1962. É a esta composição entre as organizações oficiais e as ‘organizações paralelas’ que

danças significativas no padrão de sindicalismo a partir das greves de Contagem e Osasco, realizadas em plena ditadura. Entre 1964 a 1968, “movimentos moleculares nas bases da classe operária” ocorreriam, mas não chegariam a permitir um robustecimento frente ao “quadro de profunda depressão do movimento em geral” (WEFFORT, 1972, p. 8-9). As greves de 1968, em Contagem e Osasco, na mão contrária, seriam expressão “[...] notável desses movimentos moleculares e, assim, não poderiam deixar de causar alguma surpresa” (WEFFORT, 1972, p. 9). Para Weffort (1972), essa *estrutura dual* do sindicalismo não poderia ser reconhecida como original. O *novo* surgiria em Contagem e Osasco e se aprofundaria no ABCD Paulista no final da década de 1970 e início da década de 1980. Nasceria, daí, o *novo sindicalismo*, que teria como um dos expoentes teóricos o próprio Weffort.

A teoria do populismo era apresentada por outros autores com significado similar. Como não será possível fazer ampla revisão bibliográfica sobre o tema⁷⁰, recorreremos a mais um dos clássicos sociólogos. Ianni (1975), também ao final da década de 1960, vê a política de massas do getulismo através da lente do modelo de desenvolvimento econômico, modelo que lograra consolidação de condições culturais, políticas e institucionais de implantação da industrialização urbano-industrial no país. Nesse sentido, o eixo sólido do período democrático getuliano (pós-1945) seria a chamada *política de massas*.

Esse é o quadro ao mesmo tempo histórico em que devemos inserir e estudar a política de massas como componente fundamental do padrão getuliano de desenvolvimento econômico. No progresso da industrialização – em especial no estágio de 1945-61 – a política de massas é um elemento crucial. Vejamos agora como ela se caracteriza.

A combinação de interesses econômicos e políticos do proletariado, classe média e burguesia industrial é um elemento importante do getuliano. Essa combinação efetiva e tática

eu chamo de estrutura dual do sindicalismo populista.” (WEFFORT, 1972, p. 7-8). Para uma visão geral da expansão da organização oficial e das ditas *organizações paralelas*, ver Rodrigues (1968).

⁷⁰ Para saber mais sobre o assunto, consultar Maia (2001).

de interesses destina-se a favorecer a criação e expansão do setor industrial, tanto quanto do setor serviços. Em concomitância, criam-se instituições democráticas, destinadas a garantir o acesso dos assalariados a uma parcela do poder. Na verdade, criam-se as condições de luta para uma participação maior no produto. Em plano mais largo, trata-se de uma combinação de forças destinada a ampliar e acelerar os rompimentos com a “sociedade tradicional” e os setores externos predominantes. Em verdade, foi com base no nacionalismo desenvolvimentista, como núcleo ideológico da política de massas – em que se envolvem civis e militares, liberais, esquerdistas, assalariados e estudantes universitários – que se verifica a interiorização de alguns centros de decisão importantes para formulação e execução da política econômica. A crescente participação do Estado na economia é, ao mesmo tempo, uma exigência e uma consequência desse programa de nacionalização das decisões.

É nesse contexto que se situam as conquistas das classes assalariadas, em especial do proletariado. Em 1940 cria-se o regime de salário mínimo. A partir de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho aparece como o instrumento mais importante de intercâmbio de interesses entre assalariados e empresários. Em 1963, transforma-se em lei o Estatuto do Trabalhador Rural, como elemento novo no desenvolvimento da política de massas, quando o populismo vai ao campo. (IANNI, 1975, p. 55-56).

Atrelados ao peleguismo e ao compromisso dos sindicatos com o Ministério do Trabalho, dirigentes políticos se resumiriam, na interpretação de Ianni (1975), a instrumentos de manobra. O fulcro da in experiência política do povo brasileiro teria relação com o horizonte de valores e o comportamento da classe em boa parte provenientes da origem rural. Nesse sentido, a assunção de uma postura de classe não se viabilizava justo pela ausência de um *horizonte cultural*, que só se modificaria a partir da inserção da classe em relações urbano-industriais, de forma lenta e gradual.

Outro elemento importante para a compreensão da estrutura política de massas é a composição rural-urbana do proletariado industrial. Aí está um dos fatores da inexperience política dessa parte do povo brasileiro. Com as migrações internas no sentido das cidades e dos centros industriais – particularmente intensas a partir de 1945 – aumenta bastante e rapidamente o contingente relativo dos trabalhadores sem qualquer tradição política. O seu horizonte cultural está profundamente marcado pelos valores e padrões do mundo rural. Neste, predominam formas patrimoniais e comunitárias de organização do poder, de liderança e submissão, etc. Em particular, o universo social e cultural do trabalhador agrícola (sitiente, parceiro, colono, camarada, agregado, peão, volante, etc.) está delimitado pelo misticismo, a violência e o conformismo, como soluções tradicionais. *Esse horizonte cultural modifica-se na cidade, na indústria, mas de modo lento, parcial e contraditório.* (IANNI, 1975, p. 57, grifo nosso).

A interpretação de Ianni (1975) enxerga as contradições relacionadas ao mundo rural como impassíveis à expressão política. Mesmo após o processo de migração, apesar de mudadas as relações de trabalho – assalariadas e sob livre contrato –, restariam valores, crenças e horizontes que obstaculizariam certas mudanças, em uma consciência de classe tomada de assalto pela lógica de manutenção do tradicionalismo, ocupada por uma consciência de mobilidade e uma consciência de massa.

A política de massas aparece, assim, como parte da ruptura (e também da permanência) com a sociedade tradicional, quer em termos sociais e culturais, quer em termos econômicos e políticos. Por meio de um *nacionalismo desenvolvimentista*, o país se voltaria para um *pacto político nacional* em defesa de vantagens autóctones, com certa independência. Assim, uma “[...] política externa independente é uma manifestação relacionada com o tipo de democracia populista” (IANNI, 1975, p. 66).

A forma política populista passaria por diversas modulações de denominações – getulismo, queremismo, janguismo, juscelinismo, entre outras. O fenômeno, entretanto, expressaria o mesmo conteúdo, ou seja,

o de uma política de massas que cumpriria *papel de etapa* nas transformações de grande porte das relações políticas, econômicas e sociais do Brasil, processadas fundamentalmente no setor industrial, na dinâmica de urbanização e no desenvolvimento econômico e social e que marcam uma forma específica de modernização que, distinta da dos países centrais, juntava, em vez de conflitar, interesses antagônicos em um Estado demiurgo da nação. Mais ainda, “o populismo está relacionado tanto com o consumo em massa como com o aparecimento da cultura de massa. Em poucas palavras, ‘o populismo brasileiro é a forma política assumida pela sociedade de massas no país.’” (IANNI, 1975, p. 207).

Como via e etapa do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a ideia de populismo de Weffort (1972, 2003) e Ianni (1975) projeta certa heteronomia, atrofia e ausência de independência dos trabalhadores, falta de hegemonia dos projetos das classes populares e inviabilidade de consciência de classe, desembocando, mais à frente, numa incorporação particular do conceito gramsciano de sociedade civil. Fundamenta-se, assim, em um circuito fechado: a heteronomia inviabilizava a participação e a autonomia popular; a participação popular, por sua vez, encontraria limites comportamentais e internos insuperáveis. Como um circuito fechado em si mesmo, a perspectiva do atrelamento que sufoca o movimento torna-se o núcleo central de uma interpretação que impede a sua própria superação.

Lulismo, incompletude do capitalismo e as metamorfoses do caminho democrático-popular para a revolução brasileira

As afinidades entre populismo e lulismo são evidentes: liderança carismática de massas, pacto entre classes, caráter modernizador do capitalismo, política e economia de massas. Ambos nortear-se-iam por uma inserção popular que busca conjugar ampliação do mercado interno de consumo com participação política. Agora, porém, diferentemente do populismo de outrora, tal processo dar-se-ia sob a hegemonia de um instrumento político dos trabalhadores, um partido que, desde sua origem, reivindicou uma estratégia para revolução brasileira: a estratégia democrático-popular.

A profunda relação entre o caráter de massas do instrumento partidário, o classismo e a consciência de classe se vê diluída numa interpretação positiva do lulismo, fato que atualiza a querela da estratégia a partir de uma perspectiva singular. Seria possível solucionar pacífica e gradualmente e por meio de um pacto nacional as principais contradições vividas pela classe trabalhadora num país capitalista, periférico e subalterno? Essa é a aposta do lulismo, ao menos quando sintetizado na interpretação de Singer (2012). Para mobilização desse pacto, lembremos que a melhora de vida das parcelas mais pauperizadas da população justificaria a assunção de mudanças nos limites da ordem e a abdicação de um projeto rupturista.

O lulismo reanima temáticas que imbricam revolução brasileira e teoria social sem dar à discussão estratégica o devido peso. O desenvolvimento da estratégia democrático-popular do PT e sua realização nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva resultam de uma tensão no decurso da própria estratégia e não de uma alteração momentânea que serviria para manter e sustentar a governabilidade do projeto popular. Isso porque, desde o início da década de 1990, relativizando determinantes táticos e programáticos fundamentais, o PT assumiu a ampliação do mercado interno de consumo e a democracia de massas como partes essenciais de sua estratégia, culminando, em 2002, no projeto de *união nacional* expresso na *Carta ao povo brasileiro* (SILVA, 2002a).

Abandonando sua característica rupturista, a estratégia democrático-popular do PT deu expressiva guinada incorporando o gradualismo, o processualismo e a aliança entre classes como pressupostos para alcançar o governo de caráter nacional. Sua lógica etapista não diz respeito à nítida afirmação de uma etapa prévia, mas à percepção de que a incorporação das massas à economia e à política seriam as tarefas precípuas de um governo popular.

Nesse sentido, a retomada do populismo parece lógica do ponto de vista interpretativo, mesmo que rasa no que diz respeito à historicização da reflexão política. Sua atualização é carregada de um viés positivo bastante distinto daquele inscrito na teoria crítica do populismo, que tanto influenciou o PT na década de 1980. A valorosa ideia de que os trabalhadores não são meros peões num tabuleiro e que eles

podem constituir uma consciência de classe, erguendo uma estratégia de subversão da ordem, acaba submetida a um novo pacto de compromisso tutelado *pelo alto*. Tal processo se sustenta em uma chave de leitura arraigada na atipicidade da revolução burguesa brasileira, para a qual determinadas características particulares do desenvolvimento capitalista no Brasil, ao se expressarem numa estratégia, convertem as relações estruturantes do capitalismo brasileiro a incompletudes que necessitam ser suplantadas. Em poucas palavras, seríamos um país com um modo de produção capitalista que, em virtude da forma própria de seu desenvolvimento, careceria de transformações *dentro da ordem* até alcançar um capitalismo maduro, que eliminaria a necessidade de rupturas bruscas.

Tal pensamento envolve a compreensão de que, mesmo não alterando estruturalmente as relações sociais de produção, vitórias da economia política do trabalho poderiam ter direção socializante, quando casadas à democratização. O ponto alto da transição para essa maneira de pensar diria respeito, no caso brasileiro, ao encerramento da transição democrática, que inicia o reconhecimento de dois processos conjuntos, o da prevalência do capital monopolista e o da transição para uma estratégia democrática que deveria disputar espaço no interior do regime. Ou seja, numa perspectiva estratégica condizente com *sociedades modernas*, não haveria espaço para uma ruptura, mas para paulatinas conquistas democratizantes que levassem a uma mudança na relação econômica e política para as massas.

Há de se fazer uma breve reflexão ensejada pelos fundamentos de tal percepção, uma vez que um processo de mutação como esse não deveria se pautar pela perspectiva da *incompletude*, mas justamente pelo caráter moderno do capitalismo. Nesse caso, uma economia pujante e um regime político democrático colocariam em pauta, sob bases hegemônicas, as disputas entre as classes. Mas a perspectiva da estratégia democrática, nacional e popular pauta-se justamente pelo que não teria sido realizado: à forma social do capitalismo brasileiro não teria correspondido uma socialização econômica e política, aspectos que precisariam, portanto, ser sanados mediante uma *modernização sem o moderno*, em uma *estrutura social dualista* na qual ainda prevaleceria o

atraso. Podemos perceber que há, intrínseca a essa percepção, a idealização de um desenvolvimento *normalizado* do capitalismo. A análise da via de transição do Brasil à modernidade, que marca seu percurso deixando de lado a *tipicidade burguesa*, leva à afirmação de vínculos entre a modernização e uma estratégia democrática e gradualista, de incorporação ao mercado e à política como se ambos não fossem apenas formas de expressão da sociabilidade capitalista.

Como sabemos, a queda do Muro de Berlim impactou a conjuntura internacional e os projetos socialistas de forma inquestionável. A busca pelo *novo socialismo* afirmou-se, em síntese, como possibilidade de superação das experiências vivenciadas no ciclo histórico anterior, em diferenciação e quiçá antagonismo às experiências do socialismo real. Tal processo histórico foi o ponto de inflexão e afirmação de um socialismo de *tipo democrático*: de massas, pluralista e com base no mercado, cuja ideia impactou o projeto do PT ao longo de toda a década de 1990. Por isso, o projeto do PT, além de assumir *tarefas incompletas* como centro de sua estratégia, incorporaria a efetivação da forma democrática de governo e a inserção econômica das massas pela via de acesso ao mercado como elementos centrais de seu programa e, conseqüentemente, de sua formulação estratégica.

A relação dialética entre lulismo, incompletude do capitalismo e metamorfoses do caminho democrático-popular para a revolução brasileira é, fundamentalmente, o tema que buscamos aprofundar nas últimas sessões. Já temos o caminho. Vamos ao ponto de chegada.

Ponto de chegada: lulismo, estratégia democrático-popular e a incompletude do capitalismo

Um pensamento socialista original, um marxismo articulado a dada realidade histórica não é um produto da imaginação abstrata dos “teóricos da revolução”. Estes, aliás, só surgem e chegam a criar as teorias revolucionárias exigidas pela situação quando o movimento revolucionário é suficientemente maduro e avança. Portanto, o verdadeiro socialismo e o verdadeiro marxismo são produtos históricos. (FERNANDES, 2011, p. 287).

A antiga polêmica de Marx (2017) com Proudhon estabelece uma controvérsia entre uma perspectiva histórico-materialista e outra que, desprovida de dialética, tomava categorias econômicas como dados, estáticos, inseridos em uma espécie de sucessão de etapas sem movimento. Tal oposição de perspectivas pode ser encontrada em muitas outras polêmicas travadas por Marx (2012a, 2017), tais como a com Weston, em *Salário, preço e lucro*, e com Lassalle, em *Crítica ao programa de Gotha*. O interessante é que, para todos esses adversários de Marx, determinada percepção sobre as relações econômicas e políticas levavam a conclusões que abrandavam a perspectiva de ruptura. Era como se fosse possível, a partir da ampliação de conquistas da economia do trabalho, incluir a classe trabalhadora como uma das beneficiárias do desenvolvimento capitalista⁷¹.

A interação entre economia e política, intrínseca ao movimento próprio da relação capital, permite-nos tratar as categorias econômicas do ponto de vista da crítica da economia política e não pelos limites da política econômica. É a primeira que serve de alicerce para uma reflexão sobre estratégia, permitindo entender as contradições do capitalismo, para aí sim erigir um projeto para sua superação. Nesse sentido, a percepção da relação capital segundo uma lógica estática sem movimento, como um conjunto de etapas sucessivas e progressivas, é um dos alicerces da *questão da incompletude do capitalismo*, direta ou indiretamente.

A relação capital é dialética, desigual e combinada, não linear nem evolutiva, sem etapas sucessivas de desenvolvimento. Trata-se sua leitura a partir da *incompletude* de compreendê-la longe de suas contundentes contradições. Utilizando-se de fórmulas idealizadas em tempos de regressão social generalizada (ARANTES, 2004), a

⁷¹ Nas palavras de Marx (1996b, p. 246): “Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste polo, mais assalariados naquele”. Marx (1996b, p. 283) continua: “A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada”.

ampliação acelerada do capital pode até aparecer como antídoto, mas é o próprio veneno.

Nesse sentido, a compreensão dos determinantes na relação capital imperialista também é dificultada, pois seria possível analisar o capitalismo atual com as ferramentas obsoletas que permeiam as ideias de insuficiência do mercado e da democracia. Expectativas frente a uma suposta igualdade formal unem idealização de um modelo igualitário com o cumprimento de preceitos da revolução burguesa, em especial a dita *revolução democrática*. Os caminhos e descaminhos da história brasileira e a lógica regressiva do imperialismo já demonstraram que a *democratização* como processo continuado também não passa de uma idealização, ainda que ela continue pautando a direção e as preocupações de nosso pensamento estratégico.

Como já ressaltamos, a noção de incompletude do capitalismo é um desfecho categorial não encontrado de maneira acabada na teoria partidária e nem mesmo na intelectualidade. Relaciona-se, em termos analíticos, com a reflexão subjacente ao abandono do classismo, numa chave de leitura condicionada pela atipicidade da revolução burguesa e de determinadas características particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro que, ao se expressar em uma estratégia, reverte estruturas do capitalismo a incompletudes que devem ser suplantadas para sanar a (não realizada) revolução à brasileira. Grosso modo, seríamos um país cujo modo de produção é capitalista mas que, em virtude da forma própria de seu desenvolvimento, careceria, à sombra da *fórmula* democrático-burguesa, de um longo período de transformações preliminares.

Alguns elos subsidiam a ideia de incompletude. Na perspectiva clássica, expressa na estratégia democrático-nacional, guardadas as singularidades, pode-se observar o pressuposto de uma incompletude relacionada à leitura da permanência de restos semifeudais ou feudais, no Brasil, que demandariam a concretização de uma revolução por etapas. Ainda que sob uma relação desigual da economia convivessem distintas formas de produção, a parte *pré-capitalista* precisaria ser removida e demandaria tarefas históricas da revolução democrático-burguesa. Tal análise, como sabido, é ponto de partida

para a estratégia de revolução expressa pelo PCB, para a qual se deveria empreender uma revolução de cunho nacional em oposição ao controle latifundiário-imperialista. A hegemonia agrária articulada ao imperialismo configuraria um entrave ao desenvolvimento do capitalismo que só se desenvolveria num processo genuinamente democrático-burguês, condição-chave para uma possível revolução socialista.

Do ponto de vista do desenvolvimentismo, a modificação estrutural deveria dar-se a partir de um processo de desenvolvimento nacional orientado pelo Estado. Tal equação se cimentava num processo planejado, que, identificando os impasses estruturais do desenvolvimento econômico periférico, elaboraria soluções como, por exemplo, medidas seletivas para a importação de capital, estabelecimento de uma política de créditos públicos e de expansão do mercado interno, só para citar algumas das mais comuns. Nesse sentido, parece possível considerar o desenvolvimentismo como expressão de um programa em busca de *completar* a forma de um capitalismo autônomo e nacional. A perspectiva *dualista*⁷² é, também, do ponto de vista do pensamento econômico nacional-desenvolvimentista. A dualidade básica da economia brasileira calca suas orientações numa proposta de *reforma revolucionária* via Estado, tendo no desenvolvimento econômico a condição indispensável para consolidação do capitalismo, da indústria nacional e do mercado interno de consumo.

Ainda que a crítica antidualista e socialista aponte para uma transição da perspectiva da incompletude para aquela que, alinhada com o desenvolvimento desigual e combinado à revolução permanente, levaria à afirmação do socialismo como forma de superação da condição dependente e periférica do capitalismo brasileiro, ela acaba

⁷² A clássica crítica ao dualismo foi feita por Francisco de Oliveira (2003b) no seu artigo *Crítica à razão dualista*. Já em *A navegação venturosa*, Oliveira (2003a, p. 13-14) aponta que: “A tese cepalino-furtadiana da dualidade distingue-se da constatação geral e histórica do ‘desenvolvimento desigual e combinado’ da tradição marxista (Lênin e Trotsky) precisamente porque para Furtado e a Cepal o desenvolvimento é desigual – tanto pelas diferenças de grau e ritmo de desenvolvimento quanto pelas diferenças qualitativas entre setores que se desconhecem entre si –, mas não é combinado. Os dois setores não têm relações articuladas: o setor ‘atrasado’ é apenas um obstáculo ao crescimento do setor ‘moderno’, principalmente porque, por um lado, não cria mercado interno e, por outro, não atende aos requisitos da demanda de alimentos.”

apresentando pontos em comum com as análises que buscou superar. Por esse motivo, acreditamos ser necessário retomar a análise das características particulares do Estado no Brasil, mas relê-las pelas tintas do pressuposto mais importante para compreensão de sua forma conjunturalmente determinada: da luta entre classes. A autonomia do Estado frente às classes nada mais é do que relativa e, nesse sentido, toda democracia de cooptação⁷³ procedente da política brasileira pode ser apreendida na expressão de uma forma de solucionar os conflitos entre classes. Assim sendo, quando o Estado, expresso em sua forma de governo, é confrontado pela força do projeto dos trabalhadores, atinge-se um equilíbrio passageiro e transitório que assume como desfecho uma democracia de cooptação.

A questão da incompletude do capitalismo é uma síntese que argamassa a suposição de *insuficiências do capitalismo* derivadas da não realização de uma revolução democrática burguesa que instaurasse uma democracia e um mercado de consumo de massas amplo e generalizado. Mais do que uma controvérsia acadêmica, essa reflexão é e foi alimentada por um debate político intenso, em movimento e em interação com a realidade. Como pudemos acompanhar na trajetória de Lula e do PT, não haveria uma suposição objetiva de que a revolução burguesa e o próprio capitalismo estariam incompletos, mas uma lógica geral que, em movimento, acaba erigindo uma espécie de etapismo *sui generis*, segundo o qual ampliação das relações capitalistas, consumo e democratização seriam os pressupostos de uma transição socialista.

Percorremos o caminho das interpretações petistas em seu movimento, nas décadas de 1980 e de 1990, na sua conformação em lulismo, e pudemos perceber que, ao saírem de cena interpretações enraizadas nas determinações de classe, a percepção gradualista e progressiva se reforçaria. Mas, quais ideias permearam todas as fases desse processo?

Em primeiro lugar, o apontamento sobre o caráter não clássico do desenvolvimento capitalista brasileiro se volta para uma versão de

⁷³ Para Florestan Fernandes (1976), a característica autocrática da burguesia brasileira não permitiria a efetivação de uma democracia de fato, mas sim de uma democracia permanentemente restrita: “a autocracia burguesa leva a uma democracia restrita típica, que se poderia designar como uma democracia de cooptação” (FERNANDES, 1976, p. 358-359).

insuficiência: um capitalismo sem revolução burguesa deveria perseguir o desenvolvimento e as tarefas não realizadas. Para solucionar os problemas dinâmicos do capitalismo brasileiro e de sua hegemonia, aquelas tarefas passam a ser necessariamente cumpridas pelos trabalhadores, posto que nossa burguesia não seria capaz de completar a sua revolução.

Em segundo lugar, imperialismo e dependência são tomados de acordo com a perspectiva de uma heteronomia econômica continuada. Sempre exógenos, deveriam ser contrapostos pela ideia de nação, pelo capitalismo autóctone ou por relações endógenas que precisariam ainda se desenvolver. Imperialismo, dependência e neoliberalismo são algumas das expressões às quais se atribuem, em diferentes épocas, um sentido ligado à heteronomia.

Em terceiro lugar, há o sentido da heteronomia na política. Pactos sempre pelo alto impediriam a participação política dos de baixo e manteriam o povo de fora da esfera política. Assim, coloca-se na hegemonia, na democracia e na sociedade civil a possibilidade de se modificar o *modus operandi* do pacto contínuo, porém de maneira processual, continuada e a partir do povo. Tal perspectiva também incorpora um determinado sentido sobre burocracia que implica a sua percepção como de cima para baixo, a ser contraposta pela democracia, pela sociedade civil e pela desprivatização do interesse público.

Em quarto e último lugar, há um sentido geral de heteronomia no conceito de classe, absorvido e reproduzido pelo lulismo e pelo PT. A classe, compreendida como uma categoria imposta de cima para baixo, não respeitaria a autonomia nem a diversidade de identidades de sujeitos sociais plurais, nem do povo. Tal sentido seria contraposto por novos movimentos sociais e por um instrumento político de perfil genuinamente popular. Até mesmo o instrumento partidário e a sua estratégia política são vistos, em certa medida, como exógenos.

Voltemos, então, à maneira como o problema foi interpretado ou apreendido, pois se recolocam os termos de polêmicas de debates anteriores em uma perspectiva oposta ao que se afirmava no processo de fundação do PT: uma perspectiva positiva e de exaltação do nacional-popular. Singer (2012) vai caracterizar o lulismo como projeto nacional-popular baseado em aliança de classes, que permitiria, de

forma lenta e gradual, implantar um programa de redução da pobreza e ampliação do mercado interno de consumo de massas. Cindindo a *alma de Sion* e a *alma do Anhmebi*, Singer (2012) expõe como o radicalismo original classista das origens do PT seria arquivado pelo projeto popular e nacional.

A nosso ver, no entanto, o lulismo não é mais do que o ponto de chegada da estratégia democrático-popular, que é, na verdade, um ponto de encontro com a estratégia anterior; a estratégia democrático-nacional, fundindo-se em uma terceira: a nacional-popular. Em outras palavras, expressa a síntese de uma leitura sobre a formação social brasileira, a consolidação de um projeto para sua transformação e as opções táticas para alcançá-lo – a primeira delas, a chegada ao governo, em um movimento combinado entre pressão de massas e pacto pela nação. O lulismo, portanto, não pode ser visto como um fenômeno descolado da estratégia que o sustenta. Ao contrário, as potencialidades e limites dessa mesma estratégia devem encontrar, no fenômeno lulista, a sua expressão crítica.

Fundamentada, basicamente, na estrutura desigual do capitalismo brasileiro, a estratégia do PT retrocede frente à articulação dialética das tarefas *dentro da ordem* e *contra a ordem*, cindindo a relação entre o momento econômico corporativo e o ético-político, ou entre a emancipação política e a emancipação humana. Nesse sentido, efetiva uma estratégia por etapas, consolidando um momento de completude da democracia e de ampliação do mercado interno de consumo de massas. O desfecho conceitual aqui subliminar, o da *questão da incompletude do capitalismo*, implica esse nexo vertebral, porém sub-reptício – que imbrica, como já dito, o sentido de não realização da revolução burguesa e o de capitalismo incompleto. Fundem-se, aqui, duas problemáticas articuladas: o processo particular de acumulação primitiva no Brasil, com desenvolvimento da questão agrária, a subsunção real do trabalho ao capital e a formação de um mercado interno de consumo; e o aspecto democrático-burguês dessa revolução, sua expressão jurídico-política.

Para desvelar essa relação, a análise concreta da situação concreta, para que tanto Lênin (1920) chamou atenção, não pode se converter

numa análise universal abstrata da situação concreta. A busca por sua compreensão deve levar em conta os movimentos e limites que a própria classe encontrou na tentativa de chegar ao outro lado, ao socialismo, pela corda sempre bamba da história. Nessa dança incerta, entre a afirmação do seu projeto e a pactuação, o ciclo de lutas dos trabalhadores aberto no final da década de 1970 encerra-se. A estratégia democrático-popular, realizada e metamorfoseada em lulismo, retorna para o tempo histórico antes do seu ponto de partida, um patamar em muitos pontos restaurador da estratégia democrático-nacional.

O diagnóstico da particularidade do capitalismo brasileiro, devido às circunstâncias, foi convertendo-se em *ausências* a serem sanadas. Aqui, não supomos nenhuma linearidade. Revolução, conservação e restauração são elementos que convivem no mesmo processo, cujo desfecho é resultado de um movimento, não de uma inexorabilidade pressuposta. Nessa dança, nessa tentativa de equilíbrio, a perspectiva da incompletude do capitalismo novamente se impôs: a busca por tornar o capitalismo um sistema racional e polido – um capitalismo ideal, o oposto do realmente existente.

Referências

- ACIOLI, Hilton. *Lula lá*. São Paulo: PT, 1989. *Jingle* de campanha.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.
- BERLINGUER, Enrico. *Democracia, valor universal*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- BIANCHI, Álvaro. Octavio Brandão e o confisco da memória: nota à margem da história do comunismo brasileiro. *Crítica Marxista*, n. 34, p. 133-149, 2012.
- BORJA, Bruno Nogueira Ferreira. *A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado*. 2013. 202 p. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- BOSCO, João; BLANC, Aldir. O bêbado e a equilibrista. In: REGINA, Elis. *O bêbado e a equilibrista/As aparências enganam*. Rio de Janeiro: WEA, 1979. Compacto simples.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. São Paulo: A. Garibaldi, 1924.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 out. 2020.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 9 ago. 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Emenda constitucional n. 16, de 4 de junho de 1997. Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 jun. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc16.htm. Acesso em: 19 out. 2020.

BRASIL. Lei n. 7.170, de 14 de dezembro de 1983. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 dez. 1983. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Imprensa. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante solenidade de despedida com servidores do governo e do Palácio do Planalto*. Brasília, 31 dez. 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/31-12-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-solenidade-de-despedida-com-servidores-do-governo-e-do-palacio-do-planalto/>. Acesso em: 19 out. 2020.

BRITO, Cassius M. T. M. Os governos Lula como realização da estratégia democrático-popular. In: IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor (org.). *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Do Iseb e da Cepal à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb*. São Paulo: Editora Revan, 2005. p. 201-232.

BUONICORE, Augusto C. Agrarismo e industrialismo: o primeiro encontro do marxismo com o Brasil. *Vermelho*, 27 jun. 2006. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/agrarismo-e-industrialismo-o-primeiro-encontro-do-marxismo-com-o-brasil/>. Acesso em: 20 out. 2020.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. *Revista Aurora*, São Paulo, v. 4, n. 6, ago. 2010.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. 2005. 549 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. *Programa de governo 2002*. São Paulo: Coligação Lula Presidente, 2002. Disponível em: <https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA DO MOVIMENTO PRÓ-PT. Pontos para a elaboração do programa. In: PEDROSA, Mario. *Sobre o PT*. São Paulo: Ched, 1980. p. 83-106.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. Florestan Fernandes e os dilemas do subdesenvolvimento capitalista: a sociologia como crítica da dependência cultural. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, Brasília. *Anais...* Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area11/area11-artigo5.pdf>. Acesso em: 17 out. 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. Hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

DEBATE na Band: presidencial 1989 – 2º turno – Lula X Collor – Parte 5 (14/12/89). *Band Jornalismo*, 9 ago. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ypqzPNBMsI>. Acesso em: 18 out. 2020.

DEBATE na Band: presidencial 1994 – 1º turno – parte 6. *Band Jornalismo*, 9 ago. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GUAN50lw4uw&t=214s>. Acesso em: 19 out. 2020.

DECLARAÇÃO sobre a política do PCB. *Voz Operária*, 22 mar. 1958. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Acesso em: 14 jul. 2021.

DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. 2012. 518 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

DIEESE. *Política de valorização do salário-mínimo*: depois de 20 anos, reajuste fica abaixo da inflação. São Paulo: Dieese, 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTecsalariuminimo2017.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

DOMINGO, 10 de fevereiro de 1980: nasce um partido. *Perseu*: História, Memória e Política, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 102-128, 2007.

DUTRA, Olívio. [*Discurso de posse como presidente do Diretório Nacional do PT*]. Brasília: [S.n.], 1987.

ELEIÇÕES 88: princípios gerais para um documento eleitoral básico. São Paulo: Secretaria-Geral Nacional do PT, [198-].

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1962.

ENTREATOS. Direção: João Moreira Salles. Brasil: Bretz Filmes, 2004. 117 min.

ENTREVISTA com Anita Leocádia Prestes. *Novos Temas*: Revista de Debate e Cultura Marxista, São Paulo, n. 7, p. 15-70, 2012.

ENTREVISTA: Luiz Inácio Lula da Silva. Entrevistadores: Ziraldo, Félix, Chico Jr., Luis Antônio Mello, Ricky, Expedito Teixeira, Mário Augusto Jacobskind, Darwin, Jaguar e Roberto Dutra. *Pasquim*, 24-31 mar. 1978.

ENTREVISTA: Luiz Inácio Lula da Silva. *Veja*, n. 48, jul. 1979.

FAORO, Raymundo. *Assembleia Constituinte*: a legitimidade recuperada. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, Florestan. *Brasil*: em compasso de espera – pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. Disponível em: <https://www.expressaopopular.com.br/loja/wp-content/uploads/2020/07/o-que-e-revolucao.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

FERNANDES, Florestan. *Que tipo de república?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

FIGUEIREDO, Isabel Mansur. *A estratégia democrática e popular do Partido dos Trabalhadores (PT) e a questão da incompletude do capitalismo no Brasil*. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. *O longo amanhecer: ensaios sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GARCIA, Marco Aurélio. *Boletim Nacional*, São Paulo, n. 40, p. 6-7, nov. 1988.

GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013. v. 3.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GUIMARÃES, Juarez. A estratégia da pinça. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 12, out./nov./dez. 1990. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/debate-estrategia-da-pinca>. Acesso em: 19 out. 2020.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, Mauro. *Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: [S.n.], 2013. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1K86ouShh6qJtaqMN0NxOm7IGWKNgXZba23jXBu6145k/edit?pli=1>. Acesso em: 20 out. 2020.

IASI, Mauro. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor. Apresentação do livro. In: IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor (org.). *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

INVENTÁRIO. *Aulete Digital*, Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/invent%C3%A1rio>. Acesso em: 10 fev. 2021.

KAUTSKY, Karl. A ditadura do proletariado. In: KAUTSKY, K.; LÊNIN, V. I. *Kautsky: a ditadura do proletariado; Lênin: a revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LÊNIN, Vladimir I. Duas táticas da social-democracia na revolução democrática. In: LÊNIN, Vladimir I. *Obras escolhidas em três tomos*. Lisboa: Edições Progresso, 1977. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/taticas/>. Acesso em: 20 out. 2020.

LÊNIN, Vladimir I. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Editora Escriba, 1960.

LÊNIN, Vladimir I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1982a.

LÊNIN, Vladimir I. Kommunismus. *Journal of the Communist International*, Viena, 12 jun. 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1920/jun/12.htm>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LÊNIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982b.

LÊNIN, Vladimir I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

LESSA, Carlos. Apresentação. In: MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

LIGUORI, Guido. Gramsci e a Revolução de Outubro. *O Social em Questão*, v. 20, n. 39, set./dez. 2017. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_39_art_1_Liguori.pdf. Acesso em: 19 out. 2020.

LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Tradução de Roberto Franco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LISBOA, Marcos de Barros (coord.). *A agenda perdida: diagnósticos e propostas para a retomada do crescimento com maior justiça social*. Rio de Janeiro: Iets, 2002.

LÖWY, Michael. Revolução burguesa e revolução permanente em Marx e Engels. *Discurso*, São Paulo, n. 9, p. 129-152, dez. 1978. Disponível em: <http://revistas.usp.br/discurso/article/view/37849/40576>. Acesso em: 23 jan. 2014.

LÖWY, Michael. *Teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. Tradução de Henrique Carneiro. Actuel Marx, n. 18, 1995.

LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos nossos dias*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUXEMBURGO, Rosa. Questões de organização da social-democracia russa. In: LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MAIA, J. M. E. *A história de um conceito: o populismo no Brasil*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Tradução: Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl. *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012a.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1996a. Tomo 1.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1996b. Tomo 2.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARX, Karl. Resumo crítico de Estatismo e anarquia, de Mikhail Bakunin. In: MARX, Karl. *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012b.

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In: MARX, Karl. Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Luta de classes na Alemanha. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Luta de classes na Rússia. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZEO, Antonio Carlos. Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

MELO, Frederico Luiz Barbosa de (org.). Salário-mínimo no Brasil: a luta pela valorização do trabalho. São Paulo: Dieese; LTr, 2015.

MONTENEGRO, Darlan. O avesso do príncipe: programa e organização nas origens do Partido dos Trabalhadores. 2009. 226 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NERI, Marcelo. A nova classe média: o lado brilhante da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Estudos Cebrap, São Paulo, v. 2, p. 3-82, 1972.

OLIVEIRA, Francisco de. A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003a. 132 p.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003b.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas: decifra-me ou te devoro. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010a.

OLIVEIRA, Francisco de. O avesso do avesso. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010b.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

O PT e as eleições presidenciais de 1989. *Perseu História, Memória e Política*, São Paulo, v. 6, n. 8, p. 123-254, 2012.

O PT e o partido revolucionário no Brasil. *Cadernos Em Tempo*, set. 1981.

O PT e os resultados das eleições. Bragança Paulista, 4-5 dez. 1982. Documento datilografado, anexo à ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.

PAÍS tem democracia 'relativa', diz Geisel. *Memorial da Democracia*, [20--]. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/pais-tem-democracia-relativa-diz-geisel>. Acesso em: 9 abr. 2021

PAIVA, Vanilda Pereira. *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

PANKE, Luciana. *As mudanças de argumentos nos discursos de Lula, sob o prisma da temática emprego*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PAULO NETTO, J. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAZELLO, Ricardo Prestes; FERREIRA, Pedro Pompeo Pistelli. Tática e estratégia na teoria política de Lênin: aportes para uma teoria marxista do direito. *Verinotio*: Revista On-line de Filosofia e Ciências Humanas, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, p. 126-151, nov. 2017. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.03513335253590099.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

PICOLI, Bruno A. Jacob Gorender: o escravismo colonial e um debate ainda atual. *Marxismo 21*, ago. 2013. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/08/O-Escravismo-colonial-B-Picoli.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: MEC; Iseb, 1960.

PLANO de ação política e organizativa do partido dos trabalhadores para o período 1986/87/88. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-planodeacaopolitica.pdf>. Acesso em: 17 out. 2020.

POCHMANN, Marcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

POCHMANN, Marcio; DIAS, Guilherme. A sociedade pela qual se luta. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (org.). *Brasil: entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo, 2010.

POMAR, Wladimir. Introdução. In: POMAR, Wladimir. *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

POR UM BRASIL democrático e popular: tese da Articulação ao I Congresso do PT. São Bernardo do Campo: PT, 1991.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PT – Partido dos Trabalhadores. *1994 Lula presidente: uma revolução democrática no Brasil – bases do programa de governo*. São Paulo: PT, 1994. Disponível em: encurtador.com.br/egrEO. Acesso em: 19 out. 2020.

PT – Partido dos Trabalhadores. A conjuntura e a campanha. In: PT – Partido dos Trabalhadores. *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998a. p. 577-607.

PT – Partido dos Trabalhadores. A conjuntura nacional [e outros documentos do 10º Enpt]. In: PT – Partido dos Trabalhadores. *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998b. p. 615-648.

PT – Partido dos Trabalhadores. As eleições presidenciais e a candidatura Lula. In: PT – Partido dos Trabalhadores. *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998c. p. 376-393.

PT – Partido dos Trabalhadores. Carta de princípios. In: PT – Partido dos Trabalhadores. *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998d. p. 49-56.

PT – Partido dos Trabalhadores. *Carta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PT, 1997. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-cartadoriodejaneiro.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

PT – Partido dos Trabalhadores. Conjuntura e tática. In: PT – Partido dos Trabalhadores. *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998e. p. 453-476.

PT – Partido dos Trabalhadores. Construção partidária. *In: PT – Partido dos Trabalhadores. Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998f. p. 436-452.

PT – Partido dos Trabalhadores. Contra o continuísmo e o pacto social. *In: PT – Partido dos Trabalhadores. Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998g. p. 179-193.

PT – Partido dos Trabalhadores. Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores. *In: PT – Partido dos Trabalhadores. Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998h. p. 105-114.

PT – Partido dos Trabalhadores. Manifesto de lançamento do Partido dos Trabalhadores. *In: PT – Partido dos Trabalhadores. Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998i. p. 65-67.

PT – Partido dos Trabalhadores. O fim de um ciclo. *In: PT – Partido dos Trabalhadores. Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998j. p. 669-681.

PT – Partido dos Trabalhadores. Plataforma eleitoral nacional. *In: PT – Partido dos Trabalhadores. Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998k. p. 119-127.

PT – Partido dos Trabalhadores. Programa. *In: PT – Partido dos Trabalhadores. Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998l. p. 68-71.

PT – Partido dos Trabalhadores. Programa. *In: PT – Partido dos Trabalhadores. Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998m. p. 246-294.

PT – Partido dos Trabalhadores. *Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores: o programa da revolução democrática para a construção de um Brasil livre, justo e solidário.* Belo Horizonte: PT, 1999. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/99_2CongressoNacioanl_resolucoes.pdf. Acesso em: 19 out. 2020.

PT – Partido dos Trabalhadores. *[Resoluções do XII Encontro Nacional do PT]*. Olinda: PT, 2001. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-resolucoes-xii-encontro.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

PT – Partido dos Trabalhadores. Resoluções políticas. *In:* PT – Partido dos Trabalhadores. *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998m. p. 303-355.

PT – Partido dos Trabalhadores. Resoluções políticas. *In:* PT – Partido dos Trabalhadores. *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998n. p. 652-663.

PT – Partido dos Trabalhadores. Socialismo. *In:* PT – Partido dos Trabalhadores. *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998o. p. 481-517.

PT – Partido dos Trabalhadores. Tese de Santo André-Lins. *In:* PT – Partido dos Trabalhadores. *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998p. p. 47-48.

PT – Partido dos Trabalhadores. Comissão Executiva Nacional. *Manifesto de lançamento do 1º Congresso do PT*. São Bernardo do Campo: PT, 1991.

RANGEL, Inácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: MEC; Iseb, 1957.

RICCI, Rudá. *Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Brasília: Contraponto, 2013.

RODA Viva: Luiz Inácio Lula da Silva – 1991. *Roda Viva*, 18 jul. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tT5KxBb8QWs>. Acesso em: 19 out. 2020.

RODRIGUES, Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

ROIO, Marcos del. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB, 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

ROIO, Marcos del. O PCB e a estratégia da revolução brasileira. *Revista Novos Temas*, São Paulo, n. 7, 2012.

SADER, Emir. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SADER, Emir. Brasil: de Getúlio a Lula. *In:* SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (org.). *Brasil: entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (org.). *Brasil: entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SEGATTO, José Antonio. Revolução e história. *Acessa.com*, 1999. Disponível em: <https://www.acessa.com/gramsci/?id=409&page=visualizar>. Acesso em: 20 out. 2020.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Carta ao povo brasileiro*. São Paulo, 22 jun. 2002a. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-cartaao povobrasileiro.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Compromisso com a soberania, o emprego e a segurança do povo brasileiro*. Brasília, 23 jul. 2002b. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-compromissocomasoberania.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. [Discurso no 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores]. Brasília: PT, 1987.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. [Discurso no 6º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores]. São Paulo, 1989.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. [Discurso no Dia do Trabalhador]. São Bernardo do Campo, 1º de maio de 1979. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2256627454423170>. Acesso em: 16 out. 2020.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André (org.). *Sem medo de ser feliz: cenas de campanha*. São Paulo: Scritta, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Quem é o povo no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 2). Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobebook/povonobrasil.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

SOUZA, Victor Neves de. Um marxista na batalha das ideias: Carlos Nelson Coutinho e os caminhos da revolução brasileira. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, 2011-2012.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TELLES JUNIOR, Goffredo. *Carta aos brasileiros*. São Paulo, 8 ago. 1977.

TOGLIATTI, Palmiro. *Socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Muro, 1980.

TOLEDO, Caio Navarro de. *Iseb: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977. (Ensaio, v. 28).

TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

TROTSKY, Leon. *História da revolução russa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIANNA, Luiz Werneck. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997a.

VIANNA, Luiz Werneck. *A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva brasileira. In: VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997b.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco – 1968. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, n. 5, 1972.

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

WEFFORT, Francisco. *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ZIBECHI, Raúl. *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. Tradução: Carlos Walter Porto-Gonçalves. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

